Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Departamento de Ensino de Graduação a Distância
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Ciências da Administração

Introdução à Economia de Empresas

Professor

Silvio Antonio Ferraz Cario

2008

Copyright © 2008. Todos os direitos desta edição reservados ao DEPTO. DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO (CAD/CSE/UFSC).

C284i Cario, Silvio Antonio Ferraz

Introdução à economia de empresas / Silvio Antonio Ferraz Cario. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2008.

154p. : il.

Inclui bibliografia

Curso de Graduação em Administração, Modalidade a Distância

ISBN: 978-85-61608-32-3

1. Economia – Estudo e ensino. 2. Pensamento econômico – História. 3. Mercado. 4. Teoria monetária. 5. Moeda. 6. Comércio Internacional. 7. Educação a distância. I. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Ciências da Administração. II. Título.

CDU: 33:65.012.2

Catalogação na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

PRESIDENTE DA REPÚBLICA – *Luiz Inácio Lula da Silva*

MINISTRO DA EDUCAÇÃO – *Fernando Haddad*

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – *Carlos Eduardo Bielschowsky*

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – DPEAD – *Hélio Chaves Filho*

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

COORDENADOR – *Celso Costa*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

REITOR – *Álvaro Toubes Prata*

VICE-REITOR – *Carlos Alberto Justo da Silva*

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – *Yara Maria Rauh Muller*

DIRETORA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – *Araci Hack Catapan*

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DIRETOR – *Maurício Fernandes Pereira*

VICE-DIRETOR – *Altair Borgert*

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

CHEFE DO DEPARTAMENTO – *João Nilo Linhares*

SUBCHEFE DO DEPARTAMENTO – *Alexandre Marino Costa*

COORDENADOR DE CURSO – *Marcos Baptista Lopez Dalmau*

SUBCOORDENADOR DE CURSO – *Raimundo Nonato de Oliveira Lima*

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Alexandre Marino Costa
Gilberto de Oliveira Moritz
João Nilo Linhares
Luiz Salgado Klaes
Marcos Baptista Lopez Dalmau
Maurício Fernandes Pereira
Raimundo Nonato de Oliveira Lima

CONSELHO CIENTÍFICO – *Liane Carly Hermes Zanella*
Luís Moretto Neto
Luiz Salgado Klaes
Raimundo Nonato de Oliveira Lima

CONSELHO TÉCNICO – *Maurício Fernandes Pereira*
Alessandra de Linhares Jacobsen

DESIGN INSTRUCIONAL – *Denise Aparecida Bunn*
Fabiana Mendes de Carvalho
Patrícia Regina da Costa
Rafael Pereira Ocampo Moré

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO – *Annye Cristiny Tessaro*

REVISÃO DE PORTUGUÊS – *Sérgio Meira*

ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO – *Silvio Antonio Ferraz Cario*

PÓLOS DE APOIO PRESENCIAL

CRUZEIRO DO OESTE – PR
PREFEITO – *José Carlos Becker de Oliveira e Silva*
COORDENADORA DE PÓLO – *Maria Florinda Santos Risseto*

CIDADE GAUCHA – PR
PREFEITO – *Vitor Manoel Alcobia Leitão*
COORDENADORA DE PÓLO – *Eliane da Silva Ribeiro*

PARANAGUA – PR
PREFEITO – *José Baka Filho*
COORDENADORA DE PÓLO – *Meire Ap. Xavier Nascimento*

HULHA NEGRA – RS
PREFEITO – *Marco Antônio Ballejo Canto*
COORDENADORA DE PÓLO – *Margarida de Souza Corrêa*

JACUIZINHO – RS
PREFEITO – *Antônio Gilson Brum*
COORDENADORA DE PÓLO – *Jaqueline Konzen de Oliveira*

TIO HUGO – RS
PREFEITO – *Gilmar Mühl*
COORDENADORA DE PÓLO – *Mara Elis Savadintzky Drehmer*

SEBERI – RS
PREFEITO – *Marcelino Galvão Bueno Sobrinho*
COORDENADORA DE PÓLO – *Ana Lúcia Rodrigues Guterra*

TAPEJARA – RS
PREFEITO – *Juliano Girardi*
COORDENADORA DE PÓLO – *Loreci Maria Biasi*

SÃO FRANCISCO DE PAULA – RS
PREFEITO – *Décio Antônio Colla*
COORDENADORA DE PÓLO – *Maria Lúcia da Silva Teixeira*

MATA DE SÃO JOÃO – BA
PREFEITO – *João Gualberto Vasconcelos*
COORDENADORA DE PÓLO – *Julieta Silva de Andrade*

BOA VISTA – RR
PREFEITO – *Iradilson Sampaio de Souza*
COORDENADORA DE PÓLO – *Débora Soares Alexandre Melo Silva*

BONFIM – RR
PREFEITO – *Rhomer Sousa Lima*
COORDENADORA DE PÓLO – *Tarcila Vieira Souza*

MUCAJAÍ – RR
PREFEITO – *Ecildon Pinto*
COORDENADORA DE PÓLO – *Ronilda Rodrigues Silva Torres*

CAROEBE – RR
PREFEITO – *Ivan Severo*
COORDENADOR DE PÓLO – *José Francisco Soares dos Santos*

UIRAMUTÃ – RR
PREFEITO – *Florany Maria dos Santos Mota*
COORDENADOR DE PÓLO – *José Francisco Franco dos Santos*

CHAPECÓ – SC
PREFEITO – *João Rodrigues*
COORDENADORA DE PÓLO – *Geni Câmara*

CANOINHAS – SC
PREFEITO – *Leoberto Weinert*
COORDENADORA DE PÓLO – *Sonia Sacheti*

JOINVILLE – SC
PREFEITO – *Marco Antônio Tebaldi*
COORDENADORA DE PÓLO – *a definir*

FLORIANÓPOLIS – SC
PREFEITO – *Dário Elias Berger*
COORDENADOR DE PÓLO – *Raimundo N. de Oliveira Lima*

PALHOÇA – SC
PREFEITO – *Ronério Heiderscheidt*
COORDENADORA DE PÓLO – *Luzinete Barbosa*

LAGUNA – SC
PREFEITO – *Célio Antônio*
COORDENADORA DE PÓLO – *Maria de Lourdes Corrêa*

TUBARÃO – SC
PREFEITO – *Carlos José Stüpp*
COORDENADORA DE PÓLO – *Flora M. Mendonça Figueiredo*

CRICIÚMA – SC
PREFEITO – *Anderlei José Antonelli*
COORDENADOR DE PÓLO – *Júlio César Viana*

ARARANGUÁ – SC
PREFEITO – *Mariano Mazzuco Neto*
COORDENADORA DE PÓLO – *Conceição Pereira José*

LAGES – SC
PREFEITO – *Renato Nunes de Oliveira*
COORDENADORA DE PÓLO – *Marilene Alves Silva*

Apresentação

Caro estudante de Administração!

Convidamos você para adentrar conosco no estudo da Economia. Trata-se do conteúdo da disciplina de Introdução à Economia de Empresas, destacando conceitos e classificações de variáveis importantes para entendimento do funcionamento desta área de conhecimento que tanto nos afeta, diariamente, e porque não dizer, em todo momento.

Afinal, somos afetados pelo comportamento dos preços, por desejos de consumo frente às restrições orçamentárias, pelo nível da taxa de juros que encare o crédito, pela taxa de câmbio que facilita a entrada de produtos importados, pelo imposto de renda retido dos ganhos, enfim, por inúmeras variáveis econômicas. Logo, torna-se relevante saber o significado destas variáveis para aumentar nosso conhecimento sobre a realidade que nos afeta.

Além deste aspecto, é importante destacar a vinculação da área de Economia com outras áreas de conhecimento, sobretudo as relacionadas às Ciências Sociais, tais como: Administração, Contabilidade, História, Sociologia, Serviço Social, Direito, Geografia, Meio Ambiente, Filosofia, Educação, etc. A aproximação do conteúdo da Economia com outras áreas lhe proporciona caráter de interdisciplinaridade do conhecimento, tornando rico seu estudo e importante fonte para a formação profissional.

Nesta perspectiva, é relevante ter uma compreensão maior do conhecimento, além da própria área específica de formação profissional. Este requerimento contribui para uma nova concepção de domínio do conhecimento em sua forma mais abrangente e totalizante. Tal fato está em sintonia com a formação profissional requerida pela 3ª. Revolução Tecnológica que presenciamos. Hoje, as pessoas devem ter conhecimento em várias áreas e serem capacitadas para atuarem em muitas funções.

Contribuindo para obtenção de conhecimento mais abrangente, se posiciona o conteúdo da área de Economia para a formação do Administrador de Empresas. Esta contribuição tem sido amplamente facilitada pela tecnologia de informação e comunicação. Há uma nova

forma de trabalho em curso, que pode ser realizada sem tempo fixado e lugar estabelecido, e que leva ao aumento do conhecimento das pessoas conectadas em rede.

Nesse aspecto, insere-se o Curso de Graduação em Administração, em sua modalidade à distância. O desenvolvimento tecnológico possibilita obter, independente da hora e lugar estabelecido, conhecimento valioso para a formação profissional. A disciplina de Introdução à Economia de Empresas, ministrada sob esta forma, lhe permite obter conhecimento desta área, através de exposição de conceitos teóricos fundamentais e de aplicações simplificadas no cotidiano das transações econômicas.

Nesse sentido, a estrutura dessa disciplina é composta de 10 Unidades. Na Unidade 1 apresentam-se os conceitos básicos de Economia. Na Unidade 2 expõe-se a evolução do pensamento econômico. Na Unidade 3 caracterizam-se os aspectos da demanda e da oferta de mercado. Na Unidade 4 discutem-se as estruturas que compõem o mercado. Na Unidade 5 apontam-se as formas de mensuração das atividades econômicas. Na Unidade 6 discutem-se os aspectos relevantes da teoria monetária. Na Unidade 7 destacam-se os itens explicativos do setor público e da política fiscal. Na Unidade 8 abordam-se os tipos de inflação e políticas de controle. Na Unidade 9 discutem-se as noções básicas do comércio internacional. E por fim, na Unidade 10 apresentam-se as características determinantes do desenvolvimento econômico.

Nesses termos, desejo, caro estudante, uma boa disciplina de Introdução à Economia de Empresas e que esta contribua com conhecimento valioso para a sua formação profissional.

Prof. Silvio Antonio Ferraz Cario

Sumário

Unidade 1 – Conceitos Fundamentais de Economia

Conceito de Economia. 13

Produção de Bens e Serviços 14

Escolha e Decisão em Economia. 16

Agentes e Setores Econômicos. 18

Sistemas de Organização Econômica. 19

Estudo da Economia: divisão de áreas. 23

Resumindo. 24

Atividades de aprendizagem. 24

Unidade 2 – Evolução do Pensamento Econômico

Escola Clássica. 29

Escola Neoclássica. 32

Escola Keynesiana 36

Resumindo. 38

Atividades de aprendizagem. 38

Unidade 3 – Oferta e demanda

Demanda 43

Oferta 47

Equilíbrio de Mercado. 50

Elasticidades. 52

Resumindo. 55

Atividades de aprendizagem. 56

Unidade 4 – Estruturas de Mercado

Mercado: significado e características. 59

Variáveis que definem a estrutura de mercado: uma primeira classificação. . . 62

Estruturas de Mercado: uma classificação abrangente. 63

Resumindo. 71

Atividades de aprendizagem. 72

Unidade 5 – Mensuração da Atividade Econômica

Definindo a Contabilidade Social e seus Objetivos 75

O Papel da Despesa e da Renda na Economia 77

Produto Interno Bruto: conceito e forma de cálculo. 77

Diferença entre o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Nacional Bruto (PNB) . 79

Limitações no Cálculo do PIB. 80

Algumas Identidades Macroeconômicas 81

Resumindo. 85

Atividades de aprendizagem. 85

Unidade 6 – Teoria Monetária: conceitos básicos

Moeda: conceito, funções e evolução 89

Demanda de Moeda. 91

Oferta de Moeda. 92

Política Monetária: significado e instrumentos. 94

Sistema Financeiro Brasileiro: composição e destaques. 96

Resumindo. 98

Atividades de aprendizagem. 99

Unidade 7 – Setor Público e Política Fiscal

Importância do Setor Público na Economia: evolução histórica 103

Participação do Setor Público na Economia: algumas evidências 105

Funções do Setor Público. 106

Princípios Teóricos da Tributação 107

Tipos de Impostos. 108

Déficit Público: conceitos e financiamento. 108

Política Fiscal e os Objetivos da Política Econômica 111

Resumindo. 112

Atividades de aprendizagem. 113

Unidade 8 – Inflação: características principais

Inflação: significado e distorções no sistema econômico 117

Tipos de Inflação 118

Indicadores de Inflação. 120

Principais Enfoques Teóricos sobre Processo Inflacionário. 122

Controle da Inflação: principais políticas econômicas. 123

Resumindo. 124

Atividades de aprendizagem. 125

Unidade 9 – Comércio Internacional: noções principais

Comércio Internacional: significado 129

Taxa de Câmbio: conceito, regime e impacto na economia 131

Política Comercial e Órgão Regulador do Comércio Mundial. 133

Regionalização do Comércio Internacional. 134

Balanço de Pagamentos: conceito e contas. 135

Resumindo. 137

Atividades de aprendizagem. 138

Unidade 10 – Desenvolvimento Econômico: características determinantes

Conceitos de Crescimento e Desenvolvimento Econômico 143

Indicadores de Desenvolvimento Econômico 145

Subdesenvolvimento Econômico. 147

Resumindo. 149

Atividades de aprendizagem. 150

Referências. 152

Minicurrículo. 154

1

UNIDADE

Conceitos Fundamentais de Economia

Nesta Unidade, você vai conhecer os conceitos de variáveis que tratam do fundamento da área de Economia.

Conceito de Economia

Caro Estudante!

É com grande satisfação que iniciamos o processo de interação nesta disciplina, procurando transmitir e aprimorar seu conhecimento, sem que necessite abandonar as atividades pessoais e profissionais. Leia com atenção e busque conteúdos complementares, bem como procure realizar os exercícios sugeridos. Neste processo de aprendizagem é importante saber que estamos com você, estimulando sua aprendizagem e ajudando a solucionar suas dúvidas.

Assim sendo, nesta primeira Unidade, vamos apresentar conceitos de variáveis que tratam do fundamento da área de Economia. Neste sentido, busca-se, inicialmente apresentar o conceito de Economia, seguido de variáveis que estão presentes no seu objeto de estudo, tais como produção de bens e serviços, escolha e decisão e tipos de agentes e setores econômicos. Da mesma forma, busca-se classificar os tipos de organização econômica, dando destaque ao funcionamento de uma economia de mercado. Afinal, vivemos numa economia de mercado, logo, torna-se relevante saber aspectos fundamentais de seu funcionamento. Então, vamos aos estudos!

Quantas vezes lemos ou ouvimos nos noticiários diversos informes relacionados a questões econômicas que nos afetam direta ou indiretamente como por exemplo: inflação dos alimentos, cotação do dólar, Bolsa de Valores asiáticas, aliança Brasil e Argentina, entre outras. Discutir sobre Economia é tão comum quanto se discutir sobre futebol após a rodada de domingo, tanto nas mesas de bar, no chão de fábrica das empresas pelos funcionários, mas também nas instituições financeiras ou em reuniões ministeriais, que ocor-

rem durante os dias úteis de trabalho. O que difere nas discussões de um lugar para o outro é o nível de conhecimento que se tem sobre o assunto e o objetivo que se espera alcançar. Nestes termos, ainda que intuitivamente, todos nós somos condicionados a pensar economicamente todos os dias. Isto ocorre porque cotidianamente somos influenciados pela quantidade de renda disponível e por uma infinidade de produtos que são disponibilizados para consumir, sendo necessário optar por uma quantidade limitada de consumo. A compreensão de como se pode fazer a melhor opção de consumo dentro da renda disponível constitui um dos objetivos da Economia.

A gênese do termo Economia deriva do termo grego *oikosnomos* (*oikos*, casa e *nomos*, lei), que pode ser entendido como administração da casa, ou do Estado. Porém, atualmente, a Economia se dedica ao estudo de como o indivíduo e a sociedade decidem como irão empregar os recursos produtivos escassos visando a obtenção de bens e serviços, com a finalidade de distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, satisfazendo, deste modo, suas necessidades humanas.

A Economia insere-se no campo das ciências sociais, pois estuda como a sociedade emprega os recursos na produção de riqueza, bem como ocorre a distribuição desta riqueza entre seus participantes. Nesta perspectiva, trata não somente com variáveis quantitativas, como preço e quantidade, mas também com variáveis qualitativas, consideradas não quantificáveis, como gosto, preferência, expectativas, valoração e incerteza, entre outras.

Economia – ciência que estuda a atividade produtiva. Focaliza estritamente os problemas referentes ao uso mais eficiente de recursos materiais escassos para a produção de bens; estuda as variações e combinações na alocação dos fatores de produção (terra, trabalho e capital, tecnologia), na distribuição de renda, na oferta e procura e nos preços das mercadorias. Fonte: Sandroni (2005).

Produção de Bens e Serviços

O estudo da Economia se justifica pelo fato de que os seres humanos são dotados de necessidades ilimitadas, enquanto que há escassez de disponibilidade de recursos. Pode-se definir escassez como uma situação em que os recursos são limitados em termos de quantidade disponível necessária para uso imediato. Em complemento, significa que a sociedade não possui os recursos que gostaria de ter para produzir todos os bens e serviços que necessita para oferecer aos seus participantes. Ocorre tal fato nas situações em que o desejo, por determinado tipo de bem, é maior do que a quantidade que se dispõe. Como exemplo, considere o ouro: ainda que apresente diversas ca-

racterísticas que lhe conferem determinada utilidade para os seres humanos, se fosse tão abundante como a areia em um deserto, não teria o valor que lhe é imputado. Desta maneira, o fato de ser considerado escasso lhe confere alto valor.

Esse exemplo também permite a apresentação de outros dois conceitos, o de bem livre e bem escasso. O que caracteriza um bem livre é o fato de ser tão abundante que não há a preocupação de mensurar o seu valor. A existência em quantidade abundante e o fato de ser obtido sem nenhum esforço qualificam o bem a não ter preços no mercado.

Por outro lado, considera-se bem econômico quando a quantidade disponível de um bem é menor que a desejável e sua produção supõe a ocorrência de esforço humano para se obtê-lo, levando, por conseqüência a ter preço no mercado.

Outra distinção refere-se aos bens materiais e serviços. Os bens materiais são tangíveis e podem ser estocados, enquanto os serviços são de natureza intangível e não podem ser estocados.

Cumpre ainda, evidenciar a classificação dos bens materiais, cuja característica está fortemente ligada à sua função no atendimento das necessidades humanas e empresariais. Assim sendo, tem-se dois tipos de bens materiais: bens de consumo e bens de capital. Bens de consumo são aqueles que diretamente são usados para satisfação da necessidade humana. Por sua vez, os bens de capital referem-se a bens que possibilitam a produção de outros.

O Quadro 1 apresenta tipos, significados e exemplos de bens e serviços na Economia. Veja:

Tipos de bens	Significado	Exemplo
Bens Livres	Produzidos sem qualquer esforço da natureza	Ar, água e luz solar
Bens Econômicos	Supõem a ocorrência de esforço humano e são escassos	Calçados, carros, fogões e geladeiras
Bens Materiais	São tangíveis e podem ser estocados	Roupa, alimentos, livros e Tv
Serviços	São intangíveis e não podem ser estocados	Serviço médico e de advogado
Bens de Consumo	Usados para satisfação das necessidades humanas	Roupas, alimentos e carro
Bens de Consumo Duráveis	Apresenta duração por determinado tempo	Carro, móveis e eletrodoméstico
Bens de Consumo não-Duráveis	Não apresenta duração ao ser consumido	Gasolina, cigarro e alimentos

Quadro 1: Tipos, significado e exemplos de bens e serviços na economia
Fonte: Souza (2007)

TIPOS DE BENS	SIGNIFICADO	EXEMPLO
Bens de Capital	Bens de produção utilizados na produção de outros bens	Máquinas e equipamentos
Bens Finais	Bens acabados	Carro, Tv e bicicleta
Bens Intermediários	Bens que precisam ser transformados para atingir seu fim	Borracha, cimento e aço
Bens Públicos	Bens não exclusivos e não disputáveis	Segurança e justiça
Bens Privados	Bens exclusivos e disputáveis	Carro e computador

Quadro 1: Tipos, significado e exemplos de bens e serviços na economia
Fonte: Souza (2007)

Outras denominações presentes nos tipos de bens referem-se aos bens finais e bens intermediários. Os bens finais são bens acabados. Por sua vez, os bens intermediários são bens inacabados e que precisam ser transformados para alcançarem seu objetivo principal.

Podem, também, os bens serem classificados em bens públicos e bens privados. Os bens públicos são aqueles não exclusivos e não disputáveis, sendo oferecidos pelo setor público. Por sua vez, os bens privados são exclusivos e disputáveis no mercado, sendo produzidos e possuídos de forma privada.

Escolha e Decisão em Economia

O fato de que há uma grande quantidade de bens escassos nos permite verificar que cotidianamente somos levados a escolher sobre determinada quantidade de um bem em detrimento de outro. Supondo-se que um determinado indivíduo tem de escolher sobre quantas horas irá trabalhar e quantas horas terá de lazer, e que sua renda será proporcional à quantidade de horas que realizar de trabalho, ele deverá fazer a escolha entre determinado tempo de trabalho e de lazer em função da renda que deseja obter. Esta necessidade de escolha chama-se custo de oportunidade, já que ele poderá gozar de um número maior de horas de lazer em detrimento de uma renda menor, ou de uma renda maior, porém tendo menos tempo para descansar e conviver com sua família.

As escolhas dos indivíduos dentro da sociedade irão implicar nas características do que será produzido por esta última, de maneira que deverá ser decidido em função do conjunto de escolhas e preferências individuais o que, quanto, como e para quem será produzido. Veja:

- **o que e quanto**: a sociedade deverá decidir o que produzir, ou seja, se irá produzir automóveis ou alimentos, e em que quantidade deverá ser produzido, dependendo da renda da sociedade e de suas preferências;
- **como produzir**: da mesma forma deverá indicar como serão utilizados os fatores produtivos segundo maior eficiência produtiva, ou seja, deverá se decidir se a produção irá ocorrer através do uso de um número maior de mão-de-obra ou de máquinas e equipamentos. Esta decisão será influenciada pela disponibilidade dos fatores de produção em cada país; e
- **para quem**: assim como, também deverá mostrar quais serão os setores da sociedade beneficiados por determinados bens produzidos em detrimento de outros, ou seja, deverá decidir se os esforços estarão concentrados na indústria ou no campo, no sul ou no norte, entre os mais abastados ou os mais pobres etc.

Desta maneira, a resultante da escassez e sua conseqüente necessidade de escolha pode ser resumida na Figura 1:

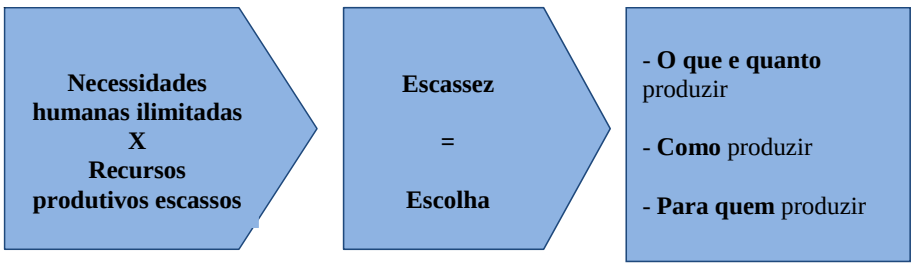

Figura1: Resumo das escolhas na economia
Fonte: Vasconcellos (2007, p. 4)

Agentes e Setores Econômicos

Na Economia, agentes econômicos são considerados pessoas, de natureza física ou jurídica, que através de suas ações contribuem para o funcionamento do sistema econômico. Empresas, família e governo são os agentes econômicos a serem destacados. Veja:

- **Empresas**: são os agentes encarregados de produzir e comercializar bens e serviços. Através da combinação dos fatores produtivos adquiridos junto às famílias, as empresas produzem com objetivos de conseguir o lucro;
- **Família**: inclui todos os indivíduos e unidades familiares da economia e que adquirem os mais diversos tipos de bens e serviços, no intuito de atender as suas necessidades, a partir de rendimentos recebidos pelo trabalho; e
- **Governo**: inclui todas as organizações que, direta ou indiretamente, estão sob o controle do Estado, nas suas esferas federais, estaduais e municipais, voltadas à prestação de serviços, incluindo casos de produção de bens.

Sistema econômico – forma organizada que a estrutura econômica de uma sociedade assume. Engloba o tipo de propriedade, a gestão da economia, os processos de circulação de mercadorias, o consumo e os níveis de desenvolvimento tecnológico e de divisão de trabalho. Fonte: Sandroni (2005).

A economia é dividida em setores encarregados de produzir os bens e serviços e colocá-los à disposição de consumidores no mercado. São considerados setores econômicos: primário (agropecuária), secundário (indústria) e terciário (serviço). Tais setores podem ser exemplificados para melhor compreensão:

- **Setor primário**: lavoura, pecuária, caça, pesca, extração vegetal, reflorestamento;
- **Setor secundário**: indústrias extrativa mineral, mineral não metálico, petróleo e gás; e indústria de transformação composta pelas indústrias têxtil, vestuário, calçados, alimentos, metalurgia, eletrônica, mecânica, química, material de transportes, etc.; e
- **Setor terciário**: comércio atacadista, comércio varejista, administração pública, instituições financeiras, transporte, comunicação, educação, saúde, autônomos, etc.

Sistemas de Organização Econômica

Do ponto de vista econômico, uma sociedade define o que e quanto, como e para quem produzir. Sob esta perspectiva, as formas de organização da sociedade são duas:

- Economia de mercado (ou descentralizada):
  - Sistema de concorrência pura (sem interferência do governo); e
  - Sistema de economia mista (com interferência do governo).
- Economia planificada (ou centralizada)

Economia de Mercado

Na economia de mercado em **sistema de concorrência pura** não há interferência do Estado, predominando a influência do mercado como forma de alocação dos recursos. O mecanismo de ajuste do que, quanto, como e para quem produzir em um sistema de concorrência pura em interação com o mercado será dado através de um mecanismo de preços.

Esse mecanismo atua da seguinte maneira: se houver uma elevação na quantidade ofertada além da quantidade que a sociedade demanda de determinado bem ao preço de equilíbrio, isso irá gerar a formação de estoques nas empresas produtoras, o que é indesejável levando as empresas a diminuir o preço com a finalidade de eliminar o estoque. Exatamente o contrário acontece quando o que se verifica é uma elevação na demanda, além da quantidade que é produzida a determinado preço, fazendo subir o preço de equilíbrio.

A Figura 2 apresenta graficamente como são formados os preços em uma economia de mercado. O eixo vertical representa o preço (P) de um determinado bem ou serviço enquanto o eixo horizontal representa a sua quantidade (Q). Note que a curva de demanda apresenta uma inclinação negativa, pois, à medida que o preço cai, a quantidade demandada pelo bem ou serviço cresce. Por sua vez, a inclinação positiva da oferta indica exatamente o contrário; em outras palavras, à medida que o preço do bem ou serviço eleva-se, maior é o

interesse do produtor em ofertá-lo no mercado. O equilíbrio de mercado ocorre justamente no ponto em que estas duas curvas se encontram (tangenciam), destacado no Figura 2 como ponto de equilíbrio.

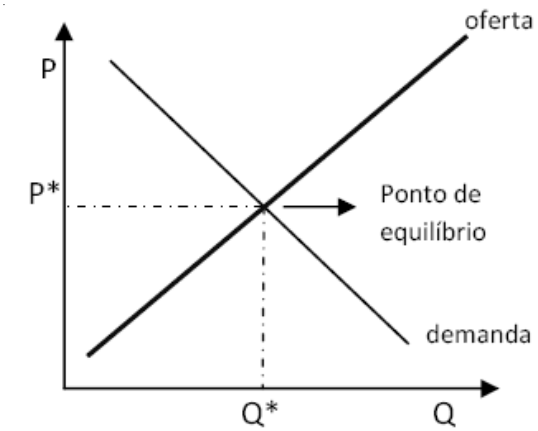

Figura 2: Ponto de equilíbrio em uma economia de mercado
Fonte: Adaptada de Mankiw (1999) e Vasconcellos (2007)

Equilíbrio de mercado – condição hipotética do mercado na qual a oferta é igual à procura. Expressa a estabilidade do sistema de forças que atuam na circulação e troca de mercadorias e títulos. Um sistema econômico é considerado em equilíbrio quando todas as variáveis permanecem imutáveis em determinado período. Fonte: Sandroni (2005).

Na economia de mercado sob um sistema de concorrência pura, a escolha do que e quanto produzir será definida pelos produtores através da expectativa de demanda e do preço que o produtor irá obter a determinado nível de produção. Em relação a como produzir em um sistema de concorrência pura serão escolhidas as formas de produção que minimizem os custos, através da adoção de um determinado volume de tecnologia e meios de produção em função de seus custos. Por fim, a escolha sobre o destino da produção neste sistema será definida também pelo preço, já que os que terão acesso à produção são aqueles que dispuserem de renda para adquirir esta produção.

Existem várias críticas a essa forma de organização da produção. Dentre estas, a principal citada é a de que os preços nem sempre flutuam livremente ao sabor do mercado, pois existem a força dos sindicatos dos trabalhadores influenciando os salários; o poder dos monopólios e oligopólios determinando os preços; e a intervenção do governo na definição de impostos, preços mínimos, congelamento de preços e subsídios, que distorcem a alocação dos recursos a partir do sistema de preços.

A economia de mercado também se expressa pelo **Sistema de Economia Mista**, sistema que constitui-se diferente do sistema de economia pura, pois este, na verdade, expressa uma simplificação da realidade. Ao contrário, a realidade é complexa e cotidianamente demonstra a necessidade de interferência do governo nos rumos da

atividade econômica. A atuação do governo é justificada, por vários motivos, dentre os quais:

- o governo complementa a iniciativa privada com investimentos em infra-estrutura, como energia, estradas, etc.;
- o governo atua na complementação de ganhos aos menos favorecidos, pois o mercado sozinho não promove perfeita distribuição de renda; e
- o governo atua na formação dos preços corrigindo externalidades através de impostos e subsídios, tabelando e fixando preços mínimos, juros e câmbio.

Economia Planificada

Em uma economia planificada ou centralizada a decisão sobre o que produzir, quanto produzir, como produzir e para quem, não será tomada através das relações de preço e de mercado. Essas decisões estarão centralizadas pelo governo através de uma unidade de planejamento.

Nesse sistema, os recursos ou meios de produção, ou seja, máquinas, edifícios, terras e entidades financeiras, entre outros, são de propriedade do Estado, sendo desta maneira considerados bens de propriedade pública. Por outro lado, os meios de sobrevivência são considerados de propriedade privada, tais como roupas, carros, televisores e aparelhos de som e entre outros pertencem aos indivíduos.

Como os fatores de produção estão sob o controle centralizado do Estado, este é quem definirá as características da produção e a distribuição dos bens entre a população. Ainda que haja respeito a algumas premissas do mercado no estabelecimento da quantidade e do preço dos produtos, outros fatores podem interferir na determinação da produção, como, por exemplo, a política de promoção de algum setor da sociedade.

Desta maneira, em uma economia planificada os preços representam apenas um instrumento de mensuração contábil dos custos de produção para controle da eficiência, não havendo desembolso por parte dos consumidores. Entretanto, como os preços também são controlados pelo governo, há explícita taxação dos bens supérfluos e sub-

sídios para os bens essenciais, como, por exemplo, para os gêneros alimentícios.

Finalmente, em relação ao lucro produzido em uma economia planificada, parte é retida pelo governo para a manutenção do Estado, parte é reinvestida na estrutura produtiva. Nesse sistema, as atividades que sejam de grande importância para a sociedade, mas que não apresentam eficiência econômica, são mantidas através da gestão do Estado sobre o conjunto da economia. Em outras palavras, o Estado transfere recursos de atividades que geram excedentes para atividades menos eficientes, porém, necessárias.

Fluxo Circular do Produto e da Renda numa Economia de Mercado

O fluxo circular da renda e do produto em uma economia de mercado mostra como são alocados os recursos na economia. A utilização de mão-de-obra por parte das empresas para realizar a produção gera a renda das famílias. Através desta renda, as famílias adquirirem determinada quantidade de bens disponíveis para o consumo, conforme suas preferências. Esses produtos são ofertados pelas mesmas empresas que consomem sua mão-de-obra e que recebem novamente os salários pagos pelo trabalho através da venda de seus produtos. Este processo ganha um contorno circular, conforme representação esquemática apresentada pela Figura 3.

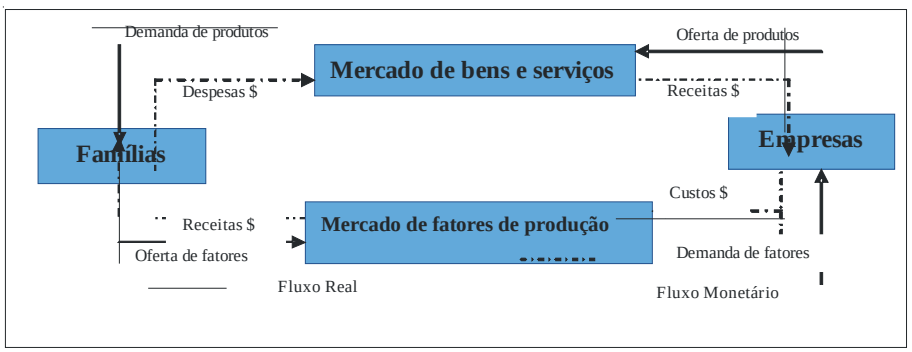

Figura 3: Fluxo circular do produto e da renda em uma economia de mercado
Fonte: Adaptada de Mankiw (1999) e Souza (2007)

Verifique, também, na Figura 3 que há um fluxo real de bens e serviços trocados entre as famílias e as empresas e um fluxo monetário utilizado para o pagamento dos salários e dos bens adquiridos.

Entretanto, é preciso ponderar que a análise econômica através de um sistema de concorrência totalmente pura é sujeita a uma série de críticas por parte de diversos analistas, já que se trata de uma grande simplificação da realidade. Na vida real o Estado é mantido através da arrecadação de impostos e, desta maneira, o fluxo circular exposto sofreria a interferência do governo nas transações entre as famílias e as empresas. Esta interferência resulta na apropriação por parte do Estado de parte da renda das famílias e da receita das empresas na forma de tributos.

Estudo da Economia: divisão de áreas

Pode-se dividir a Economia em duas grandes áreas com enfoques distintos: a microeconomia e a macroeconomia.

A microeconomia é caracterizada pelo estudo do comportamento dos indivíduos e das empresas, preocupando-se principalmente com a formação de preços, com o funcionamento do mercado e com a otimização dos recursos orçamentários de cada agente econômico, identificando o impacto de quaisquer mudanças em mercados específicos.

A macroeconomia diz respeito ao estudo do comportamento da Economia em seus agregados nacionais, como um todo e de modo abrangente, se preocupando com o comportamento do nível de preços, renda nacional, nível de emprego de mão-de-obra e de fatores de produção, taxa de juros, taxa de câmbio e do balanço de pagamento.

Microeconomia – preocupa-se com a eficiência na alocação dos fatores de produção, as quantidades de bens e serviços ofertadas e demandadas, os preços absolutos e relativos dos bens e serviços, e a otimização dos recursos orçamentários de cada um dos agentes econômicos. Fonte: Lacombe (2004).

Macroeconomia – estudo do comportamento da Economia como um todo, isto é, dos fenômenos econômicos abrangentes, como o nível de preços, a inflação, o desemprego, a política monetária de um país, etc. Fonte: Lacombe (2004).

Resumindo

Nesta Unidade demonstramos para você, caro estudante, conceitos fundamentais do objeto de estudo da Economia. A compreensão do funcionamento de uma economia de mercado, produzindo bens e serviços em setores distintos da atividade econômica, foi o tom desta Unidade. Destaque neste processo de aprendizagem para os ensinamentos sobre a economia de mercado mista, onde a iniciativa privada e o governo interagem em prol do desenvolvimento da atividade econômica. Assim como também ressaltam os campos de atuação da microeconomia e da macroeconomia como duas grandes áreas de atuação da economia, sendo que a primeira se preocupa com o indivíduo e a empresa, enquanto a segunda, com variáveis nacionais.

Atividades de aprendizagem

Nesta Unidade apresentamos o significado, as principais variáveis e o campo de estudo da Economia. Entendemos que, se você compreendeu o conteúdo exposto, com certeza não terá dificuldades em responder às questões abaixo. Em caso de dúvidas, consulte nossos tutores.

1. O que se entende por Economia?
2. O que são bens livre e bens escassos?
3. Como se configura uma economia de mercado segundo o sistema de concorrência pura?

4. O que significa economia de mercado organizada sob o sistema de economia mista?
5. Explique o fluxo circular do produto e da renda numa economia de mercado.
6. Qual é o campo de estudo da microeconomia, enquanto área de atuação da Economia?
7. Qual é o enfoque de estudos da macroeconomia?
8. Verifique como são compostos os principais componentes do fluxo de produção e renda na sua região.
9. Liste os bens e serviços livres e econômicos existentes no seu município.
10. Liste os principais bens de capital e bens de consumo existentes no seu município.

Saiba mais...

Sobre o conceito de Economia consulte o *site*:
<http://www.faa.edu.br/economia/e.php>

Sobre o significado de economia de mercado consulte o *site*:
<http://www.ideia.blogspot.com/2006/05/economia-de-mercado.html>

Sobre o tratamento de economia planificada ou centralizada consulte o *site*:
<http://www.scribd.com/doc/272416/Economia-Centralizada>

2

UNIDADE

Evolução do Pensamento Econômico

Nesta Unidade, você vai conhecer e compreender os principais fundamentos teóricos que marcaram o processo de construção da Teoria Econômica, com foco nas Escolas Clássica, Neoclássica e Keynesiana. Apresentaremos os marcos teóricos dos pensadores mais proeminentes, dentre os quais Smith, Marx, Marshall e Keynes, bem como os registros históricos que foram desencadeadores das novas teorias, como respostas aos eventos econômicos ocorridos.

Escola Clássica

Caro Estudante!

Nesta Unidade vamos apresentar a dinâmica do pensamento econômico desde sua gênese até os dias atuais. Trata-se de uma tarefa bastante ampla e complexa para ser discutida com profundidade somente nesta Unidade. Entretanto, apesar da dificuldade de se explorar toda a trajetória de conhecimento econômico em poucas páginas, nos dispomos a traçar uma linha que permita verificar como foram sendo colocados os tijolos que constituem o edifício da teoria econômica. Você vai se deparar com os principais eventos que marcaram a construção do pensamento econômico e quais são os fatores conjunturais que, muitas das vezes, deram origem aos incrementos de conhecimento ou a diferentes perspectivas econômicas. Vamos aos estudos! Não esqueça: em caso de dúvida, consulte nossos tutores.

Ao longo da evolução do conhecimento humano muito se construiu a respeito do pensamento sobre a economia e seus impactos sobre a sociedade. O fato que marca o início da análise econômica é o trabalho de **Adam Smith** intitulado *A Riqueza das Nações*. Nele são apresentados métodos de análise da dinâmica econômica na sociedade, nunca antes sistematizados com tanta clareza em outro trabalho. Deste modo, o trabalho de Smith representa o marco inicial da criação do pensamento econômico tal qual se constitui até os dias de hoje.

Sua obra publicada no Século XVIII foi fortemente influenciada pelas mudanças que

Tô a fim de saber **Adam Smith (1723-1790)**

economista e filósofo escocês. É considerado o pai da economia moderna e o mais importante teórico do liberalismo econômico. Em sua principal obra expressava que a riqueza das nações decorria da atuação dos indivíduos, que movidos pelo auto-interesse promoviam o crescimento econômico. Acreditava que a iniciativa privada deveria ser deixada livremente, com pouca ou nenhuma intervenção governamental, e que a divisão do trabalho constituía um fator poderoso para impulsionar a economia. Fonte: adaptado de http://www.economiabr.net/biografia/smith.html Acesso em: 27 jun. 2008.

estavam ocorrendo na Inglaterra da Revolução Industrial. As mudanças sociais e econômicas, provocadas pelo novo sistema de produção concentrado em uma fábrica, não podiam ser digeridas pelas estratégias mercantilistas adotadas pelos países até então. Desta forma, o trabalho de Smith surge como uma luz esclarecendo como deveria ser a nova postura do Estado para fazer face às mudanças produtivas e sociais que estavam ocorrendo nos países europeus, naquele período.

Nesta perspectiva, Smith rompe com o que se havia construído sobre a análise econômica, propondo um sistema em que são os interesses individuais em conflito que podem gerar uma situação de equilíbrio, por meio do que o autor batizou de mão-invisível. Desta maneira, a mão-invisível coordena a alocação dos recursos de uma forma equânime entre os agentes econômicos. Entende-se a mão-invisível como o mercado.

Em sua concepção, a intervenção do Estado nas questões econômicas contribuía, de forma desfavorável, para a obtenção do melhor resultado, pelo fato de acreditar que sua intervenção poderia representar um peso maior em apenas um dos lados da balança, distorcendo, assim, a ordem natural das coisas. Por sua vez, o Estado teria três funções:

- proteger a sociedade da violência e da invasão;
- proteger os membros da sociedade da injustiça e da opressão; e
- fazer e conservar obras públicas.

Para Smith, a verdadeira riqueza de um país somente poderia ser construída pelo trabalho. Neste particular, dá tratamento especial à divisão do trabalho. Este conceito está baseado na especialização do indivíduo na produção de um bem específico, bem como na forma de execução do processo produtivo. A capacidade de execução e a divisão das tarefas em etapas pelos indivíduos no processo produtivo contribuiriam para o aumento da produtividade.

O primeiro a contribuir com o pensamento econômico da escola clássica, após Smith, foi **Thomas Malthus**. Em 1820, publicou o li-

Divisão de trabalho – distribuição de tarefas entre os indivíduos ou agrupamentos sociais, de acordo com a posição que cada um deles ocupa na estrutura social e nas relações de propriedades. Nesse processo, as pessoas desempenham funções especializadas e complementares. A distribuição de tarefas ocorre mesmo numa pequena empresa, ampliando-se consideravelmente na grande empresa. Fonte: Sandroni (2005).

Tô a fim de saber **Thomas Malthus (1766-1834)**

economista e demógrafo britânico ficou conhecido, sobretudo pela teoria segundo a qual o crescimento da população tende sempre a superar a produção de alimentos, o que torna necessário o controle da natalidade. Em 1798, publicou anonimamente seu *Essay on Population* (Ensaio sobre a população), no qual afirma que a população cresce em progressão geométrica enquanto a produção de alimentos aumenta em progressão aritmética. A solução para evitar epidemias, guerras e outras catástrofes provocadas pelo excesso de população, consistiria, segundo ele, na restrição dos programas assistenciais públicos de caráter caritativo e na abstinência sexual dos membros das camadas menos favorecidas da sociedade. Fonte: http://www.economiabr.net/biografia/malthus.html Acesso em: 27 jun. 2008.

vro *Princípios de Economia Política*. Sua principal contribuição foi um alerta de que o sistema econômico poderia enfrentar problemas para suprir a demanda por alimentos da sociedade em função de que o crescimento da sociedade era dado por uma progressão geométrica, enquanto as limitações de técnicas e de terras agricultu-ráveis levavam a expansão da produção de alimentos a ocorrer em uma progressão aritmética. A lacuna deixada por Malthus foi exatamente negligenciar o papel do avanço tecnológico para solucionar este problema.

David Ricardo, outro pensador da economia clássica, apresentou contribuições importantes para o entendimento da economia em seu livro *Princípios de Economia Política e Taxação*, publicado em 1817. Um dos destaques teóricos refere-se à conceituação da renda diferencial da terra. Para Ricardo, pelo fato dos preços serem estabelecidos por meio do mercado, todos os proprietários de terra comercializavam a produção por um preço homogêneo. A diferença entre a renda obtida por um e outro produtor era decorrente da produtividade da propriedade da terra. Assim, proprietários estabelecidos em terra de melhor qualidade obtinham renda diferencial.

Outra perspectiva bastante importante da obra de Ricardo refere-se à teoria das vantagens comparativas e o comércio internacional. Aponta que o livre-comércio internacional poderia beneficiar dois países, se cada um tivesse uma vantagem relativa na produção a ser comercializada. Um país poderia comercializar determinada mercadoria que produz com vantagem, dada sua especialização (Portugal na produção de vinho), com outro país que possui especialização produtiva em produto diferente (Inglaterra na fabricação de tecido). Assim sendo, ambos ganhariam com o comércio externo realizado.

Outro representante proeminente do pensamento clássico foi **Jean Baptiste Say**, notadamente por pertencer à Escola de Pensamento Francês. Suas principais contribuições também estavam relacionadas com a complementação teórica da obra

Tô a fim de saber **David Ricardo (1772 - 1823)**

economista inglês, autor da teoria do trabalho como valor, é um dos fundadores da ciência econômica. Deixa a escola aos 14 anos para trabalhar com o pai como corretor na bolsa de valores, atividade que lhe rende prestígio profissional. Influenciado pelas idéias do economista inglês Adam Smith, aprofunda o estudo das questões monetárias. Sua teoria do trabalho, pela qual o valor de um bem é determinado de acordo com o trabalho necessário à sua produção, é considerada a contribuição mais importante para a ciência que criou. Elege-se em 1819 para o parlamento, no qual defende projetos liberais e reformistas. Fonte: http://www.algosobre.com.br/biografias/david-ricardo.html Acesso em: 27 jun. 2008.

Jean-Baptiste Say (1767-1832)

economista clássico francês, trabalhou com seguros, no jornalismo, foi editor de revista, operou um moinho de algodão, lecionou economia em Paris e publicou *Treatise on Political Economy* (1803). Tinha originalmente a intenção de seguir uma carreira de negócios. Entretanto, depois de ler *Wealth of Nations*, de Adam Smith, se inspirou para seguir sua carreira na economia política. Fonte: http://www.fae.edu/intelligentia/pensadores/say.asp Acesso em: 27 jun. 2008.

de Smith, destacando-se em seus trabalhos o conceito de que toda a oferta cria sua demanda, o que ficou conhecido como a Lei de Say, abordada no livro *Tratado de Economia Política*, publicado dom 1803. Nesta perspectiva, estava presente a crença de que em um mercado livre sempre se ajustariam automaticamente as forças que nele atuam, levando a um ponto de equilíbrio, pois tudo o que se produz gera condições para aquisição.

Considerado um cientista econômico clássico, **Karl Marx** apresentou significativa contribuição teórica para o entendimento das relações econômicas capitalistas, publicadas em diversos livros. Em sua principal obra, *O Capital*, cujo primeiro volume foi publicado em 1867, demonstra que o capitalismo é um sistema baseado na exploração do trabalho assalariado, do homem pelo homem. Expressa que a lógica do sistema capitalista é a busca constante de acumulação de capital a partir do trabalho não pago (mais-valia) apropriado pelo capitalista.

Em complemento, afirma que o sistema capitalista é inerente às crises econômicas, tais como a de sub-consumo, de crescimento desproporcional entre setores econômicos e de queda da taxa de lucro. Expressa que o sistema capitalista move-se por contradições não somente entre capital e trabalho, mas também entre o capital industrial e o capital financeiro, a partir dos resultados, lucro e juros, pois este último é deduzido do primeiro. As contradições entre capital e trabalho e capital e capital levariam o sistema capitalista a um fim, abrindo possibilidade de construção de uma sociedade igualitária: o comunismo.

Tô a fim de saber **Karl Marx (1818-1883)**

economista, considerado um dos fundadores da Sociologia e com forte influência em outras áreas das Ciências Sociais, como a Filosofia e a História. Teve participação como intelectual e como revolucionário, no movimento operário mundial. É considerado o mais eminente teórico do comunismo, cujo referencial teórico-analítico influenciou gerações de pessoas com esta perspectiva de sociedade. Além de *O Capital*, escreveu, inúmeros livros, dentre os quais *O Manifesto Comunista*, com F. Engels em 1847. Seus conceitos econômicos permitem fazer uma análise crítica do sistema de produção capitalista. Fonte: http://www.suapesquisa.com/biografias/marx/ Acesso em: 27 jun. 2008.

Mais-valia – consiste no valor do trabalho não pago ao trabalhador, decorrente da exploração exercida pelo capitalista. A força de trabalho é uma mercadoria cujo valor é determinado pelos meios de vida necessários à subsistência (alimentos, roupa, moradia, transporte, etc.). Se alguém trabalhar além das horas equivalentes à reprodução da força de trabalho estará gerando um valor a mais, valor excedente, mais-valia, sem contrapartida. Fonte: Sandroni (2005).

Escola Neoclássica

As principais contribuições da teoria neoclássica surgem no final do Século XIX relacionadas com o processo de mudanças econômicas que ocorreram no período compreendido entre 1840 e 1873.

Neste período, os países europeus e os EUA experimentaram anos de grande expansão econômica, acompanhada de um notável crescimento industrial, caracterizado principalmente pelo crescimento da indústria pesada e o fortalecimento da indústria de bens de capital. Este crescimento se processava movido por grande concentração do capital, poder e riqueza e um padrão concorrencial muito agressivo e destrutivo.

Entretanto, a partir de 1873 encerrou-se o fim deste período de grande expansão econômica e deu-se o início de um período de crise na Europa, chamado de Longa Depressão. Com o advento desta crise, o arcabouço construído pela teoria clássica não era capaz, naquele momento, de explicar a origem dos problemas bem como de apontar possíveis soluções. É neste ambiente de mudança que surgiram as escolas de pensamento de matriz neoclássica.

O neoclassicismo apresentou-se sob a forma de importantes escolas, dentre as quais se destacaram a Escola de Viena ou a Escola Psicológica Austríaca, a Escola de Lausanne ou Escola Matemática, a Escola de Cambridge e a Escola Sueca.

A Escola de Viena desenvolveu-se em torno da construção teórica de **Carl Menger**, a partir de 1870. Em 1871, ele desenvolveu a teoria do valor de troca, em seu livro *Princípios de Economia*, baseando-se no princípio da utilidade decrescente. Outros autores dessa escola que colaboraram com a construção teórica foram **Stanley Jevons**, que publicou também em 1871 o livro *Teoria da Economia Política*, e o francês **Leon Walras**, que escreveu em 1874 *Elementos de Economia Política Pura*. Uma das características dessa escola é que foi pouco divulgada no mundo em função da linguagem que ela utilizou; ainda assim, na Alemanha e na Áustria ela influenciou diversos estudos posteriores,

Tô a fim de saber

Carl Menger (1840-1921)

economista austríaco, fundador da escola austríaca de economia e do pensamento econômico neoclássico. Trabalhou como jornalista e funcionário público; lecionou na Universidade de Viena; elaborou a teoria do valor subjetivo para substituir as teorias do valor do trabalho, criadas por Adam Smith e Karl Marx; e foi um defensor ativo do liberalismo econômico. Fonte: http://augusto-economia.vilabol.uol.com.br/carlmenger.htm Acesso em: 27 jun. 2008.

William Stanley Jevons (1835 - 1882)

economista, um dos fundadores da Economia Neoclássica e formulador da *Teoria da utilidade marginal*, que imprimiu novo rumo ao pensamento econômico britânico, especialmente no que se refere à questão da determinação do valor. Fonte: http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/WiliStJe.html Acesso em: 27 jun. 2008.

Marie-Ésprit-Léon Walras (1834 - 1910)

foi economista e matemático francês, um dos criadores da *Teoria da utilidade marginal*, ao propor a matematização dos processos econômicos. Defendia a livre iniciativa como instrumento para alcançar a justiça social e a justificava matematicamente, unindo as teorias de produção, troca, moeda e capital. Fonte: http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/MarieELW.html Acesso em: 27 jun. 2008.

principalmente os de **Friedrich Von Wieser** e **Eugen Böhm-Bawerk**. Estes autores apresentaram importantes contribuições em relação à teoria do capital e do juro.

É importante ressaltar que a principal contribuição da Escola de Viena estava baseada essencialmente na mudança de foco da fonte da riqueza para o indivíduo. Nestes termos, deixou de se preocupar em verificar como a riqueza era gerada, distribuída e consumida, principal preocupação dos clássicos, e passou a verificar como são as necessidades dos homens, sua satisfação e como se dá a valoração subjetiva dos bens. Esta escola constatou que os indivíduos apresentam escalas de preferência decorrentes das mais variadas motivações, observando também que os objetos mais desejados, em geral, têm uma oferta menor a que os indivíduos realmente gostaria que tivessem.

A Escola de Lausanne, ou Escola de Matemática, constitui uma das principais ramificações do pensamento neoclássico tendo como principal representante e seu fundador Leon Walras (1834-1910). Uma das principais contribuições de Walras foi desenvolver um sistema matemático que demonstrava o equilíbrio geral na economia, justificado pela interdependência de todos os preços dentro do sistema econômico. Desta forma, mostrou que as unidades econômicas não podiam ser analisadas separadamente, sendo necessário verificar a interação destas unidades com o restante da economia.

Essa construção é alternativa ao modelo de equilíbrio desenvolvido por **Alfred Marshall**, considerado o principal representante da Escola de Cambridge, sendo referência seu principal trabalho, *Princípios de Economia*, publicado em 1890. Destaca-se nesta obra a utilização de modelos simplificados da realidade que permitem ao investigador observar frações da economia. Supõe que através destes modelos o comportamento desta fração da economia que está se analisando, que pode ser uma empresa ou

Tô a fim de saber **Friedrich Von Wieser (1851-1926)**

economista austríaco. Sua principal contribuição foi a *Teoria de imputação* do custo de produção relacionada ao custo oportunidade, e tornou-se renomado pelo desenvolvimento da *Wieser's Law*, como sua doutrina foi chamada. Fonte: http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/EcFrWies.html Acesso em: 27 jun. 2008.

Eugen Böhm-Bawerk (1851-1914)

economista austríaco conhecido por sua teoria sobre o *juro*, por ele definido como o preço do tempo; e considerado, junto com Carl Menger e Friedrich Von Wieser, um dos fundadores da Escola austríaca de Economia, além de conhecido como um dos criadores da escola *marginalista* de economia de Viena. Fonte: http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/EugenBoh.html Acesso em: 27 jun. 2008.

Alfred Marshall (1842 - 1924)

foi um dos mais influentes economistas de seu tempo. Seu livro, *Princípios de Economia* (*Principles of Economics*), procurou reunir num todo coerente as teorias da oferta e da demanda, da utilidade marginal e dos custos de produção, tornando-se o manual de economia mais adotado na Inglaterra por um longo período. Fonte: http://precodosistema.blogspot.com/2008/04/alfred-marshall-e-escola-neoclssica.html Acesso em: 27 jun. 2008.

um setor empresarial, por exemplo, não exercem influência apreciável sobre a atividade econômica restante. Todavia, isto não significa que a parte da economia que está sendo analisada permaneça inalterada; o que Marshall pondera é que esta fração da economia modelada irá se ajustar aos efeitos de uma mudança externa.

Como forma de mensurar as motivações humanas de um modo mais homogêneo, sem as dificuldades de se mensurar cada uma das atribuições de valor individual, Marshall adotou um denominador comum: a moeda. Entretanto, adotar este denominador não seria válido; o mais adequado seria utilizá-lo sobre um conjunto de indivíduos, ou seja, um grande grupo ou um organismo social, já que desta forma as diferenças de renda são niveladas. Desta forma, o estudo dos preços (de bens e de fatores) passou a constituir a principal área de investigação de Marshall, com o objetivo de descobrir as regularidades da atividade econômica.

Finamente, dentre as principais escolas que compõem o neoclassicismo está a Escola Neoclássica Sueca, cujo maior representante é **Knut Wicksell**. Suas principais contribuições estão ligadas à análise do valor e da distribuição, expressas em sua obra *Juros e Preços*, com destaque para a importância da moeda e do crédito na atividade econômica. Nestes termos, sua principal contribuição foi ser o pioneiro a integrar os aspectos monetários aos aspectos do lado real, produtivo, da economia. Nesta época, se supunha que mudanças nos valor dos preços e no valor da moeda refletiam apenas mudanças na quantidade de moeda e na velocidade de sua circulação, não promovendo alterações na quantidade produzida. Esta era dada pela oferta de recursos e pela tecnologia empregada (produtividade). A integração entre o lado monetário e o lado real da economia seria posteriormente desenvolvida com maior profundidade por **John M. Keynes**.

Tô a fim de saber **Johan Gustaf Knut Wicksell (1851-1926)**

economista sueco, estudou Filosofia e Matemática. Sua teoria dos juros e do nível geral de preços continua tendo uma grande influência na teoria monetária. Fonte: http://www.corecon-rj.org.br/Grandes_Economistas_Resultado.asp?ID=166 Acesso em: 27 jun. 2008.

John Maynard Keynes (1883-1946)

foi um dos mais importantes economistas do Século XX. As suas idéias revolucionárias levaram à adoção de políticas intervencionistas do Estado com a finalidade de criar estímulos ao desenvolvimento econômico. A sua teoria macroeconômica, desenvolvida durante os anos 1930 em plena depressão econômica, previa que uma economia poderia permanecer abaixo da sua capacidade com taxas de desemprego altas. Para solucionar este problema, Keynes propôs intervenções estatais na economia com o objetivo de estimular o crescimento e baixar o desemprego através do aumento dos gastos públicos e/ou redução da carga fiscal. Fonte: http://www.economiabr.net/biografia/keynes.html Acesso em: 27 jun. 2008.

Escola Keynesiana

A corrente keynesiana surge a partir de uma das piores crises do sistema de produção capitalista. Durante os diversos anos em que o livre mercado foi defendido com veemência pelos capitalistas, reduzindo-se a presença do Estado na economia, diversos problemas foram sendo criados nas formas de cartéis, trustes e monopólios, impedindo o funcionamento pleno do mercado. A ineficiência da auto-regulação cada vez mais freqüente, a concentração de recursos e a capacidade cada vez menor de intervir nas economias culminaram em depressões cada vez mais freqüentes e duradouras nas economias mundiais, até que eclodiu a Grande Depressão dos anos 1930.

Como poderiam surgir as condições para que a economia voltasse a se desenvolver, ocupando os fatores de produção, mão-de-obra e trazer a lucratividade desejada pelos capitalistas? Na visão de John M. Keynes (1883- 1946), um dos mais brilhantes economistas do século passado, formulada em seu no livro *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicado em 1936, o capitalismo não pode ser deixado ao simples jogo das forças do mercado. Em resposta à questão, aponta que o Estado deve ter papel relevante nesse processo, cabendo a ele a função de desenvolver políticas de intervenção, promoção e regulação no sentido de promover o desenvolvimento capitalista.

Keynes aponta nessa obra que o volume de emprego e o nível de produção nacional de uma economia são determinados pela demanda agregada ou efetiva, composta pelos gastos em consumo e investimento. Nestes termos, a premissa da Lei de Say, de que toda oferta cria sua demanda, é invertida por Keynes: é a demanda agregada de bens e serviços que impulsiona a produção e a renda na economia. Em outros termos, o gasto é que gera renda e não o contrário.

Destaque, também, na obra de Keynes é a teoria do investimento. As decisões de investimento ocorrem a partir da expectativa futura de rendimento em relação à taxa de juros no mercado. Se as expectativas de retorno do valor investido forem maior que a remuneração gerada pela taxa de juros esperada, ocorrerá investimento; caso contrário, os recursos, em vez de serem canalizados para a produção, destinam-se para o mercado financeiro. Nesse quadro, a taxa de juros determina, de forma inversa, o valor do investimento a ser feito; logo, quanto menor for o nível da primeira, maior será o valor do segundo. Importante citar, neste contexto, a consideração feita em relação ao

Demanda agregada ou efetiva – é a soma das despesas das famílias, do governo e os investimentos das empresas, consistindo na medida de demanda total de bens e serviços numa economia. A demanda agregada (DA) pode se representada pela seguinte fórmula: DA = C + I + G + (X - M) onde: C= despesas de consumo; I= despesas de investimento; G= despesas de governo; X= exportação; e M= importação. Fonte: Sandroni (2005).

Lei de Say – relação econômica que exprime a teoria macroeconômica da economia clássica e que Batiste Say defendeu em 1803 e em que a oferta cria a sua própria procura. Fonte: http://www.esfgabinete.com/dicionario/?completo=1&conceito=LEI_DE_SAY Acesso em: 10 ago. 2008

futuro: este é incerto e nada garante que as decisões tomadas de investimento levarão ao sucesso.

Após o período de guerra diversas economias ao redor do planeta adotaram o modelo keynesiano de intervenção do Estado para o crescimento da economia. Uma referência desta intervenção ocorreu com o Plano Marshall, que consistia em um plano de ajuda financeira e comercial dos Estados Unidos para a reconstrução dos países europeus e asiáticos pós II Guerra Mundial. Também, o Brasil adotou tal estratégia desenvolvimentista. A partir dos anos 1950 até o inicio dos anos 1980, o Estado brasileiro concebeu diversos esforços de industrialização através da implantação de grande número de empresas estatais de infra-estrutura e de bens de capital, entre outras. Estas empresas tinham como finalidade, única e exclusiva, fomentar o desenvolvimento econômico sob a batuta do Estado, como sugeriu Keynes.

Como a teoria keynesiana mostrou-se eficiente para superar os problemas apresentados pelo sistema de produção capitalista, a dinâmica evolutiva da ciência econômica após Keynes foi muito influenciada pelo seu pensamento. Neste período, observou-se o desenvolvimento da análise econômica a partir de sofisticados aparatos matemáticos e estatísticos, conduzindo a uma formalização ampla das ciências econômicas.

Nos dias atuais, três grupos desenvolvem formulações teóricas a partir da interpretação de sua obra: os monetaristas, os fiscalistas e os pós-keynesianos.

- Os monetaristas defendem o controle da moeda e a premissa neoclássica de baixa intervenção do Estado na economia.
- Os fiscalistas destacam a intervenção do Estado na economia através do uso de políticas fiscais como forma de promover o desenvolvimento econômico, aproximando-se da teoria keynesiana.
- A corrente dos pós-keynesianos procura mostrar que na Teoria Geral não foi negligenciado o papel da moeda e da política monetária; ao contrário, demonstra que a moeda exerce papel ativo nas decisões dos agentes, portanto requer controle na economia.

Assim como Keynes, os partidários desta escola defendem o papel proativo do Estado na condução da atividade econômica.

Resumindo

Esperamos que você, caro estudante, tenha aprendido, ao longo desta Unidade, como foi evoluindo o pensamento econômico no decorrer do tempo, numa trajetória percorrendo vários Séculos, que apresentamos de forma sintética, desde os primeiros registros de Adam Smith mostrando como a riqueza das nações é construída, passando por Karl Marx denunciando que a valorização do capital ocorre a partir da exploração da força de trabalho, até alcançar o núcleo do pensamento de John M. Keynes, onde fica evidente a importância do Estado para o desenvolvimento das relações capitalistas. Culminamos a explicação desta Unidade demonstrando a preocupação das linhas atuais do pensamento econômico com destaques para as variáveis monetária e fiscal. Logo, é grande a expectativa de que você tenha entendido como cada escola de pensamento privilegia certas variáveis na interpretação do mundo real.

Atividades de aprendizagem

Confira se você teve bom entendimento do que tratamos nesta Unidade respondendo às questões abaixo. Se precisar de auxílio, não hesite em fazer contato.

1. Comente o tratamento de Smith acerca do papel do Estado na Economia.
2. Em Ricardo estão presentes a teoria da renda da terra e a teoria das vantagens comparativas. Explique tais abordagens.
3. Qual é a principal contribuição de Malthus para a teoria econômica?

4. Qual é o significado da Ley de Say?
5. Para Marx não existe sistema capitalista sem exploração da força de trabalho. Explique.
6. Quais são as principais escolas que se formam dentro da corrente neoclássica e quais são seus principais representantes?
7. Aponte as diferenças de tratamento da economia feitas por Walras e Marshall.
8. Identifique pelo menos três das principais contribuições da teoria neoclássica.
9. Quais são as principais contribuições de Keynes para a teoria econômica?
10. A partir da obra de Keynes formam-se três correntes teóricas. Identifique e aponte suas preocupações.

Saiba mais.....

Sobre a vida e obra dos principais economistas visite os *sites*:
<http://www.pensamentoeconomico.ecn.br>
<http://www.cofecon.org.br/>

Sobre a revolução marginalista visite o *site*:
<http://www.esfgabinete.com/dicionario/
?completo=1&conceito=marginalismo>

Sobre a revolução keynesiana visite o *site*:
<http://www.esfgabinete.com/dicionario/
?completo=1&conceito=Escola%20Keynesiana>

3

UNIDADE

Oferta e demanda

Nesta Unidade, você irá analisar o comportamento da demanda e da oferta e o resultado desta interação em um ambiente de concorrência pura, sem distorções. Demonstraremos os fatores que influenciam a demanda dos consumidores por bens e serviços, bem como os motivos que levam ao seu deslocamento – aumento ou diminuição no mercado. Explicitaremos os motivos que conduzem as empresas a ofertarem os produtos e serviços e os movimentos de expansão e de redução de quantidades ofertadas. Finalizamos demonstrando o equilíbrio no mercado, situação em que demandadores e ofertadores realizam suas transações a determinado preço e quantidade, assim como simulações de ocorrência de excedente e escassez no mercado.

Demanda

Caro Estudante!

Nesta Unidade vamos possibilitar a compreensão do comportamento da demanda e da oferta e sua interação no mercado em um ambiente de livre concorrência. Você e sua família vão ao mercado demandar produtos e serviços, enquanto empresas ofertam bens e serviços. Torna-se importante compreender os determinantes de demanda e de oferta no mercado. Sabe-se, de antemão, que a demanda representa os interesses dos consumidores em relação aos seus anseios de consumo de bens e serviços, assim como a oferta reflete os interesses dos produtores dispostos a oferecer bens e serviços a determinado preço. O confronto entre o consumidor e o produtor no mercado expressa, por um lado, consumidor sempre procurando adquirir mais produtos pelo menor preço, enquanto, por outro, o produtor vendendo o maior número de unidades de seu produto pelo maior preço possível. Busca-se, a partir desta relação, demonstrar o ponto de equilíbrio de mercado em que tanto os consumidores quanto os produtores estejam satisfeitos com a quantidade e com o preço estabelecidos. Nestes termos, é importante compreender como estão dispostos os mecanismos da demanda e da oferta; para tanto, convidamos você, caro estudante, a conhecer um pouco mais de economia a partir destes princípios. Vamos aos estudos!

A demanda individual é definida como a quantidade de bem ou serviço que determinado indivíduo deseja consumir em certo período de tempo. Dois aspectos estão presentes na definição de demanda. O primeiro refere-se ao fato da demanda representar o desejo de consumir algo. Esta se encontra relacionada ao plano de

consumo, ao anseio e não ao consumo efetivamente realizado. O segundo aspecto representa o desejo de consumir algo em determinado período de tempo específico.

Vários fatores determinam a demanda por um bem ou serviço no mercado: o preço do bem e serviço, o preço de substitutos, a renda disponível e preferências do consumidor. Veja:

- **Preço de bem ou serviço**: apresenta uma relação inversa com a quantidade consumida. Em outras palavras, quanto maior o preço do bem ou serviço menor será a demanda do consumidor.
- **Preço de bens substitutos**: afeta a demanda do bem principal através do preço, porém, ponderado por quão satisfatoriamente o substituto puder satisfazer a demanda pelo primeiro. Caso o outro bem for considerado um bom substituto, o evento de um aumento de seu preço em relação ao bem principal pode estimular o consumo do outro, e vice-versa.
- **Renda disponível**: afeta a disposição de demandar determinados bens e serviço no mercado. A quantidade de recursos financeiros possibilita optar por bens e serviços mais e menos sofisticados.
- **Preferências do consumidor**: também representam impacto sobre a demanda, já que o consumidor pode preferir um produto A, se puder pagar, em detrimento ao produto B, por lhe dar mais prazer e satisfação no atendimento de suas necessidades.

O entendimento do comportamento da demanda por determinado bem ou serviço se torna mais claro quando, a partir dos dados, é construída uma curva de demanda. Sua construção se dá a partir da verificação de qual é a quantidade demandada em cada uma das possibilidades de preço em um gráfico cartesiano (Figura 4). No presente exemplo é apresentado o comportamento da demanda por ingressos para o Show do Pink Floyd no estádio do Morumbi, em São Paulo. Antes de focar a atenção no gráfico propriamente dito, verifique como se comporta a quantidade demandada de ingressos em relação aos preços que podem ser praticados. Verifique que, se o preço cobrado pelo ingresso de gramado for de $ 100, o público estimado

para esta parte do estádio seria de 20.000 pessoas pagantes; no outro extremo, caso o preço cobrado seja de $ 350, apenas 5.000 pessoas estariam dispostas a pagar pelo ingresso de gramado. Supondo-se que 5.000 é o número máximo de pessoas que o órgão da Prefeitura que regulamenta este tipo de evento estipulou para esta parte do estádio, o preço cobrado para gramado o seria $ 350.

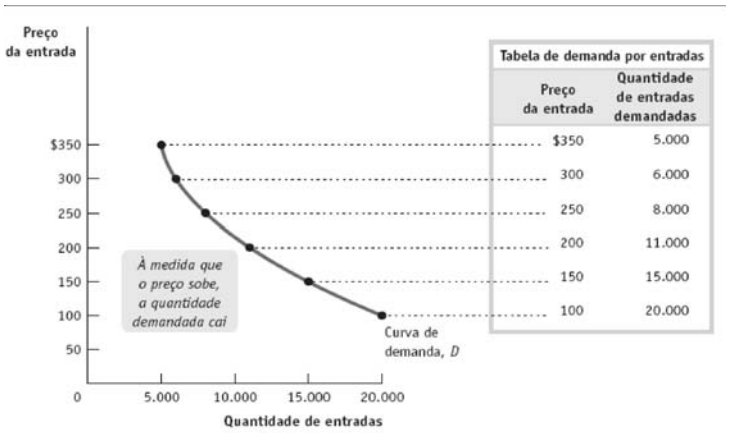

Figura 4: Relação demanda e preço por ingressos
Fonte: adaptado de Krugman; Wells (2006)

Analisando a Figura 4, nota-se que esta é composta por dois eixos, sendo que o vertical representa o preço do ingresso e o horizontal expressa a quantidade de entradas demandadas para o gramado no show. Plotando na Figura um ponto para a quantidade de ingressos em cada um dos preços obtém-se a curva de demanda.

Seguindo adiante, imagine, agora, que, por motivo de reforma nas arquibancadas do estádio, serão ofertados apenas ingressos para o gramado. Neste caso, todos os consumidores que preferiam ver o show da arquibancada, se ainda quiserem vê-lo, terão que adquirir ingressos de gramado. Desta maneira, haveria um crescimento do número de pessoas dispostas a comprar um ingresso de gramado para o show, deslocando a curva de demanda para a direita. A Figura 5 mostra a diferença entre um deslocamento ao longo da curva, de um deslocamento da curva de demanda para a direita. Com base nesta Figura, ao preço de $350, haveria 2.500 pessoas dispostas a assistir ao show, conforme aponta o ponto A plotado na primeira curva de demanda D1. Note que, se a organização do evento resolvesse ocupar o limite de espaço de 5.000 espectadores no gramado, teria que cobrar o preço de $ 215, que está representado pelo ponto B. Quando ocorre o anúncio da proibição da venda de ingressos para arquibancada, a

demanda por ingressos de gramado cresce, deslocando-se para a direita, sendo agora representada por D_2, crescendo a quantidade de ingressos vendidos a $ 350, para 5.000. Este exemplo mostra a diferença entre um deslocamento ao longo da curva de demanda, mudança do ponto A para o B, de um deslocamento da curva de demanda, de D_1 para D_2, e dos pontos A para o C.

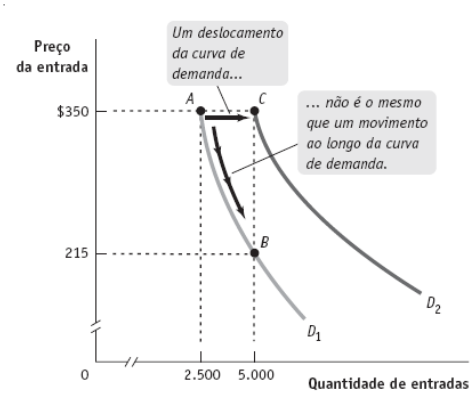

Figura 5: Diferenciação de um deslocamento ao longo da curva de demanda em relação a um deslocamento da curva de demanda
Fonte: adaptado de Krugman; Wells (2006)

Entretanto, podem ocorrer tanto deslocamentos na demanda para direita como para esquerda; em outras palavras, a demanda pode tanto crescer como pode diminuir. Um deslocamento para a direita significa um aumento de D_1 para D_2. Por outro lado, uma redução provoca um deslocamento da demanda para a esquerda, ou de D_1 para D_3, conforme expressa a Figura 6.

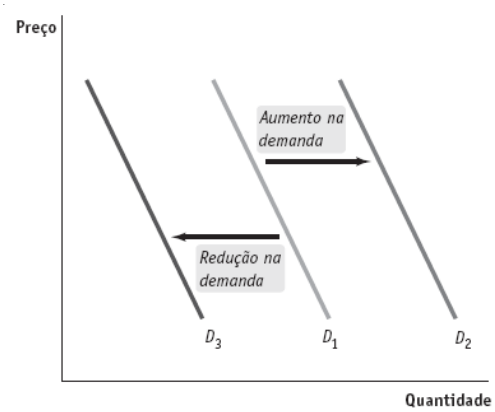

Figura 6: Impactos da redução e da elevação da demanda total
Fonte: adaptado de Krugman; Wells (2006)

Os bens substitutos e os bens complementares podem exercer influência nos deslocamentos da demanda do bem principal. Inicia-se com um exemplo de como um bem complementar pode influenciar em um deslocamento da curva de demanda de um bem: imagine que em função da superprodução de queijo tipo minas, seu preço caia bastante, fazendo com que mais pessoas decidam por sua aquisição. Neste caso, ocorre um desolamento de preço sobre uma mesma curva de demanda (lembre-se do deslocamento do ponto A para o ponto B exposto na Figura 5). Porém, o aumento do consumo de queijo minas, implica também em um deslocamento da curva de demanda de goiabada para a direita, já que diversas pessoas que antes não compravam goiabada por não ter o queijo minas, para acompanhar agora vão passar a consumi-la (lembre-se do deslocamento do ponto A para o ponto C exposto na Figura 5).

Também, os bens substitutos exercem influência sobre os deslocamentos da demanda do bem principal. Imagine, agora, o mercado de manteiga e sua curva de demanda. O que ocorreria com esta curva de demanda caso o preço da margarina sofresse uma sensível diminuição? A curva de demanda de manteiga se deslocaria para a esquerda, passando de D_1 para D_3, conforme disposto na Figura 6. Em outras palavras, uma parte considerável de consumidores, que antes demandavam manteiga, passará a demandar margarina em função de seu preço, que passou a ser mais atrativo. Nunca é demais lembrar que a demanda por manteiga não se extingue por completo, já que os consumidores que têm maior preferência pela manteiga não deixarão de consumi-la, mesmo com a redução do preço da margarina.

Bens substitutos – referem-se aos bens que podem ser consumidos em substituição a outros bens, pois exercem a função de atender às necessidades do consumidor. Fonte: Sandroni (2005)

Bens complementares – são bens econômicos que devem ser combinados com outros bens para satisfazer uma necessidade; usados em conjunto, aumentam sua utilidade. Fonte: Sandroni (2005).

Custos de produção – Soma de todos os custos originados na utilização dos bens materiais (matéria-prima, mão-de-obra, depreciação e amortização de máquinas, patentes e gastos diversos) de uma empresa na elaboração de seus produtos. Fonte: Lacombe (2004).

Oferta

Assim como a demanda, além do **preço de venda**, alguns outros fatores interferem na oferta dos produtos, entre eles destacam-se o **preço de outros bens substitutos**, os **custos de produção**, e as **expectativas dos produtores em relação à demanda futura**.

Inicialmente, trata-se da discussão da oferta a partir da influência do preço, já que este determinante é o que mais nos interessa neste item. A reação do ofertante em relação ao preço é exatamente o

oposto da reação dos consumidores, ou seja, seu desejo de ofertar bens é estimulado quando se elevam os preços. É importante destacar aqui, que, assim como a demanda, em relação à oferta está se tratando do desejo de vender determinada quantidade de bens ou serviços em determinado período de tempo a certo nível de preço. Nestes termos, aqui, como anteriormente, não se trata de um fato consumado, mas de um anseio.

A Figura 7 apresenta a curva da oferta e esta se posiciona de forma diferente da curva da demanda, configurando comportamentos antagônicos. Avalia-se a curva de oferta propriamente dita, a partir da disposição de ingressos de gramado para o show do Pink Floyd no Estádio do Morumbi em função dos preços. Para tornar o exemplo mais real, incorpora-se a noção de que, quanto maior o número de pessoas, maior o aparato de segurança e organização que os promotores do evento terão que proporcionar, fazendo com que exista a necessidade de dosar bem a oferta em relação ao preço. Deste modo, verifique que quanto mais o preço do ingresso vai crescendo, maior é a quantidade de ingressos que os promotores do evento terão interesse em ofertar. Neste sentido, note que a curva da oferta apresenta uma inclinação positiva em relação ao eixo vertical, representado pelos preços.

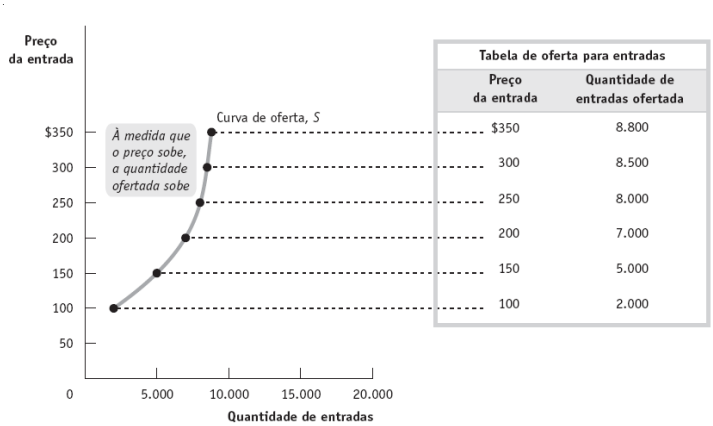

Figura 7: Relação entre a oferta e o preço dos ingressos
Fonte: adaptado de Krugman; Wells (2006)

Muito embora a oferta seja grandemente estimulada pelos preços, como foi dito anteriormente, este não é o único fator que influencia na decisão da quantidade que será ofertada. Imagine que no mesmo dia em que os organizadores estejam programando o show do Pink Floyd no Estádio do Morumbi, seja programado um show religi-

oso no Estádio do Pacaembu, e que, devido à ocorrência de dois eventos de grande porte em um mesmo dia, ocorra a carência de profissionais de segurança em eventos deste porte na cidade de São Paulo. Desta maneira, os promotores do evento terão que recorrer a profissionais especializados na cidade do Rio de Janeiro, o que faria com que a oferta de ingressos diminuísse. Tal fato provocaria uma redução na oferta de ingressos, representada na Figura 8 pela mudança da curva de oferta S_1 para S_3. Em caso contrário, se já se previsse a ocorrência dos eventos na mesma data e o evento religioso por algum motivo fosse adiado, a curva de oferta se deslocaria para a direita, já que não seria mais necessário trazer seguranças de outra localidade, fazendo reduzir este custo. O impacto disso pode ser verificado pelo deslocamento da curva S_1 para S_2.

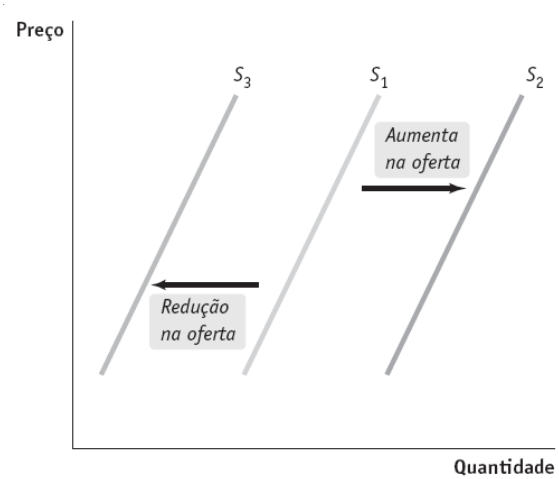

Figura 8: Deslocamentos da oferta
Fonte: adaptado de Krugman; Wells (2006)

Finalmente, é importante destacar o papel que as expectativas podem ter para a definição da quantidade ofertada. Se por algum motivo, os produtores de bens e serviços souberem de alguma informação que possa levar a um aumento da demanda, por exemplo, irão reagir a esta expectativa produzindo um volume maior de bens e serviços visando atender a esta possível demanda. Os produtores estão sempre estimando qual será a quantidade demandada para ter condições de atender à demanda de mercado. Considere, por exemplo, as expectativas de oferta que se formam no meio empresarial no final de cada ano, motivadas pela festa natalina e recebimento do 13º salário pelo trabalhador.

Equilíbrio de Mercado

Com base nas mesmas curvas de demanda e oferta utilizadas, anteriormente, para estimar os preços e as quantidades desejas pelo público e pela organização do show do Pink Floyd na cidade de São Paulo, procede-se, agora, à união das duas curvas em um mesmo gráfico. Note que há um ponto em que as curvas de demanda e de oferta se cruzam. É exatamente neste ponto em que os interesses dos dois lados se equilibram, já que nele a quantidade que se deseja vender e consumir é a mesma em um mesmo preço. Verifique, na Figura 9, que o preço de equilíbrio e quantidade de equilíbrio para o show (representado na Figura 9 como o ponto E) corresponde a $ 250 e 8.000 pessoas.

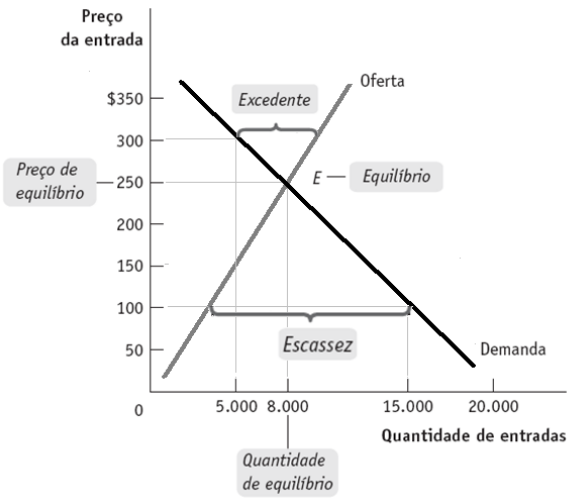

Figura 9: Equilíbrio de mercado
Fonte: adaptado de Krugman; Wells (2006)

Para melhor compreensão do ponto de equilíbrio, verifique que se os ofertantes desejassem vender os ingressos no valor de $ 300, iriam provocar uma situação de excesso de oferta, já que neste preço eles teriam interesse em vender mais de 8.000 ingressos, porém neste preço não haveria contrapartida da demanda para esta oferta. Neste caso, seria oferecido um valor excedente de ingressos. Por outro lado, caso o preço fosse de $ 100, a demanda iria superar em muito a quantidade de ingressos que os produtores do evento estariam dispostos a vender neste preço, e então seria observada a escassez de ingressos.

Além de identificar qual é o preço de equilíbrio, ao se reunir em um mesmo gráfico as curvas de demanda e de oferta, torna-se mais

Excedente – situação que ocorre quando a quantidade de bens e recursos supera as necessidades existentes. Neste quadro, o consumidor é beneficiado, pois a oferta de bens e serviços é superior à demanda, levando os preços a caírem. Sob esta perspectiva, deixa de perder parte de sua renda com a demanda efetuada, podendo usá-la para outros fins. Fonte: Lacombe (2004).

Escassez – em termos econômicos, a escassez surge do pressuposto de que as necessidades humanas são infinitas, ao passo que os bens ou os meios de satisfazê-las são sempre finitos. Diante deste contexto, na economia estudam-se os processos produtivos pelos quais a escassez pode ser diminuída, empregando de formas mais eficientes os recursos disponíveis, agilizando as formas de produção e melhorando a distribuição dos bens. Fonte: Sandroni (2005).

fácil identificar qual é o impacto dos deslocamentos das curvas em relação ao preço e a quantidade. Inicialmente, pode-se identificar qual é o impacto de um deslocamento da demanda no mercado de café, a partir do anúncio de uma revista cientifica especializada denotando as qualidades desta bebida como estimulante, representado pela Figura 10. Note que um deslocamento para a direita da curva de demanda, ou seja, a mudança da curva D_1 para a D_2, faz crescer a quantidade consumida de Q_1 para Q_2, que por sua vez provoca, como resposta, a maior demanda para uma mesma oferta (note que a curva de oferta permanece a mesma), a elevação do preço de P_1 para P_2. O processo contrário não está representado nesta Figura, porém é de simples abstração. Imagine que a demanda por café diminui, mas, como a oferta permanece a mesma, o preço irá reduzir.

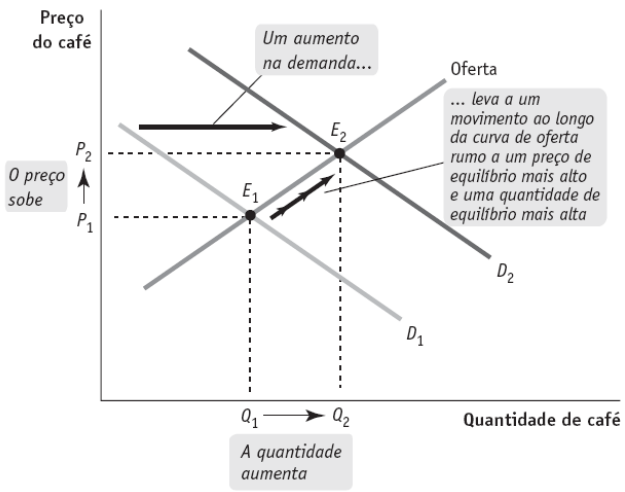

Figura 10: Deslocamento da demanda
Fonte: adaptado de Krugman; Wells (2006)

Agora, que já se conhece o efeito de um deslocamento da curva de demanda para uma mesma oferta, compreender o impacto de um deslocamento da oferta para uma mesma demanda se torna mais fácil. Imagine que há um crescimento na oferta de chip de computador motivado pela descoberta de uma nova técnica de produção, que traz um grande incremento na produtividade. Supondo que a demanda permaneça a mesma, verifica-se que haveria uma queda de preços, representada pela Figura 11. Note que a curva de oferta passa de S_1 para S_2, aumentando a quantidade de Q_1 para Q_2 e resultando em uma queda de preço de P_1 para P_2.

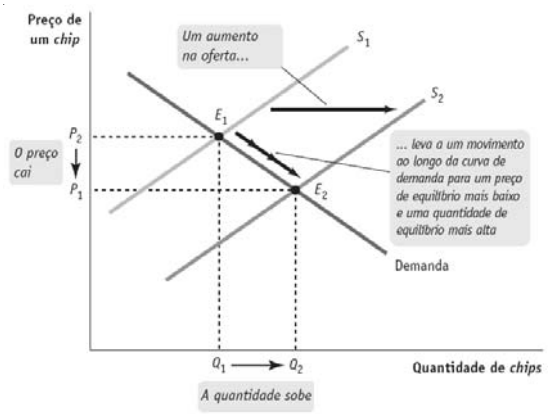

Figura 11: Deslocamento da oferta
Fonte: adaptado de Krugman; Wells (2006)

Desta maneira, verifica-se que a interação entre os interesses dos demandantes e dos ofertantes em uma economia de mercado tende a gerar uma situação em que se encontre um determinado patamar de preço e quantidade que satisfaça às necessidades de ambos os interesses. Lembre-se que, além do preço do produto em questão, existem outros fatores que interferem nas decisões dos consumidores e dos vendedores. Porém, não é o escopo de nosso estudo esmiuçar todas as nuanças que compõem o comportamento dos produtores e dos demandantes. Tal nível de aprofundamento é o objetivo de estudo de um curso de microeconomia, onde são apresentados todos os fatores que permeiam o comportamento destes agentes.

Elasticidade – relação entre as diferentes quantidades de procura e de oferta de certas mercadorias, diante das alterações em seus respectivos preços. Existem duas categorias de elasticidade: 1) elasticidade perfeita, quando uma diminuta mudança nos preços provoca grande alteração no consumo; 2) elasticidade imperfeita, quando uma mudança no preço não interfere na quantidade de consumo. Fonte: Sandroni (2005).

Elasticidades

A elasticidade representa uma medida de resposta de compradores e vendedores às mudanças no preço e na renda.

A **elasticidade-preço da demanda** mede quanto a demanda reage a uma mudança no preço. A demanda por um bem é considerada elástica se a quantidade demanda responder muito a uma dada variação de preço. A demanda por um bem é considerada inelástica se a demanda é insensível à mudança de preço.

A elasticidade preço da demanda (Ep) pode ser expressa em termo algébrico:

$$Ep = \frac{\text{Variação das quantidades demandadas}}{\text{Variação dos preços}}$$

O coeficiente de elasticidade-preço da demanda é um número que se expressa de forma negativa, uma vez que o preço e a quantidade demandada são inversamente relacionados.

Podem ser citados exemplos de bens com alta elasticidade de demanda (elástica), como refeição em restaurante, veículos automotores, viagem aérea, carne bovina, refrigerante, turismo, manteiga, etc. Da mesma forma, podem ser registrados bens com baixa elasticidade de demanda (inelástica), tais como insulina, sal, gasolina, petróleo, ovos, leite, etc.

Outro conceito relacionado a elasticidade refere-se a **elasticidade-renda da demanda**. Assim como a anterior, expressa variação percentual, pois, trata da variação da renda do consumidor sobre a variação na quantidade demandada. Se a elasticidade-renda for maior que zero, afirma-se que o bem é normal (bem em que um aumento na renda provoca o aumento na quantidade demandada), porém se for menor que zero, o bem é inferior (bem em que um aumento na renda provoca a diminuição na quantidade demandada).

A elasticidade-renda (Er) pode ser expressa algebricamente:

$$Er = \frac{\text{Variação na renda do consumidor}}{\text{Variação das quantidades demandadas}}$$

Podem ser citados exemplos de bem normal que tem elasticidade-renda positiva, tais como frutas frescas, computadores, viagens aéreas, lazer, etc. Exemplos de bem inferior que tem elasticidade-renda negativa, também, podem ser citados: passagem de ônibus, moradia, carne de segunda, pão, batatas, etc.

De modo semelhante, outro conceito de elasticidade é introduzido. Trata-se da **elasticidade cruzada da demanda**. Esta serve para analisar a relação entre os diversos bens. Assim expressa: entre dois bens, a elasticidade cruzada da demanda (Ec) mede a variação percentual na quantidade demandada do bem 1, em resposta a uma dada variação percentual do preço do bem 2.

$$Ec = \frac{\text{Variação das quantidades demandadas do bem 1}}{\text{Variação do preço no bem 2}}$$

Quando o coeficiente é positivo, diz-se que os produtos são substitutos um do outro, porém quando o coeficiente é negativo, os produtos são complementares. São considerados bens substitutos quando oferecem condições de substituir imediatamente o outro. Exemplos podem ser citados: manteiga e margarina, cinema e locação de fita de vídeo, carne de frango e carne de vaca, cerveja e refrigerante. Em caso do coeficiente ser negativo, os produtos são complementares quando o aumento no preço de um deles, ocasiona uma redução na quantidade demandada do outro. Exemplos podem ser colocados: camisa social e gravata, sapato e meia, pão e margarina, computador e *software*.

Por fim, cabe ainda expor a ocorrência de **elasticidade-preço da oferta** (Eo). A elasticidade-preço da oferta mede o quanto a quantidade ofertada responde à mudança de preço. Esta elasticidade é expressa de forma algébrica:

$$Eo = \frac{\text{Variação das quantidades ofertadas}}{\text{Variação dos preços}}$$

Essa elasticidade é considerada elástica e inelástica. No primeiro caso, ocorre quando a quantidade ofertada responde bem à alteração nos preços. No segundo caso, verifica-se quando essa resposta na quantidade ofertada é pequena em relação às mudanças de preço. O resultado alcançado expressa número positivo, pois as variações de preço e quantidade movem-se na mesma trajetória.

Resumindo

Nesta Unidade, esperamos que você, caro estudante, tenha aprendido e compreendido um pouco mais sobre o funcionamento do mercado a partir do tratamento teórico dos fatores que determinam a demanda e a oferta no mercado. Neste propósito, demonstramos que a demanda e a oferta percorrem movimentos inversos em relação a preços e quantidades dos bens e serviços no mercado. Evidenciamos que além da renda, outros fatores como existência de produtos substitutos e preferência do consumidor influenciam a demanda. Da mesma forma, esclarecemos que, além do preço, os fatores como custo de produção e preço de produtos substitutos contribuem para determinar a oferta de bens e serviços na economia. De forma geral, esperamos ter contribuído para o melhor entendimento do movimento das curvas de demanda e de oferta de mercado, sinalizados não somente pela possibilidade de equilíbrio, mas também por ocorrências de excesso e escassez de bens e serviços, assim como esperamos ter auxiliado na compreensão do quanto a demanda e a oferta reagem às mudança nos preços, através do conceito de elasticidade-preço.

Atividades de aprendizagem

Vamos verificar como está o seu entendimento sobre o conteúdo desta Unidade. Responda às questões abaixo. Em caso de dúvidas, por favor, entre em contato, pois estaremos prontos para ajudá-lo.

1. Por que existe uma relação direta entre preço e quantidade na curva de demanda e uma relação inversa na curva de oferta?
2. Explique situações de ocorrência de deslocamento da curva de demanda e de deslocamento ao longo da curva de demanda no mercado.
3. Faça uma figura e dê exemplos de aumento e redução na demanda.
4. Faça uma figura e dê exemplos de aumento e redução da oferta.
5. Explique quando ocorrem o equilíbrio, a escassez e o excedente no mercado.
6. Explique situações de ocorrência de deslocamento da curva de oferta e de deslocamento ao longo da curva de oferta no mercado.
7. O que significa o conceito de elasticidade-preço da demanda e da oferta?
8. Faça exercícios apontando coeficientes de elasticidade-renda e elasticidade cruzada.da demanda.

Saiba mais.....

Sobre o significado de termos econômicos como demanda, oferta, elasticidade e mercado, visite o *site*: <www.economiabr.net>

4

UNIDADE

Estruturas de Mercado

Nesta Unidade, você vai conhecer e diferenciar a caracterização das estruturas de mercado existentes na Economia, com o propósito de apresentar suas distintas conformações.

Mercado: significado e características

Caro Estudante!

Nesta Unidade vamos caracterizar a estrutura de mercado na economia. É no mercado que procuramos adquirir bens e serviços para satisfação de nossas necessidades, bem como é neste espaço que as empresas procuram ofertar seus produtos. Porém, o mercado não se apresenta de forma homogênea; ao contrário, há distinções em sua estrutura que influenciam a oferta e a demanda de bens e serviços. No mundo real, há mercado caracterizado pelo domínio de um número restrito de produtores, assim como há mercado regido por um grande número de produtores que não possuem poder de influenciar os preços. Assim sendo, convidamos você, caro estudante, para compreender como estão dispostas as forças que definem o preço e a quantidade nos mais diversos segmentos produtivos. Não perca tempo! Você participa da estrutura de mercado da economia, logo deve estar animado para compreendê-la, saber seu significado e as suas características. Vamos ao estudo!

O mercado pode ser definido na ciência econômica como a junção de agentes conflitantes - consumidores e empresas - que constituem um ambiente no qual serão determinados os preços e as quantidades. Desta maneira, é no ambiente do mercado em que são realizadas as trocas pelos agentes econômicos. Essas trocas podem ocorrer de maneira direta e indireta.

- **troca direta**: refere-se à transação que é realizada, face a face, entre o comprador e o vendedor, em momento de negociação e concretização do negócio pessoalmente. Cita-se, como exemplo desta troca quando uma pessoa adquire frutas e verduras de um vendedor, numa feira livre; e

- **troca indireta**: é realizada por meio de bolsas de mercadorias, tais como bolsas de cereais, por exemplo. Estas trocas não são realizadas diretamente entre comprador e vendedor e o preço é definido pelo conjunto das trocas que estão sendo realizadas. Para conhecer exemplos de Bolsas de Mercadorias acesse <http://www.bbnet.com.br/pages/portal/bbmnet/home.asp> ou então <http://www.bmf.com.br/portal/portal.asp>.

O entendimento do significado de trocas direta e indireta contribui para a compreensão de que o mercado não é restrito por limites geográficos, como se pode pensar *a priori*. O mercado pode ser caracterizado como sendo um espaço econômico que apresenta descontinuidade territorial, descartando-se, desta forma, a possibilidade de ficar limitado a uma área particular. Outra questão importante a respeito do mercado é que, como o preço recebe um papel protagonista, as negociações apresentam um caráter voluntário como forma de se estabelecer um patamar razoável entre as partes.

O mercado é composto por determinada quantidade de agentes com capacidade de influenciar ou não a determinação do preço, assim como existem comportamentos dos agentes que podem conduzir à ocorrência ou não de determinadas reações entre os mesmos, quando decisões particulares são tomadas. Neste sentido, existem, numa extremidade, o mercado atomizado e, em outra, o mercado não atomizado. Veja:

- **mercado atomizado**: configura-se como uma estrutura em que grande número de agentes toma decisões no mercado, porém cada decisão individual não consegue ser captada pelo restante. As decisões tomam um cunho individual e não conseguem surtir efeito sobre o restante de transações que estão sendo realizadas. Em mercado atomizado, uma empresa não consegue saber quais são as decisões que as empresas concorrentes estão tomando, e os consumidores não têm clareza sobre as condições em que seus pares estão realizando suas aquisições. Neste tipo de situação, os consumidores e vendedores são tomadores de preço, e desta maneira não têm poder para influenciar na formação do mesmo; e

- **mercado não atomizado**: refere-se a uma estrutura em que as decisões tomadas por um indivíduo são conhecidas pelos outros, provocando alterações nas decisões que serão tomadas pelos demais. Este mercado é, geralmente, composto por um número restrito de agentes econômicos. Todavia, a idéia central, além do fato de que existem poucos indivíduos, é que há compartilhamento de informações. Essa situação é caracterizada pela falta de concorrência, podendo implicar desde distorções na concorrência como na total ausência dela. Neste contexto, é possível que algum dos agentes econômicos detenha alguma ou até mesmo total influência na determinação dos preços.

Assim como é possível qualificar o mercado pela quantidade dos agentes e comportamentos decisórios de seus participantes, pode-se também classificá-lo, segundo a natureza do bem ou serviço, em duas categorias: mercado puro e mercado imperfeito. Veja:

- **mercado puro**: é caracterizado por bens ou serviços puros ou homogêneos, aqueles que possam ser encontrados no mercado em um mesmo padrão, sem grandes dificuldades. Em verdade, estes bens não são tão fáceis de serem exemplificados em nosso cotidiano, porém pode-se, como fator de sugestão de mercados puros, usar a água mineral sem gás, gasolina comum, flores, cimentos e alguns tipos de *commodities*. A principal questão que define a ocorrência do mercado puro é o fato de que estes bens/serviços podem ser substituídos, independente de quem é o fornecedor; e

- **mercado imperfeito**: é caracterizado por produtos tidos como diferenciados, ou seja, por produtos que apresentem algum tipo de característica que os tornem singulares, como um pão de uma padaria que pode ser melhor que o da padaria ao lado, por exemplo. Neste caso, ainda que existam bens ou serviços substitutos, estes não podem ser considerados substitutos perfeitos. Além dos produtos ou serviços, em diversos casos existem também alguns tipos de insumos usados na produção que podem caracterizar diferenciação, tais como: elemento exclusivo de uma localidade, habilidade especifica da mão-de-obra, conhecimento empregado na fabricação de difícil assimilação, entre outros.

Commodity – expressão na língua inglesa que designa os produtos que não apresentam diferenciações significativas, sendo basicamente homogêneos, tais como: trigo, milho, feijão, metais, etc. Fonte: Lacombe (2004).

Variáveis que definem a estrutura de mercado: uma primeira classificação

Como considerado anteriormente, a quantidade de agentes envolvidos e a diferenciação dos bens ou serviços são as variáveis que contribuem para definir as diferentes estruturas de mercado. É necessário dizer que no mundo real é possível verificar um grande número de diferentes estruturas de mercado. Todavia, estas estruturas apresentam singularidade com alguma das estruturas de mercado: o monopólio, caracterizado por um único produtor, o oligopólio, caracterizado por um número restrito de produtores, e, por fim, a concorrência perfeita, definida por um grande número de produtores sem nenhum poder para influenciar os preços.

A Figura 12 apresenta um resumo de como a quantidade de agentes e a diferenciação dos produtos podem definir diferentes tipos de estrutura de mercado. Note que quando há um único produtor e os produtos não são diferenciados, ocorre uma situação de monopólio. Neste caso, há apenas um produto e um único fornecedor, o que dá a este grande capacidade de influenciar o preço do bem ou serviço que esteja sendo comercializado. Em seguida, quando se verifica que existem produtores independentemente se os produtos fabricados são diferenciados ou não, há a caracterização de um oligopólio. Tal estrutura é caracterizada pelo fato de que os produtores dispõem de algum poder para influenciar no estabelecimento de preço, porém não um poder total, já que podem ser surpreendidos pela reação de outro produtor.

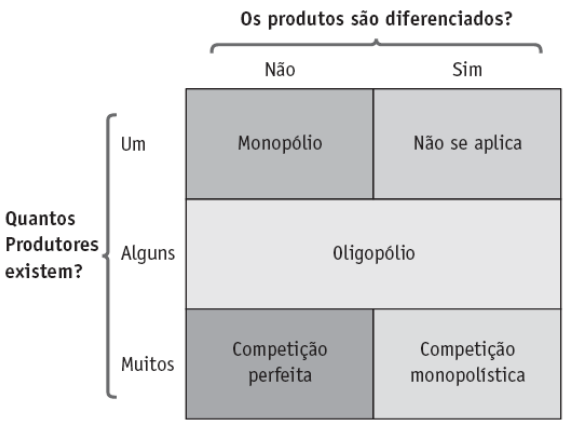

Figura 12: Quadro-síntese dos tipos de estrutura de mercado
Fonte: adaptado de Krugman e Wells (2006)

Na parte inferior da Figura 12, nota-se que, quando os produtos são diferenciados e há um grande número de produtores, existe uma concorrência monopolística. Este tipo de concorrência pode ser exemplificada pelas padarias de uma cidade: em cada uma delas o pão tem características particulares, porém há uma variedade razoável de padarias que permite ao consumidor escolher a que melhor lhe agrada. Por fim, quando os produtos não são diferenciados e há um grande número de produtores, verifica-se uma situação de concorrência perfeita.

Estruturas de Mercado: uma classificação abrangente

O mercado apresenta-se regido por diferentes estruturas, englobadas em duas grandes magnitudes: mercados imperfeitos e mercados perfeitos.

Mercados Imperfeitos

Os mercados imperfeitos são divididos em: monopólio, monopsônio, oligopólio, oligopsônio e concorrência monopolística. Veja:

Monopólio

Essa estrutura de mercado designa uma situação em que há apenas um único vendedor ou prestador de serviço, de maneira que este se caracterize como a única fonte para suprir esta demanda. Tal característica dá a este produtor, seja de serviço ou de bem, poder de mercado para escolher o preço ou a quantidade que melhor lhe convier. Desta forma, cabe ao monopolista decidir qual das duas variáveis deverá escolher para melhorar sua condição. Caso escolha um preço maior, a quantidade se reduz; caso opte pela quantidade, não terá como ter domínio sobre o preço. Deste modo, ainda que detenha grande capacidade de determinar uma maior lucratividade, o monopolista não consegue ter domínio sobre o preço e a quantidade.

De uma maneira geral, é difícil encontrar um monopólio em estado puro, já que esta prática é geralmente combatida na economia pelos governantes. Porém, situações de monopólios, ainda que não totalmente puras, ocorrem pela falta do que pode ser chamado de um bom substituto. Como também pode ocorrer a presença de monopólio natural, formado em decorrência do número de empresas em relação ao tamanho de mercado, assim como há monopólio que se estabelece na forma de monopólio estatal, criado pelo Estado em face de razões específicas, dentre as quais a soberania nacional.

Para que se construa a situação de monopólio, é necessário que existam barreiras à entrada de concorrentes potenciais que possam quebrar a soberania da empresa monopolista. As barreiras à entrada podem ser resumidas em três tipos predominantes: as tecnológicas, as legais e institucionais e as outras. Veja:

- **Tecnológicas**: são determinadas pelo tipo de conhecimento ou necessidade de grande aporte de capital para que a produção da empresa possa ser reproduzida por outra empresa concorrente. Este tipo de monopólio também esta relacionado às atividades que demandam determinado nível de escala e que inviabilizem duas empresas atuarem, simultaneamente, no segmento do mercado ou localidade. Como exemplos desta situação estão as concessionárias de água, gás encanado e energia elétrica.
- **Legais e institucionais**: nesta categoria podem se enquadrar diversos tipos de barreiras à entrada: domínio ou controle de fontes de matérias-primas, que podem ser fruto de alvarás e licenças de funcionamento obtidas junto às autoridades competentes. Normalmente, este tipo de alvará ou licença tem um prazo limite e uma série de limitações para ser obtido. Um exemplo deste tipo de monopólio é a concessão da Petrobrás para exploração do petróleo em solo brasileiro. Outro tipo de barreira à entrada que se enquadra nesta categoria são os direitos autorais e *copyrigthts*, assim como marcas registradas e patentes. Em relação às patentes, em muitos casos existe um prazo de vigência, constituindo-se em um monopólio temporário. Por fim, as concessões também são barreiras à entrada que se enquadram na categoria de legais e institucionais, sendo

Monopólio natural – situação de mercado em que o tamanho ótimo de instalação e a produção de uma empresa são suficientes para atender a todo o mercado, de forma que existe espaço para apenas uma empresa. O monopólio natural existe sempre que a demanda é pequena o bastante para ser totalmente coberta por apenas uma empresa. Fonte: Sandroni (2005).

Monopólio estatal – trata-se de monopólio criado pela legislação, atribuído ao Estado em face da exclusividade na oferta de bens e serviços. Várias razões são colocadas para justificar esta estrutura, dentre as quais as relacionadas a questões sociais, a motivos de segurança nacional ou a motivos econômicos. Fonte: Sandroni (2005).

Copyrigth – direito exclusivo do autor, compositor ou editor de imprimir, reproduzir ou vender obra literária, artística ou científica; direito autoral. Fonte: Houaiss (2001).

exemplos as concessões de transporte de passageiro e de cobrança de pedágios em rodovias.

- **Outras**: nesta categoria podem ser identificados dois tipos de barreiras à entrada: dimensão do mercado, que está relacionada à limitação de tamanho do mercado, que não traz interesse a duas empresas para atuarem em um mesmo município ou até mesmo uma região sem que a atividade seja deficitária. Um exemplo seria um posto de gasolina em um pequeno município, em que dois seriam demais para a demanda local de combustível.

As estruturas de mercado monopolísticas podem apresentar tanto vantagens como desvantagens para a sociedade. Em relação às vantagens das estruturas monopolísticas destacam-se as economias de escala, tão necessárias em determinados tipos de atividade econômica. Porém, o problema decorrente das economias de escala obtidas pelo poder de monopólio é que nem sempre os ganhos são repassados ao consumidor, sendo na maioria das vezes apropriados em sua totalidade pelo produtor.

Em relação às desvantagens do poder de monopólio destaca-se a possibilidade da firma monopolista se tornar ineficiente em detrimento da falta de competitividade. Neste caso, inibe a busca por melhores e eficientes práticas produtivas, falta de opções de escolha dos consumidores e preços elevados, entre outros.

Monopsônio

O monopsônio se refere à estrutura de mercado inversa ao monopólio. Nesta estrutura, existem diversos produtores de bens ou serviços, porém apenas um comprador. Geralmente, este tipo de estrutura de mercado é derivado da venda de algum bem ou serviço intermediário, e está relacionado à existência de um monopólio mais à frente. Para um melhor esclarecimento, imagine que em determinado país exista apenas uma única empresa que produz navios. Todas as empresas que produzem motores para navios terão apenas esta empresa como cliente, estando refém de seus interesses. Note que, no caso do monopsônio, o poder de mercado muda de lado: se no monopólio estava do lado da oferta, em um monopsônio ele está do lado da demanda.

Existem outros exemplos de mercados monopsônicos, como os relacionados aos fornecedores de autopeças de uso específico para determinado veículo, como um farol. Os fornecedores têm como único comprador a empresa fabricante do automóvel. Outro exemplo de monopsônio são os grandes atacados de cereais e frutas que atuam em determinadas regiões adquirindo a produção dos pequenos agricultores, que não dispõem de outro canal de comercialização a não ser se sujeitar à figura deste grande atacadista. Essa dependência está ligada ao fato do agricultor não contar com a infra-estrutura necessária para o escoamento, armazenamento e venda de sua produção. Desta maneira, os monopsonistas, assim como os monopolistas, são ditadores de preço e não tomadores.

Oligopólio

A estrutura de mercado conhecida como oligopólio pode ser caracterizada como uma extensão da estrutura monopolística, já que, assim como na outra, o mercado não é atomizado, de maneira que é constituído por um número limitado de produtores, porém mais que um. Ainda que seja constituído por um número limitado de produtores um oligopólio é caracterizado pelo fato de que os produtores são concorrentes e rivais entre si, de forma que existe interdependência mútua e incerteza em relação às ações que estes agentes irão tomar.

Desta maneira, as ações de uma empresa dentro de uma estrutura de mercado oligopolizada devem levar em consideração qual será a reação da outra empresa frente à sua ação. Conta com a reação esperada do concorrente e desenha sua possível atitude. Nestes termos, as ações das empresas oligopolistas se assemelham às ações dos enxadristas durante uma partida.

O oligopólio pode ser dividido em dois tipos: puro e diferenciado. Veja:

- **Oligopólio puro**: é caracterizado pelo fato de não haver um bom substituto para o produto que as empresas oligopolistas produzem, ou seja, pelo fato de oferecerem um produto padronizado sem diferenciação. No Brasil existem alguns segmentos que exemplificam este tipo de oligopólio, como os setores de cimento, vidro plano e liso e aço, entre outros.

- **Oligopólio diferenciado**: é mais comum na economia do que o oligopólio. Neste tipo de estrutura existe certa diferenciação de produto, de maneira que cada produtor desfruta de algum poder de monopólio sobre seu produto; só que existem bons substitutos para ele. São casos típicos de oligopólio diferenciado o setor automobilístico e as empresas de cervejas e refrigerantes, entre outros.

Quando há oligopólio puro as empresas envolvidas neste mercado costumam desenvolver formas mútuas de se proteger na forma de acordos, que tanto podem ser legais como podem estar à margem da legislação, ou ainda estabelecer posturas menos agressivas, na forma de acordos tácitos ou verbais. Estes acordos podem ser classificados em organizados e não organizados. Veja:

Tácito – silencioso, calado. Em que não há rumor. Fonte: Ferreira (2004).

- **acordos organizados**: são estabelecidos através de conluio, tais como cartéis ou através de acordos como o que foi firmado pelos países-membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) nos anos 1970; e
- **acordos não organizados**: são acordos em que se verifica a supremacia de uma empresa em relação às outras, de maneira que a empresa líder apresenta a capacidade de tomar as principais decisões que serão seguidas pelas outras empresas oligopolistas menores.

O motivo para a ocorrência de estruturas de mercado oligopolizadas está relacionado com pelo menos um dos seguintes fatores:

- **Fatores históricos**: empresas que se inseriram em determinado segmento produtivo e criaram um conjunto de vantagens através de seu pioneirismo, de maneira que se torna difícil que empresas entrantes consigam competir em igualdade de condições com a empresa pioneira. Desta maneira, a empresa pioneira, em função de sua vantagem, dispõe de uma parcela significativa do mercado e, por outro lado, é alvo das estratégias de enfrentamento das empresas menores que estão buscando maior participação.
- **Fusões e incorporações**: neste tipo de oligopólio o número de firmas vai se reduzindo através da aquisição de empresas por parte de suas concorrentes. Este tipo de prá-

tica, além de aumentar a participação da empresa que adquire outras no mercado, também vai aniquilando as empresas que poderiam oferecer algum tipo de ameaça à soberania do mercado da empresa que se perpetua. O setor automobilístico verificou um intenso processo de fusões e aquisições de empresas na década de 1930, quando desapareceu do mercado um grande número de pequenas empresas, consolidando-se apenas um pequeno grupo de grandes empresas.

- **Implantação de políticas específicas**: este é o tipo de oligopólio consentido pelo Estado em função de seus interesses, ou dos interesses da sociedade. Tomando como exemplo o caso brasileiro, na década de 1950 o governo liderado pelo Presidente da República, Juscelino Kubstischek, estimulou o estabelecimento de empresas de capital estrangeiro como forma de produzir bens internamente para reduzir a importação de manufaturados. Porém, esse processo foi caracterizado pelo estabelecimento de um número reduzido de empresas nos segmentos de grande porte, como os setores naval e automobilístico.

Assim como no caso do monopólio, no oligopólio se verificam vantagens e desvantagens. Em relação às vantagens, nota-se que em alguns casos, devido às incertezas das ações das empresas que compõem este mercado, sua postura em relação aos preços e ao avanço tecnológico se assemelha à da estrutura de concorrência perfeita. Em relação às desvantagens possíveis, verifica-se em muitos casos que as empresas oligopolistas acabam não praticando preços em um patamar normal, em função do poder de mercado exercido pelas empresas do oligopólio, principalmente se houver uma empresa líder.

Oligopsônio

Essa estrutura de mercado está para o oligopólio como o monopsônio está para o monopólio. Neste caso, existem apenas algumas empresas que demandam a produção de diversos agentes vendedores. Assim como no oligopólio, são observados oligopsônios puros e diferenciados, dependendo da natureza do produto ofertado. O diferencial está relacionado se o oligopsônio demanda produto diferenciado ou não.

Um exemplo de como funciona um oligopsônio pode ser verificado no segmento de frigoríficos, que apresenta um número restrito em determinada região, porém há um número elevado de pecuaristas para vender gado. Em função do número restrito de frigoríficos para vender seu rebanho no período de abatimento, os pecuaristas estão sujeitos a uma quantidade limitada de compradores.

Concorrência Monopolística

Essa estrutura de mercado apresenta bastante semelhança com a concorrência perfeita, já que sua estrutura é bastante atomizada, porém os produtos apresentam características não homogêneas, de maneira que o produto de um ofertante não é perfeitamente igual ao produto do outro.

Nesse tipo de estrutura mercadológica são fatores relevantes as preferências do consumidor em relação às características singulares do produto ou serviço de determinado produtor e as estratégias de venda, promoção das qualidades ou distinções dos produtos por parte dos ofertantes. A característica dessa estrutura de mercado permite que o ofertante tenha, pelo menos por algum tempo, domínio sobre a preferência de consumo de alguns clientes.

Essa preferência do consumidor pode ser quebrada caso o empresário resolva elevar muito o preço de venda, já que o consumidor pode, ainda que com menor satisfação, encontrar um bem substituto que se aproxime ao bem que consumia antes. Da mesma maneira, o consumidor pode migrar para outro produto, caso verifique vantagens como melhor qualidade ou menor preço. São exemplos deste tipo de estrutura as padarias, pizzarias, restaurantes, produtores de artigos de higiene e beleza e vestuário, entre outros.

Mercado de Concorrência Perfeita

Finalmente, a última estrutura de mercado que resta apresentar é a de concorrência perfeita. Todavia cabe esclarecer que esta estrutura é muito mais uma abstração da realidade, um ideal de mercado a ser buscado, do que um tipo de estrutura comumente verificado no cotidiano. Sendo assim, a concorrência perfeita ocorre em mercados que sejam totalmente atomizados e que os bens ou serviços em que estejam sendo ofertados sejam totalmente homogêneos, de maneira que sejam entre si substitutos perfeitos.

Concorrência perfeita – modelo criado pela economia clássica, da forma que assumiria um mercado em que o produtor e o consumidor não têm poder para influenciar os preços. Além das características citadas, segue, do lado da oferta, a inexistência de economia de escala de tal forma que nenhum vendedor pode crescer a ponto de dominar o mercado. Do lado da demanda, destaca-se a inexistência de problema de locomoção. Fonte: Sandroni (2005).

Desta maneira, são características da concorrência perfeita as seguintes propriedades:

- **livre mobilidade**: os agentes podem entrar ou sair do mercado em busca de uma situação que lhes seja mais conveniente, sem conviver com a existência de barreiras;
- **ausência de externalidades**: como não há diferenciação entre os produtos e os agentes são tomadores de preço, não existem vantagens ou desvantagens em se optar por este ou por aquele bem ou serviço;
- **transparência**: as informações são disponibilizadas para todos os agentes presentes no mercado. Neste sentido, não existe assimetria de informações; e
- **divisibilidade perfeita entre insumos e produtos**: todos os produtos fabricados encontram, sem distinção, os insumos produtivos na mesma quantidade.

Como a concorrência perfeita está mais para um objetivo a ser alcançado do que para um mercado real, sua exemplificação é difícil; todavia é relevante ressaltar que este modelo de mercado é de bastante utilidade para se verificar quais são os fatores de desajuste nas alocações na economia, em busca de mercados mais eficientes. Deste modo, estruturas de mercado que consigam se aproximar da concorrência perfeita se constituem em situações em que há maior benefício social.

Resumindo

Nesta Unidade esperamos que você, caro estudante, tenha conhecido e compreendido mais sobre as estruturas de mercado existentes na economia. Como você deve ter notado, em termos teóricos, há registros de casos extremos, com presença de um único produtor influenciando preço e quantidade, bem como estruturas formadas por número significativo de produtores sem poder de influenciar tais variáveis. Ao ler o texto e se deparar com as características e exemplos citados de tipos de estrutura de mercado, esperamos que você tenha concluído que existem diferentes formas de organização da produção e consumo, definidoras de preço e quantidade. Em outras palavras, esperamos ter demonstrado que compreender o funcionamento do mercado é mais complexo que a simples condição de agentes econômicos ofertando e consumindo bens e serviços, a determinado preço e quantidade.

Atividades de aprendizagem

Nesta Unidade discutiu-se a estrutura de mercado com destaque para as forma perfeita e imperfeita. Espera-se que o conteúdo exposto tenha lhe agregado novos conhecimentos em Economia. Aproveite e teste estes conhecimentos, respondendo às questões abaixo; e se tiver dificuldades, recorra aos nossos tutores.

1. Qual é a diferença entre um mercado atomizado e um não atomizado? Em qual deles pode haver influência na determinação dos preços?
2. Qual é a diferença entre mercados puros e imperfeitos? Em qual deles o consumidor pode mudar de produto sem perda ou ganho de satisfação em função das características do bem ou serviço?
3. Quais são os tipos de barreiras à entrada que permitem a ocorrência de um monopólio?
4. O que é um monopsônio? Qual é a sua diferença em relação a um monopólio?
5. Quais são os tipos de monopólios possíveis? Qual deles é o mais facilmente encontrado?
6. Descreva sucintamente o que é uma estrutura de mercado de concorrência monopolística.
7. O mercado de concorrência perfeita apresenta que tipo de característica em relação à quantidade de agentes econômicos e da característica do bem ou serviço? Este é um tipo de estrutura de mercado comumente encontrada na economia?

Saiba mais...

Sobre as estruturas de mercado nas formas de concorrência, monopólio e oligopólio, consulte o *site*:
<http://www.renascebrasil.com.br/f_concorrencia2.htm>

5

UNIDADE

Mensuração da Atividade Econômica

Objetivo

Nesta Unidade, você irá estudar e compreender as formas de mensuração da atividade econômica a partir dos agregados macroeconômicos.

Definindo a Contabilidade Social e seus Objetivos

Caro Estudante!

Nesta Unidade vamos apresentar o significado dos principais agregados macroeconômicos bem como a maneira como são calculados seus indicadores. Os agregados macroeconômicos são constituídos a partir de indicadores da renda, da despesa e do produto nacional, de maneira que sua obtenção ocorre a partir da mensuração das transações realizadas pelos agentes econômicos. É de suma importância ter compreensão destes agregados, pois os dados obtidos possibilitam acompanhar o desempenho da economia do país ao longo do tempo, como também permitem comparações entre diferentes economias nacionais. Neste sentido, convidamos a conhecer um pouco mais de Economia, adentrando em uma área de estudo intitulada de contabilidade social. Vamos ao estudo!

A contabilidade social abrange os seguintes fatores:

- desenvolvimentos conceituais, adotando-se toda a economia como uma unidade de referência;
- diferenciação dos principais fluxos macroeconômicos interconectados: o produto, a renda, e o dispêndio;
- aproximações progressistas no modelo sistematizado de contabilidade social, partindo de uma concepção simplificada da economia até chegar, por meio de sucessivas adições, a um sistema completo de agentes, de transações e de agregados; e
- definição e diferenciação dos principais agregados macroeconômicos: Produto Nacional Bruto – PNB, Produto Interno Bruto – PIB, Produto Nacional Líquido – PNL, Receita Nacional e Renda Pessoal Disponível.

A necessidade de mensuração da atividade econômica surge em função dos impactos negativos que as flutuações econômicas trazem. Com efeito, a contabilização da atividade econômica é uma forma de prover o sistema econômico de informações que permitam o planejamento da atividade econômica bem como o estabelecimento de parâmetros e metas para o desenvolvimento destas atividades.

Desta maneira são objetivos da contabilidade nacional:

- o planejamento de políticas anti-depressão, capazes de criar panoramas de sustentabilidade do crescimento da economia, dos níveis de emprego e da produção;
- o conhecimento da estrutura e do potencial dos sistemas nacionais, com o objetivo de traçar programas de desenvolvimento socioeconômico; e
- o suprimento de dados agregados internacionalmente compatíveis, para uso das entidades multilaterais que se originaram no pós-guerra, como a Organização das Nações Unidas – ONU, o Fundo Monetário Internacional – FMI, e o Banco Mundial.

Desta forma, a contabilidade social é uma ferramenta importante para o estabelecimento de políticas de desenvolvimento econômico e social, de planejamento e de definição de metas e na identificação de setores econômicos que não estejam apresentando resultados esperados de um país. Da mesma maneira, os órgãos internacionais fazem uso da contabilidade social dos países como forma de comparar os diferentes padrões de desenvolvimento visando auxiliar, quando necessário, na promoção de ações desenvolvimentistas.

O Papel da Despesa e da Renda na Economia

Uma das formas de se verificar o sucesso econômico de uma pessoa é verificar qual é sua renda. Da mesma forma, para se ter um termômetro do comportamento da economia de um país, a renda se constitui como um importante referencial. Assim, ao se avaliar o Produto Interno Bruno – PIB de um país está se avaliando sua renda, ou seja, a sua capacidade de gerar riqueza, de produzir e consumir bens.

Duas variáveis podem ser calculadas através do PIB, de forma simultânea: a renda gerada na economia e a despesa total com bens e serviços produzidos na economia. Essa capacidade de medir dois fenômenos ao mesmo tempo é derivada da perspectiva econômica de que a renda e o dispêndio devem ser iguais. A explicação desta igualdade é bastante simples: imagine que em uma transação comercial qualquer há de um lado do balcão um vendedor, que representa a renda, e do outro lado o comprador, que está neste momento representando o dispêndio.

O fluxo circular da renda e do dispêndio, mostrado na Unidade 1, também auxilia a compreensão dessa avaliação. Na Figura 3, o fluxo real representa a troca dos bens e serviços entre empresas e as famílias através do mercado de bens e de fatores de produção, enquanto o fluxo monetário registra as trocas que são realizadas entre as empresas e as famílias nos mercados de fatores e de bens/serviços, representando o PIB da economia.

Produto Interno Bruto: conceito e forma de cálculo

O PIB representa o valor de todos os bens e serviços finais produzidos internamente na economia, em um determinado período. É importante ressaltar o significado do termo bens e serviços finais na conceituação deste indicador. Entende-se como bens e serviços finais aqueles que estão totalmente acabados e já podem ser destinados ao consumo.

Contudo, há que se tomar cuidado para evitar dupla contagem dos bens e serviços no cálculo do PIB, considerando que há bens e serviços que são finais e outros que figuram como intermediários. Ado-

tando o pneu como exemplo, este pode ser considerado um bem intermediário, não sendo computado para fins de cálculo do PIB quando é adquirido e usado na fabricação de um automóvel. É considerado um bem final, caso esteja no estoque da fábrica de carros e não tiver sido usado como bem intermediário, no momento em que o levantamento da produção estiver sendo realizado. Porém, neste caso, na próxima estimação do PIB, no outro ano, por exemplo, este não será contado. Por fim, a última maneira que o pneu pode entrar na conta do PIB é quando é vendido como peça de reposição para os automóveis usados. Em síntese, um produto é considerado bem final quando é estoque ou quando é destinado ao seu uso final, sendo considerado bem intermediário quando no período em análise foi utilizado como insumo produtivo.

Neste sentido, a contribuição dos diversos produtos intermediários no cálculo do PIB ocorre a partir do quanto de valor se adicionou em cada operação produtiva. Assim sendo, um bloco de aço bruto tem um valor, ao receber acabamento apresenta outro valor, ao ser usinado e transformado em uma peça de avião recebe outro incremento de valor, assim, até sucessivamente o avião ficar pronto. Desta forma, a contabilidade nacional considera o valor adicionado por cada etapa do processo produtivo do avião.

Porém, se porventura a empresa de aviões fabricar 20 pares de asas em um determinado ano, e consumir apenas 15, os cinco pares restantes devem entrar no cálculo do PIB neste ano, já que há valor incorporado nos pares produzidos no período em questão. Se fosse deixado para computar este valor após a conclusão dos cinco aviões no ano seguinte, parte do produto contabilizado teria sido fabricada no ano anterior, distorcendo o valor do PIB em ambos os anos.

Outro aspecto relevante que entra em discussão é o fato de que o PIB faz referência a um período específico de tempo, de maneira que o seu cálculo não leva em consideração o número de casas comercializadas em 2007, mas o número de casas que foram produzidas neste ano. O que será levado em consideração no PIB deste ano em relação às casas comercializadas é o eventual pagamento de corretagem, que entraria no cálculo não como um bem, mas como uma receita de serviço. Da mesma maneira, os automóveis usados não entram no cálculo do PIB, mas apenas o resultado da corretagem das negociações destes bens.

Outro ponto importante que deve ser destacado em relação ao cálculo do PIB é que ele é calculado a partir do preço de mercado do bem ou serviço. Sendo assim, seu valor também inclui diversos im-

postos indiretos que estão embutidos no preço de mercado, tais como o IPI (Imposto sobre a produção industrial) e o ICM (Imposto sobre a circulação de mercadorias). Desta forma, o montante de recursos recebido pelo produtor não é o mesmo que o preço dos bens.

Diferença entre o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Nacional Bruto (PNB)

A principal diferença entre o valor do PIB e o valor do PNB se refere a qual é o país detentor dos fatores de produção envolvidos na produção. Para se calcular o PIB leva-se em consideração toda a produção realizada dentro do país, até mesmo aquela produção realizada por empresas multinacionais que tenha sido realizada efetivamente no país. Desta maneira, ainda que empresas como a Microsoft, Nike, Nestlé, entre outras, remetam parte ou a totalidade de seus lucros para os países de origem, o valor da produção destes bens e serviços realizados internamente entram no calculo do PIB.

Por outro lado, o PNB, leva apenas em consideração a produção de empresas nacionais, independentemente se esta produção se realizou domesticamente ou em outro país. Desta maneira, para efeito do cálculo do PNB dos Estados Unidos são computados os lucros recebidos das empresas deste país que estão instaladas em todos os outros países do mundo.

Esta diferenciação entre as formas de cálculo, é bastante importante quando se compara a economia de diferentes países. Ao se verificar o produto da economia norte-americana, por exemplo, é muito mais relevante levar o PNB em consideração do que o PIB, já que, notadamente, este país apresenta um grande número de empresas que atuam em diversos outros países e remetem seus lucros para suas respectivas matrizes. Diferentemente, ao se avaliar a economia brasileira o PIB reflete um indicador mais relevante, já que aqui se verifica um grande número de empresas estrangeiras produzindo e enviando seus lucros para o exterior, porém um pequeno número de empresas brasileiras que fazem o mesmo.

Justifica-se avaliar a economia através do PIB, e não do PNB, em economias que apresentem um grande número de empresas de

capital estrangeiro atuando no país. Tal justificativa ocorre em função de que, ainda que sejam remetidos os lucros destas empresas para os países de origem, estão também sendo remunerados os fatores de produção internamente, como mão-de-obra e aluguel de terras, assim como se verifica o consumo de bens intermediários produzidos internamente e que foram utilizados na produção das empresas de capital estrangeiro. Porém, é importante que se ressalte que o ideal seria que o valor do PIB se aproximasse bastante do valor do PNB, o que demonstraria equilíbrio entre a entrada e a saída dos recursos entre os países: todavia, isso dificilmente ocorre.

Em síntese, pode-se descrever a diferenciação entre o PIB e o PNB a partir do seguinte esquema:

PNB = PIB + renda recebida do exterior – renda enviada ao exterior

Limitações no Cálculo do PIB

Ainda que o cálculo do PIB nos mais diversos países seja realizado através de procedimentos metodológicos comuns estabelecidos em convenção entre os países, este vem sofrendo constantes melhorias com a finalidade de se obter da maneira mais cristalina possível o que realmente foi produzido em uma economia em um determinado período. Entretanto, existem alguns fatores que podem distorcer o cálculo do PIB, dentre os quais se destacam:

- **Transações não totalmente ilegais**: estas transações, integrantes da economia informal, apesar de não representarem atividades criminosas, não são contabilizadas oficialmente e não recolhem impostos. Esta categoria de transações envolve os camelôs, vendedores ambulantes e prestadores de serviços informais, como pintores, encanadores e eletricistas, que não possuem empresa formalmente aberta, assim como as faxineiras e as diaristas, que sobrevivem de rendimentos sem registro oficial.
- **Economia ilegal**: apesar de se constituírem em atividades ilegais, as quais o Estado tem o dever de reprimir para

que não ocorram, transações como o tráfico de drogas, contrabando e comércio ilegal de armas, entre outros, movimentam um volume considerável de recursos. Deste modo, essas atividades criam diversos impactos na economia formal, já que os agentes que as realizam acabam sempre, de uma maneira ou de outra, formalizando o fruto destas atividades para que possam adquirir bens e gozar do conforto proporcionado pelos lucros.

- **Atividades não comercializáveis, serviços públicos e afins**: alguns serviços prestados pelo Estado, como segurança. Tanto a segurança pública fornecida através do aparato policial quanto a soberania nacional garantida pelas atividades das forças armadas (exército, marinha e aeronáutica), representam atividades que têm custo para a sociedade, porém não podem ser mensuradas através de um determinado valor pago pelo serviço. Essas atividades geram emprego, investimentos e produto para a economia, sem que se possa verificar quanto foi efetivamente pago por elas.

Para que se possa obter um valor para o PIB mais próximo da realidade, utiliza-se a técnica de estimação dos valores. As limitações de cômputo de valores e as dificuldades de se verificar quanto se produziu em cada uma das transações realizadas em um determinado país em certo período de tempo justificam a estimativa de valor. Considere a dificuldade deste cálculo em uma cidade de médio porte; agora, imagine como é muito mais difícil o cálculo em um país. Há concordância deste procedimento metodológico desde que as variáveis que compõem esta estimação sejam coletadas da forma mais criteriosa possível, no intuito de que o resultado seja o mais próximo da realidade.

Algumas Identidades Macroeconômicas

A verificação esquemática de como são obtidas algumas identidades macroeconômicas é importante para a melhor compreensão de como é realizada a contabilidade social e de como se obtém os valores do PIB e da Renda Nacional, entre outros.

Primeiramente, imagine uma economia simples, sem governo, e fechada ao comércio internacional. Nesta economia, o produto é obtido a partir da seguinte maneira:

$$Y \equiv C + I$$

Onde:

Y = Produto;

C = Consumo;

I = Investimentos;

≡ Significa idêntico, ou identidade.

Consumo – utilização, aplicação, uso ou gasto de um bem ou serviço por um indivíduo ou uma empresa. Refere-se ao objetivo e à fase final do processo produtivo, precedida pelas etapas de fabricação, armazenagem, embalagem, distribuição e comercialização. Fonte: Sandroni (2005).

Investimento – aplicação de recursos (dinheiro ou títulos) em empreendimentos que renderão juros ou lucros, em geral à longo prazo. Num sentido amplo, o termo aplica-se tanto à compra de máquinas e equipamentos e imóveis para a instalação de unidades produtivas como à compra de títulos financeiros (letras de câmbio, ações, etc.). Fonte: Sandroni (2005).

Essa equação aponta que o somatório dos bens e serviços produzidos pela economia em determinado período de tempo é idêntico ao consumido mais o revertido em investimentos. Anteriormente, comentou-se que os pneus adquiridos pela montadora de automóveis, que não foram usados na produção no período, seriam contabilizados como bem final no cálculo do produto. Desta maneira, o saldo do que não foi consumido na produção, mas foi produzido em outra etapa da produção neste período, se constitui em um investimento das empresas para a produção do período seguinte. É importante observar que nem sempre este investimento é desejado ou premeditado pelas empresas. Em muitos casos, uma empresa adquire matéria-prima para sua produção anual prevendo determinado volume de vendas, no entanto, se suas vendas não apresentam o patamar esperado, esta reduz a produção a um patamar inferior ao planejado. Em correspondência, acaba ficando em seu estoque com determinada quantidade de matéria-prima sem manufaturar. Esta quantidade de matéria-prima soma-se a determinada quantidade de produto que pode ter restado sem vender. Assim sendo, tanto a matéria-prima adquirida como a produção que não foi vendida constituem investimento, ainda que seja indesejado ou não premeditado pela empresa.

Em seguida, após definir o produto pela perspectiva do dispêndio, explica-se como ocorre pelo lado das famílias, em termos de geração de renda:

$$Y \equiv S + C$$

Onde:

S = Poupança

Note que, diferentemente das empresas, as famílias consomem produtos com sua renda ou poupam para consumir no futuro. A soma da quantidade consumida com a quantidade poupada representa o produto da economia sob esta ótica.

Combinando essas duas identidades, pode-se obter a seguinte esquematização:

$$C + I \equiv Y \equiv C + S$$

Poupança – parte da renda nacional ou individual que não é utilizada em despesas, sendo guardada e aplicada depois de deduzidos os impostos. Vários fatores estimulam a poupança, destacando-se: a ocorrência de taxas de juros elevadas e as expectativas negativas quanto a rendimentos futuros. Fonte: Sandroni (2005).

Desta maneira, o lado esquerdo da identidade mostra os componentes da demanda e o lado direito aponta a alocação da renda por parte das famílias. Assim como estão dispostas as duas perspectivas, é facilmente encontrado, a partir de uma manipulação algébrica simples, que a poupança é igual ao investimento na economia:

$$S \equiv I$$

Os recursos que são poupados pelas famílias são repassados às empresas para que possam ser empregados na produção; como prêmio por esta poupança, as famílias recebem juros das empresas. Para melhor entendimento utiliza-se um exemplo. Imagine que um agricultor isolado colheu em um dado ano 15 sacos de determinado grão. Agora, supondo que sua família durante todo o ano tenha consumido apenas 10 destes sacos, restaram 5 sacos como poupança. Porém, este estoque de 5 sacos será usado no ano seguinte como semente para a próxima colheita, convertendo-se em um investimento.

Quando o governo e o comércio internacional são incorporados no cômputo das variáveis na determinação do produto, obtém-se:

$$Y \equiv C + I + G + NX$$

Onde:

G = Compras de bens ou serviços pelo governo;

NX = Saldos comercial entre as importações e as exportações.

Note que agora as aquisições do governo e o saldo das vendas para o exterior menos as compras no exterior também são incorpora-

das no cálculo do produto. Com a inclusão do governo e do setor externo na economia, surge a necessidade de calcular qual é a renda disponível para o consumo nesta economia, já que com o governo há tributação. Deste modo, a renda disponível é esquematizada da seguinte maneira:

$$Yd \equiv Y + TR - TA$$

Onde:

TA = Todos os impostos cobrados pelo governo;

TR = Transferências ao setor privado (incluindo juros)

Lembre-se que, além da cobrança de impostos que reduz a renda disponível das famílias, existem agentes que poupam parte de sua renda e recebem transferências na forma de juros, ou participação dos lucros das empresas, que são acrescidas à sua renda disponível. Desta maneira, a renda disponível é a que será alocada pelas famílias para o consumo e para a poupança.

$$Y \equiv C + S + (TA - TR)$$

A partir destas identidades pode-se obter a identidade macroeconômica básica em uma economia aberta e com o governo:

$$\underbrace{C + G + I + NX}_{1} \quad \underbrace{Y}_{2} \quad \underbrace{Yd + (TA - TR)}_{3} \quad \underbrace{C + S + (TA - TR)}_{4}$$

Onde:

1 – Representa a demanda por produto pelos componentes do produto;

2 – Representa o produto ou o PIB;

3 – Representa a renda disponível para o consumo, ou seja, o PIB acrescido das transferências e deduzindo-se os impostos; e

4 – Representa a renda disponível alocada na forma de consumo e poupança.

Deste modo, é possível observar através deste procedimento contábil como o produto é constituído pelo lado da demanda e da renda, assim como verificar como o governo impacta a renda disponível das famílias, através da cobrança de impostos.

Resumindo

Nesta Unidade demonstramos o sistema de contabilidade social de um país. O conhecimento das principais variáveis e das formas de cálculos é um requerimento importante no processo de aprendizagem. A atenção dada para a explicação das variáveis, como PIB e PNB, demonstra a preocupação de mostrar como se calcula o resultado da produção de riqueza de um país, tanto de bens como de serviços. Esperamos ter contribuído para esclarecer e estimular estudos mais aprofundados sobre estas variáveis, pois deparamo-nos no cotidiano com informações freqüentes sobre o desempenho de economia, cujas variáveis estudadas são citadas.

Atividades de aprendizagem

Para que você possa certificar-se que entendeu o que foi abordado nesta Unidade, apresentamos algumas atividades. É importante que você responda-as e encaminhe-as ao seu tutor através do AVEA. Caso encontre dificuldades, volte, releia o texto e também busque o auxílio do seu tutor.

1. Apresente sucintamente quais são os objetivos da contabilidade social.
2. Quais são as duas variáveis que o Produto Interno Bruto (PIB) é capaz de medir simultaneamente? Como isto é possível?
3. Explique a diferença entre bem final e bem intermediário para o cálculo do PIB.

4. Qual a diferença entre o PIB e o PNB? Mostre de forma esquemática e explique.
5. Quais são as restrições para o cálculo do PIB?
6. O investimento é igual à poupança? Explique.
7. O investimento realizado pelas empresas em determinado ano é totalmente planejado? Explique.
8. Pesquise e avalie o comportamento dos indicadores estudados na contabilidade social do Brasil.

Saiba mais.....

Sobre o cálculo do PIB no Brasil e sua evolução durante os últimos anos, visite os *sites*:
<http://www.ibge.gov.br/home/>
<http://www.ipeadata.gov.br/>

6

UNIDADE

Teoria Monetária: conceitos básicos

Nesta Unidade, você irá analisar e estudar sobre moeda e as formas de sua gestão na economia.

Moeda: conceito, funções e evolução

Caro Estudante, estamos iniciando nova Unidade de estudo, agora sobre teoria monetária. No conteúdo a ser apresentado destacam-se a moeda e a política monetária. A compreensão desta Unidade é relevante para o seu conhecimento, pois a moeda é um ativo fundamental na economia pelas funções que exerce. Como as decisões dos agentes são afetadas pelas suas funções, exige-se seu controle pelas Autoridades Monetárias. Assim sendo, no seu cotidiano você executa uma ou as várias funções da moeda, bem como é afetado pelas decisões das Autoridades Monetárias de controle desta variável na economia. Dada esta relevância, convidamos você a adentrar neste conteúdo e, em caso de dúvidas, saiba que seu tutor estará à sua disposição para auxiliá-lo.

A moeda é definida como um ativo financeiro de aceitação geral, utilizada na troca de bens e serviços, com propriedade de capacidade de pagamento instantânea garantida por lei.

A moeda constitui um bem que serve de padrão de valor ou equivalente geral para todos os demais bens e serviços trocados e consumidos na economia. Através da moeda os preços são expressos e as dívidas e os bens e serviços são pagos pelos agentes na sociedade.

A moeda corrente que circula de forma livre no interior de qualquer país é denominada de moeda nacional. Entretanto, há moeda considerada internacional, atributo considerado pela qualidade de ser moeda forte, como o dólar e o euro, e aceita nas transações que se processam em nível mundial.

As principais funções da moeda são:

- **Meio ou instrumento de troca**: trata-se da função de facilitadora das trocas de bens e de pagamento de serviços efetuados. O reconhecimento generalizado desta função possibilita superar problemas de divisibilidade de bens na

troca, dupla coincidência de desejos, redução de tempo e diminuição de custos de transação.

- **Unidade de medida**: refere-se à unidade representativa de conta – valor – nas transações dos bens e serviços. Constitui referência para se fazer cálculos econômicos, bem como para comparar e agregar valor de bens e serviços.
- **Reserva de valor**: constitui-se na função de guardar poder de compra ao longo do tempo, de hoje para amanhã. Pode ser guardada para uso posterior, dado que possui a característica de ser utilizada num momento futuro.

Por sua vez, a moeda assumiu diferentes formas ao longo do tempo, cuja evolução ocorreu em estreita relação com as transformações nas estruturas econômicas, sendo destaques:

- Na Antigüidade, usavam-se os bens produzidos para comprar outros bens ou quitar dívidas, sendo a moeda considerada **moeda-escambo**. As trocas ocorriam para sanar necessidades específicas, dada as dificuldades de transporte e de distância entre as pessoas.
- Este processo evoluiu para a **moeda-mercadoria**, quando a produção excedente passou a ser vendida no mercado. Alguns produtos como gado, trigo, sal, entre outros passaram a ser moeda-padrão nas transações, porém persistiam dificuldades em termos de transporte e em nível de aceitação nas transações.
- A produção de ouro em quantidade e os atributos gerados pela suas qualidades de beleza, maleabilidade, manuseio, transporte e imunidade à corrosão possibilitaram, em fase posterior, ao ouro ser moeda de forma generalizada. Entretanto, o crescimento das transações econômicas e os limites de quantidades de ouro existentes fazem este se constituir em lastro de **moeda-papel**, emitida pelos países em suas transações.
- No curso deste acontecimento, surgiu a **moeda fiduciária**. A origem desta moeda está associada ao fato dos bancos perceberem que os recibos de depósitos circulavam como moeda entre as pessoas, sem que os depósitos fossem trocados, baseados na confiança da imediata conversibilida-

de. Os bancos passaram emitir bilhetes sem depósitos na mesma proporção, cujas regras criadas possibilitavam a emissão dentro de determinado limite e com garantia de volume suficiente de moeda metálica.

- Posteriormente, o sistema monetário, no curso de sua evolução em paralelo às transformações econômicas mundiais, elegeu o **papel-moeda** (sem lastro metálico) como moeda padrão. A escassez de metais preciosos dificultava as trocas e o desenvolvimento da produção, levando a moeda a assumir funções sem lastro. A circulação do moeda-papel passou a ser amparada por legislação dos governos e garantida pela confiança, em geral, dada pelas pessoas e instituições.
- Nos dias atuais, o sistema monetário apresenta várias formas de expressão da moeda: a **moeda bancária**, o **cartão de crédito ou débito** e a **transferência eletrônica disponível**. Com o cheque efetuam-se pagamentos bastando assinar uma ordem de saque ao credor. Através do cartão de crédito ou débito, no momento da compra pode-se efetuar pagamento sem o uso de papel-moeda ou cheque a partir do reconhecimento de senha eletrônica; enquanto a transferência eletrônica disponível ocorre de forma eletrônica, de forma rápida, econômica e segura nas transações, podendo ser efetuada pela *internet banking* ou nas agências bancárias.

Demanda de Moeda

As pessoas na sociedade demandam moeda considerando três motivos principais: transação, precaução e especulação. Veja:

- **Demanda para Transação**: as pessoas possuem moeda para efetuar pagamentos nos cotidianos com alimentação, transportes, aquisições, etc. A demanda de moeda por transação depende do nível de renda, sendo que quando a renda se eleva, os gastos aumentam e a moeda mantida para adequar os fluxos das transações aumenta.

- **Demanda por Precaução**: as pessoas retêm moeda para fazer frente a eventuais compromissos não previstos. A incerteza quanto a recebimento e pagamentos leva as pessoas a reterem parcela da moeda como precaução. Esta forma de demanda por moeda depende do nível de renda, sendo maior a retenção para segurança quanto mais elevada a renda existente.
- **Demanda para Especulação**: as pessoas procuram reservar uma parte da quantidade de moeda própria à espera de uma oportunidade para fazer aplicação financeira. Neste sentido, as pessoas demandam moeda não somente para satisfazer as transações correntes, mas também para especular com títulos, imóveis, etc. A demanda por especulação apresenta função inversa da taxa de juros de mercado, esta considerada um prêmio dado às pessoas que renunciam à liquidez proporcionada pela moeda. Assim sendo, quando a taxa de juros é elevada, aumenta a quantidade de moeda demandada sob a forma de especulação.

Oferta de Moeda

Meio de pagamento – volume da oferta de moeda em circulação na economia (excluídos os montantes mantidos em caixa pelas Autoridades Monetárias e pelos bancos comerciais) mais a moeda escritural (depósito à vista do público nos bancos). Fonte: Sandroni (2005).

A autoridade monetária tem a função de oferecer moeda ao público para atender às necessidades dos agentes econômicos em propósitos diversos. A quantidade de moeda ofertada deve estar compatível com a produção de bens e serviços da sociedade. No Brasil, o órgão responsável pela oferta de moeda manual é o Banco Central, que detém monopólio neste procedimento.

Entretanto, os bancos comerciais têm condições de ofertar moeda, por meio do multiplicador dos depósitos à vista, sob controle do Banco Central. A partir de um depósito inicial, os bancos retêm um percentual da moeda e o restante emprestam para os clientes efetuarem transações, retornando na forma de novos depósitos e novos pagamentos.

A oferta de moeda é chamada de meios de pagamento, dado que constitui o estoque de moeda disponível para uso da coletividade a qualquer instante. Os meios de pagamento (M) constituem um con-

ceito que possibilita medir a liquidez da economia em poder do setor privado não-bancário.

Por sua vez, os meios de pagamento assumem várias classificações, cuja síntese encontra-se no Quadro 2:

- **Meios de Pagamento – M1**: refere-se ao dinheiro (papel-moeda) em poder do público e os depósitos à vista (moeda escritural) nos bancos.
- **Meios de Pagamento – M2**: trata-se de um conceito mais amplo, pois incluem os fundos do mercado monetário (fundos de renda fixa) e os títulos do governo em poder do público, ao M1 existentes.
- **Meios de Pagamento – M3**: envolvem os meios de pagamentos, M2, e os depósitos em caderneta de poupança.
- **Meio de Pagamento – M4**: são considerados, além dos meios de pagamentos anteriores, M3, os títulos privados, como os certificados de depósitos bancários (CDB) e outros depósitos a prazo e letras de câmbio.

Importante salientar que os meios de pagamento constituem conceitos para se medir a liquidez da economia. Os meios de pagamentos incorporam ativos monetários e ativos não-monetários em seu interior. O papel moeda e os depósitos à vista são considerados ativos monetários, pois não rendem juros. Enquanto, os títulos públicos, cadernetas de poupança, certificados de depósitos bancários, são ativos não-monetários e rendem juros aos seus proprietários.

Tipos de Meios de Pagamento	Significado
Meios de Pagamento – M1	M1 = Papel moeda em poder do público + Depósito a vista
Meios de Pagamento – M2	M2= M1 + Fundos do mercado monetário + Títulos públicos
Meios de Pagamento – M3	M3= M2 + Depósito de poupança
Meios de Pagamento – M4	M4= M3 + Títulos privados

Quadro 2: Tipos e significado dos meios de pagamento
Fonte: elaborado pelo autor a partir de Lanzana (2005) e Vasconcellos (2007)

Política Monetária: significado e instrumentos

A política monetária tem a função de dimensionar os meios de pagamentos e a taxa de juros, adequando essas variáveis aos objetivos de crescimento da economia com a estabilidade de preços. O Banco Central, através da política monetária, regula e administra o uso da moeda na economia por meio de vários instrumentos: controle da base monetária, depósito compulsório e operações de redesconto.

Política monetária – refere-se ao conjunto de medidas adotadas pelo governo visando adequar os meios de pagamentos disponíveis às necessidades da economia do país. Autoridades monetárias exercem ação reguladora sobre os recursos monetários existentes, de tal maneira que estes sejam plenamente utilizados e tenham um emprego tão eficiente quanto possível. Fonte: Sandroni (2005).

Base monetária – denominação dada ao conjunto de moeda em circulação no país mais os depósitos a vista junto às Autoridades Monetárias. A atuação sobre a base monetária, no sentido de estimular sua expansão ou provocar sua contração, desempenha um papel de grande importância em qualquer política de combate a inflação. Fonte: Sandroni (2005).

Controle da Base Monetária

Através do controle da base monetária, o Banco Central controla a emissão primária de moeda, composta do papel moeda em poder do público mais as reservas dos bancos comerciais.

A base monetária pode oscilar em função do resultado das contas públicas, levando o governo, com déficits em suas contas, a emitir moedas, assim como, em conformidade com o resultado das contas externas do país, no caso de superávit, a emitir moeda para fazer a conversão dos dólares que entram no país. Neste sentido, para controlar a base monetária faz-se uso das operações de mercado aberto (*open marketing*), que consiste na compra e venda de títulos públicos. Quando se coloca título junto ao público está se enxugando a base monetária, e o inverso, quando se compra seus títulos, está se injetando moeda na economia.

Depósito Compulsório

Os bancos comerciais são obrigados a depositarem uma percentagem de seus depósitos no Banco Central, constituindo-se em depósito compulsório. Esta obrigatoriedade permite à Autoridade Monetária atuar sobre a capacidade de criação de moeda pelos bancos comerciais. Em situação de aumento do depósito compulsório, as taxas de juros tendem a subir, por que a oferta de empréstimo diminui, ocorrendo o inverso quando se reduz o depósito compulsório.

Operações de Redesconto

As operações de redesconto referem-se a empréstimos de recursos do Banco Central aos bancos comerciais, em caso de emergên-

cia. Em situação que a Autoridade monetária deseja que os bancos comerciais realizem menos empréstimos aos seus clientes, visando ter maior controle sobre a moeda, aumenta-se a taxa de redesconto no intuito de evitar que corram riscos de ficar descobertos e terem problemas de liquidez.

Administração da Taxa de Juros: destaque especial

A taxa de juros é um temo usualmente utilizado nas relações econômicas, sendo, portanto, importante conceituá-la. O seu conceito pode ser visto como prêmio da espera pelos credores, pelos ganhos decorrentes de transferência ou cessão temporária de valores monetários do presente para o futuro, assim como pode ser considerado pela parte dos devedores como o custo de antecipar ou importar valores monetários do presente para o futuro.

A taxa de juros exerce papel relevante na economia, pois o nível alcançado por ela afeta as decisões dos agentes em diferentes níveis. No âmbito das famílias pode estimular e desestimular o consumo, dado que, se a taxa de juros for elevada, desestimula o uso do crédito para adquirir determinado bem a prazo, assim como estimula o aumento da poupança e conduz à redução do consumo, das famílias.

No contexto das empresas, a taxa de juros influencia as decisões de investimentos, pois em situação de taxa elevada os empresários reduzem a tomada de crédito para aquisição de máquinas e equipamento, já que o custo do investimento fica mais alto. Em compensação, torna-se mais atrativa à inversão dos recursos pelas empresas no mercado financeiro, em detrimento de aplicação na atividade produtiva.

A taxa de juros é determinada pela ação do Banco Central e depende de expectativa formada pelos agentes em relação ao seu futuro na economia. Se ocorrer aumento dos meios de pagamento na economia, há uma tendência à redução da taxa de juros. Em situação inversa, em caso de redução dos meios de pagamento, a taxa de juros se eleva.

Assim como, se as expectativas de venda das empresas no futuro são promissoras, os bancos emprestarão a taxa de juros menor, para lucrar com o momento econômico, da mesma forma, se as expectativas são ruins em relação ao futuro, os bancos cobrarão taxa de juros mais elevada, pois terão maiores dificuldades para receber os empréstimos.

Sistema Financeiro Brasileiro: composição e destaques

O Sistema Financeiro Brasileiro é composto por um conjunto de órgãos e instituições – bancos, comissões, secretarias e entidades administradoras de recursos – com funções normativas, de regulação e fiscalização, e de intermediação financeira. A composição deste sistema apresenta o CMN – Conselho Monetário Nacional – como órgão que fixa as diretrizes das políticas monetária, cambial e creditícia, bem como regula a constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras do país.

No organograma síntese do Sistema Financeiro Brasileiro, conforme o Quadro 3, o Banco Central do Brasil figura como uma instituição vinculada à estrutura normativa do CMN, com função de regulação e fiscalização deste sistema, ao lado de outras instituições. O Banco Central é a principal Autoridade Monetária do país, cuja competência pode ser verificada pelas funções que exerce, dentre as quais:

- executar e acompanhar as políticas monetária e de comércio exterior;
- controlar as operações de crédito e o nível das taxas de juros;
- organizar, disciplinar e fiscalizar o Sistema Financeiro Nacional;
- emitir papel-moeda e moeda metálica;
- realizar operações de redesconto de liquidez e de mercado aberto;
- receber os depósitos obrigatórios e voluntários dos bancos; e
- controlar os capitais estrangeiros e as operações com moedas estrangeiras.

SUBSISTEMA	NORMATIVO	SUBSISTEMA DE	INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA
Conselho Monetário Nacional	Banco Central do Brasil	Instituições Financeiras captadoras de depósito à vista	Bancos Comerciais Caixas Econômicas e Cooperativas de Crédito
	Comissão de Valores Mobiliários	Demais Instituições Financeiras	Bancos de investimentos Bancos de desenvolvimento Sociedades de crédito, financiamento e investimento Sociedades de crédito imobiliário
	Superitendência de Seguros Privados	Outros intermediários e auxiliares financeiros	Bolsas de mercadoria e de futuro Bolsas de valores Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários
		Entidades ligadas aos sistemas de previdência e seguro	Sociedades seguradoras Sociedades de capitalização Entidades de previdência privada
	Secretaria de Previdência Complementar	Entidades administradoras de recursos de terceiros	Fundos mútuos Clubes de investimentos Administração de consórcios
		Sistema de liquidação e custódia	Caixas de liquidação e custódia

Quadro 3: Principais integrantes do Sistema Financeiro Nacional
Fonte: elaborado pelo autor a partir de Souza (2007)

O Banco Central, como gestor da política monetária, tem funções de controlar a liquidez do sistema financeiro. Neste sentido, exerce as funções básicas de emissor de moeda, banco do Tesouro Nacional e do sistema bancário e depositário de reservas internacionais do país.

Integram, também, o Sistema Financeiro Brasileiro, os intermediários financeiros. Várias instituições exercem esta função: bancos públicos e privados; sociedades de crédito, financiamento e investimento; e outras instituições auxiliares, como a bolsa de valores e corretoras de títulos mobiliários.

Dentro das instituições representativas que compõem os intermediários financeiros, destacam-se o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O primeiro constitui a maior instituição financeira da América Latina, atuando em mais de duas dezenas de países e possuindo pouco mais de quatro mil agências e cerca de quinze mil postos de atendimento. Apesar de atuar com funções, primordialmente, de banco comercial, opera nas atividades de compensação de cheques e de administração do comércio exterior do país. O segundo banco figura como o principal banco de desenvolvimento do país e repassador de recursos para os bancos re-

gionais de desenvolvimento. As principais funções exercidas por este banco são: financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos, apoio às exportações e estímulo à formação de capital das empresas, entre outras.

Resumindo

Ao concluir esta Unidade, caro estudante, esperamos ter contribuído para aumentar seu conhecimento sobre o significado, funções e formas de controle da moeda na economia. Afinal, as atribuições da moeda como meio de troca, unidade de conta e reserva de valor exercem grande influência sobre as decisões dos agentes econômicos. Neste sentido, não é sem razão que esperamos ter possibilitado compreender, através de seus estudos, aspectos relevantes da gestão da política monetária de um país. Neste particular, termos e significado como deposito compulsório, operações de *open-market* e operações de redescontos, usados de forma freqüente no cotidiano, foram explicados.

Atividades de aprendizagem

Confira se você teve bom entendimento do que foi tratado nesta Unidade, respondendo às seguintes questões. Para respondê-las, você deve revisar os trechos correspondentes de nosso texto até ter compreendido o que perguntamos. Quanto à extensão da resposta, o ideal é que seja breve, mais ou menos entre cinco e dez linhas de texto, escrita com suas próprias palavras. Se precisar de auxílio não deixe de fazer contato com seu tutor.

1. Quais são as principais funções da moeda?
2. Aponte, de forma resumida, as evolução dos tipos de moeda.
3. Quais são os motivos que levam as pessoas a demandarem moeda?
4. Quem tem a função de oferecer moeda ao público e quem é responsável por isso no Brasil?
5. Quais são as formas que a oferta de moeda, chamada de meios de pagamento, assume no Brasil?
6. Quais são os instrumentos de controle da política monetária?
7. O que significa taxa de juros e como é determinada na economia?
8. Como é composto o Sistema Financeiro Nacional?
9. Pesquise e escreva sobre o significado e as atribuições do Banco Central.
10. Pesquise e escreva sobre o significado e as atribuições do Banco do Brasil.
11. Pesquise e escreva sobre o significado e as atribuições do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social.

Saiba mais.....

Sobre indicadores monetários visite o *site* do Banco Central do Brasil: <http://www.bcb.gov.br>

Sobre a atuação do Banco do Brasil S.A. visite o *site*: <http://www.bancobrasil.com.br>

Sobre a atuação do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social visite o *site*: <http://www.bndes.gov.br>

7

UNIDADE

Setor Público e Política Fiscal

Nesta Unidade, você compreenderá aspectos relacionados ao funcionamento do setor público na Economia. Além disso, iremos apresentar elementos para entendimento do sistema tributário e déficit público. Explicaremos, ainda, a política fiscal praticada pelo setor público e a sua importância na gestão da economia do país.

Importância do Setor Público na Economia: evolução histórica

Prezado Estudante!

Nesta Unidade, vamos apresentar a você os mecanismos de intervenção do setor público na economia. Afinal, é impossível ignorar sua presença. Alguns defendem que esta participação seja mínima, mas o tempo e a realidade demonstram que a relação entre a esfera pública e setor privado tem sido fundamental para o desenvolvimento econômico. Logo, entender algumas questões relacionadas à sua dinâmica é fundamental. Itens como sistema tributário, déficit público e política fiscal estão presentes no corpo explicativo desta Unidade. Então, o que está esperando para iniciar a leitura? Vamos juntos na busca de mais conhecimento!

O debate acerca do papel do Estado na economia percorre séculos, fundado em discussão sobre o grau de intervenção, bem como acerca das funções exercidas. O pensamento econômico clássico do Século XVIII aponta que o Estado deve intervir o mínimo possível na economia, deixando para as forças de mercado a responsabilidade de operar o seu funcionamento. Nestes termos, os desajustes que geram situação de excedente ou escassez de produtos são considerados momentâneos, pois as próprias forças participantes do mercado levam a um ponto de ajuste. O Estado, por sua vez, deve se encarregar da mediação e reconciliação dos conflitos entre os agentes, bem como se responsabilizar pela segurança, direito de propriedade, educação, saúde, enfim, pelas ações de natureza não-econômica.

No Século XIX surge a principal corrente de pensamento crítico sobre a participação do Estado na economia. Segundo a corrente marxista, o Estado não atua de forma mínima e suas ações não são neutras na economia. Ao contrário, este constitui-se em espaço dominado pelos detentores dos meios de produção (capitalistas) cujas ações

têm como objetivo assegurar o domínio sobre uma massa de explorados (assalariados). Neste sentido, as leis, normas, decretos e gestão de política econômica, entre outras emanadas do Estado, buscam garantir a reprodução ampliada do capital, sob as *hostes* da propriedade privada e da livre iniciativa.

Ainda no Século XIX e com forte inserção no Século XX, surgem ideais econômicos cuja matriz provém da escola clássica pregadora de participação mínima do Estado na economia. Agregando esse princípio, esta corrente, intitulada de neoclássica, procura dar ênfase às ações dos indivíduos descaracterizadas de qualquer influência dos contextos social e político. Nesta perspectiva, os indivíduos possuem racionalidade perfeita, são dotados de preferências e escolhas e buscam satisfação máxima com custos mínimos em suas demandas. Ao Estado cabe adentrar nos campos de atividade que a iniciativa privada não se interessa e se responsabilizar por atividades sociais, sobretudo aquelas relacionadas à educação, saúde, saneamento básico, etc. Além destas funções, possui a incumbência de corrigir imperfeições de mercado de forma momentânea, retornando, posteriormente, à posição de neutralidade diante das relações econômicas.

Hoste – do latim: *hoste*, inimigo. Fonte: Ferreira (2004).

A partir da terceira década do Século XX surge a corrente keynesiana de interpretação do papel do Estado na economia. A crise e os efeitos posteriores da Grande Depressão de 29 demonstraram os limites do funcionamento de uma economia capitalista sem participação estatal. Sob esta corrente de pensamento, o Estado tem a função de intervir e regular as ações dos agentes econômicos, pois a economia não pode ser deixada segundo o espírito individualista dos agentes, sob pena de se deparar com crises destruidoras da riqueza construída. Para tanto, é de sua responsabilidade desenvolver políticas fiscal, monetária e cambial, entre outras voltadas à promoção da produção, renda e emprego e em favor da construção do Estado de Bem Estar social.

Nos dias atuais deste Século (XXI), ainda que sem definição de uma corrente de pensamento majoritária, discute-se a função do Estado na economia. Os resultados da globalização econômica advindos de abertura de mercado e desregulamentação econômica não têm promovido a redução das disparidades econômicas e sociais. Ao contrário, acentuam-se as desigualdades econômicas e sociais em cada país e entre países. A produção da riqueza cresce sob as hostes da globalização, porém sem ocorrência concomitante de sua distribuição na sociedade, e neste contexto revigora o debate sobre as

funções do Estado, estando em pauta a defesa dos interesses nacionais, a regulação das atividades econômicas, a promoção de assistência e proteção social e a construção, com o setor privado, de melhores condições competitivas no mercado, entre outras.

Participação do Setor Público na Economia: algumas evidências

São muitas as razões para a participação do setor público na atividade econômica, sendo destaques: crescimento da renda *per capita*, mudanças tecnológicas, crescimento populacional, fatores políticos e sociais, alteração na previdência social e necessidade de regulação econômica.

Neste contexto, o crescimento da renda *per capita* em decorrência do crescimento econômico conduz a um aumento da demanda de bens e serviços públicos, exigindo, por seu turno, investimentos públicos em educação, saúde, lazer, saneamento básico, etc.

No mesmo sentido, o avanço tecnológico em diferentes setores produtivos exige a construção e melhorias dos serviços infra-estruturais de competência do setor público, como transporte, energia, comunicação, etc.

Da mesma forma, o crescimento populacional vem exigindo do setor público o aumento de seus dispêndios para cumprimento de funções básicas sob sua responsabilidade nas áreas da educação, saúde, etc., assim como, nos dias atuais, o surgimento de novos grupos sociais com maior participação política na sociedade exige, do setor público, soluções em favor da distribuição melhor da terra, acesso à moradia urbana, defesa do meio ambiente, etc.

Em complemento, destaca-se a participação do setor público no campo previdenciário ao estabelecer regimes de aposentadoria às pessoas sem condições de acesso ao sistema privado previdenciário.

Destaque da participação do setor público na economia situa-se no campo da regulação. Este requerimento ocorre porque o mercado não constitui, por si só, o melhor alocador de recursos, assim como a sociedade não é harmoniosa, ao contrário é conflituosa, marcada por interesses distintos e atitudes oportunistas dos agentes. Neste par-

ticular, o Estado assume a função de ditar normas, estabelecer regras, definir leis e firmar regime de incentivo e punição, etc., no sentido de criar melhores condições para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção e o melhor convívio das pessoas na sociedade.

Funções do Setor Público

As funções do setor público estão vinculadas às ações que promove na sociedade, dentre as quais: contribuir no fornecimento de bens públicos, melhorar a distribuição da renda, promover a estabilidade e impulsionar o crescimento econômico.

A **função alocativa** do setor público está relacionada às ações empreendidas no fornecimento de bens e serviços não disponibilizados pela economia de mercado. Neste sentido, o setor público disponibiliza bens e serviços para consumo coletivo e não exclusivo a esta ou aquela faixa da população. Em referência, cita-se como exemplo de bens públicos a segurança.

Por sua vez, a **função distributiva** refere-se às ações redistributiva efetuadas por meio de medidas de transferência que o Estado executa em favor dos segmentos menos favorecidos na sociedade. Ressalta-se, como exemplo, a implementação de estrutura tributária progressiva cujos valores arrecadados de impostos dos possuidores de riqueza sejam transferidos para pessoas de baixa renda, através da oferta de educação e saúde de qualidade.

Neste quadro, considera-se, ainda, a **função estabilizadora** realizada pelo setor público, expressa por ações de intervenção na economia no intuito de contribuir para seu melhor funcionamento. Destacam-se, por exemplo, as intervenções voltadas à redução da inflação, bem como ações destinadas ao combate do desemprego em determinado setor produtivo.

Agrega-se aos atributos sob responsabilidade do setor público, a **função de crescimento econômico** expressa pelas ações voltadas em fomentar os investimentos, tanto públicos como privados, na economia. Citam-se como exemplos, os investimentos públicos realizados em estradas e hidrelétricas sob sua responsabilidade, assim como a disponibilidade de financiamento subsidiado para o setor privado fazer investimentos em áreas consideradas prioritárias.

Princípios Teóricos da Tributação

A tributação constitui um expediente lançado pelo governo para cobrir suas despesas. Porém, os tributos devem seguir princípios básicos no intuito de possibilitar a existência de uma carga tributária suportável pela sociedade e compatível com os retornos sociais desejados. Assim sendo, existem quatro princípios que fundamentam a tributação, a saber: produtividade, neutralidade, eqüidade e capacidade de contribuição. Veja:

- **Princípio da produtividade**: significa que o volume de arrecadação do imposto deve ser maior do que os custos de sua obtenção. Imaginando que se requer um aparato administrativo para arrecadação e fiscalização dos impostos, os custos devem ser considerados. Toma-se como referência o imposto sobre movimentação financeira, que possui baixo custo de controle, difícil sonegação e gera significativa arrecadação.
- **Princípio da neutralidade**: refere-se ao tributo que não provoca mudança nos preços relativos da economia ao ponto de manter inalterada a alocação dos recursos. Nestes termos, o imposto é considerado neutro na medida em que modifica os preços da economia na mesma proporção. Cita-se, como exemplo, o imposto de consumo, que possui a mesma alíquota para todos os produtos, dado que todos os preços são afetados e a posição relativa dos agentes mantém-se inalterada na alocação de seus recursos.
- **Princípio da eqüidade**: considera que o tributo deve onerar o contribuinte segundo suas posses e de acordo com os benefícios que cada um recebe pela disponibilidade dos serviços públicos. O exemplo correspondente a este princípio situa-se nos sistemas de taxas públicas, como as relacionadas à água, energia e lixo, entre outros serviços públicos oferecidos.
- **Princípio da capacidade de contribuição**: relaciona-se à arrecadação tributária que cada contribuinte deve pagar segundo seus ganhos e propriedade. Este princípio expressa o caráter progressivo do imposto através de inci-

dência de alíquotas crescentes sobre a base de cálculo. O exemplo que incide neste princípio são os impostos que recaem sobre a renda e o patrimônio.

Tipos de Impostos

Os impostos são denominados de acordo com a sua base de incidência, sendo os citados: diretos, indiretos, progressivos e regressivos. Veja:

- **Impostos Diretos**: constituem tributos que incidem sobre a pessoa do contribuinte e não sobre os bens ou serviços consumidos. O exemplo de um imposto direto é o imposto de renda, cuja incidência ocorre diretamente sobre a remuneração do contribuinte.
- **Impostos Indiretos**: referem-se aos tributos que incidem sobre os bens e serviços consumidos pelo contribuinte. Os exemplos de impostos indiretos citados são: o imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços e o imposto sobre produtos industrializados.
- **Impostos Progressivos**: relacionam-se aos impostos cuja alíquota eleva-se à medida que o valor de referência aumenta. Neste particular, cita-se como exemplo o imposto de renda, cujas alíquotas são estabelecidas de forma crescente, por faixa de renda.
- **Impostos Regressivos**: tratam-se de impostos cuja alíquota diminui à medida que o valor de referência aumenta.

Déficit Público: conceitos e financiamento

A diferença entre a arrecadação tributária e as despesas do setor público conduz a dois resultados: superávit ou déficit fiscal. Por

sua vez, tais conceitos devem ser analisados à luz dos fatores que os geraram e não somente se houve, em determinado ano, déficit ou superávit fiscal. Nesta perspectiva, superávits tanto podem ocorrer como resultado de elevada carga tributária, como podem ser frutos de redução significativa dos gastos públicos, assim como déficits podem ser financiados sem impacto negativo e estimular favoravelmente o nível de produção e emprego da economia.

Três conceitos são tradicionalmente utilizados para medir o déficit público: primário ou fiscal, operacional e nominal, cuja síntese explicativa encontra-se no Quadro 4.

Conceito	Significado	Expressão
Déficit Primário ou Fiscal	Diferença entre o total arrecadado e o total de gastos públicos, calculada como percentagem do PIB.	Gastos Públicos Correntes (G) – Receita Fiscal Corrente (T) = G – T
Déficit Operacional	Déficit primário ou fiscal acrescido de juros reais de dívidas públicas passadas, excluindo as correções monetária e cambial.	(G – T) + juros reais da dívida pública
Déficit Nominal	Déficit primário incluindo os juros reais e as despesas com as correções monetária e cambial das dívidas públicas.	(G – T) + juros reais + correção monetária e cambial da dívida pública

Quadro 4: Síntese dos conceitos de déficit público
Fonte: elaborado pelo autor a partir de Lanzana (2005) e Souza (2007)

Déficit público – na linguagem contábil, déficit é um excesso de passivo em relação ao ativo, isto é, as despesas e pagamentos são maiores que o faturamento e o total de crédito. Nas finanças públicas, considera-se déficit orçamentário quando as despesas são superiores à arrecadação fiscal. Fonte: Sandroni (2005).

O déficit primário ou fiscal refere-se à diferença entre o total arrecadado e o total de gastos públicos, calculada como percentagem do PIB. Neste cálculo não são considerados os pagamentos de juros da dívida, tanto interna como externa, bem como as correções monetária e cambial das dívidas passadas.

Por sua vez, o déficit operacional compreende o déficit primário ou fiscal acrescido de juros reais de dívidas públicas passadas, excluindo as correções monetária e a cambial, enquanto o déficit nominal refere-se ao déficit primário incluindo ainda os juros reais e as despesas com as correções monetária e cambial das dívidas públicas.

Para financiar o déficit, seja para qualquer conceito utilizado, o governo recorre a duas fontes de recursos: a emissão de moeda e a venda de títulos da dívida pública. Veja:

- **Emissão de moeda**: ocorre através de criação de moeda pelo Banco Central para financiar dívida do Tesouro Nacional. Este procedimento traz a vantagem de não gerar déficits futuros e não ter que elevar a taxa de juros. Porém, traz a desvantagem de gerar pressão inflacionária, em face da colocação de moeda em quantidade superior à necessidade da economia.
- **Colocação de títulos da dívida pública**: possibilita ao governo trocar título, ativo financeiro não-monetário, por moeda que está em circulação para financiar seu déficit. Este procedimento traz, também, vantagem e desvantagem. No primeiro caso, a venda de títulos públicos evita a ocorrência de pressões inflacionárias uma vez que não necessita recorrer à emissão de moeda. Porém, no segundo caso, a colocação de títulos públicos à disposição no mercado implica em oferecer taxas de juros atrativas, com impacto no total do endividamento e no custo do financiamento.

Tais procedimentos implicam em riscos. A persistente emissão de moeda como forma de enfrentar o déficit público estimula o processo inflacionário a perseguir trajetória ascendente, com riscos de ocorrência de hiperinflação. Nesta situação, a taxa de inflação, ao superar dois dígitos mensais, provoca sérios danos na estrutura produtiva, dentre os quais a perda do valor da moeda nacional, e sua conseqüente substituição como meio de troca. Cita-se, como exemplo, a inflação da Alemanha no ano de 1923, quando em janeiro 1 dólar valia 18 mil marcos e no final do ano, em novembro, a cotação passou a ser 1 dólar por 4,2 trilhões de marcos e as mercadorias passaram a ser trocadas por outras mercadorias.

Assim como o forte financiamento do déficit público, a partir da colocação de títulos, pode chegar numa situação em que o montante de título atinge valor expressivo, exigindo cada vez mais taxa de juros elevadas para atrair o credor privado, neste quadro, dúvidas sobre a capacidade do governo honrar os seus compromissos impulsionam cada vez mais a elevação da taxa de juros, com impacto sobre o serviço da dívida pública (amortização e juros). Cita-se, como exemplo, o crescimento da dívida interna no final do ano 1989 no Brasil sob governo José Sarney, cuja taxa de juros elevada era a única forma de manter os credores adquirindo títulos do governo, levando, pos-

teriormente o governo Collor de Mello, no início de 1990, a bloquear os ativos financeiros, dentre os quais o público, por 18 meses.

Política Fiscal e os Objetivos da Política Econômica

A política fiscal praticada pelo governo tem a capacidade de interferir na economia sob diferentes formas. Considerando ser o objetivo da política fiscal impulsionar a produção e o emprego, os gastos públicos provocam efeito multiplicador na economia. Neste sentido, ao ampliar seus gastos, o governo está aumentando a demanda, por conseqüência estimulando a estrutura produtiva a elevar sua oferta. Assim, quando o governo contrata uma empresa empreiteira para a construção de uma estrada, conduz esta empresa a gastos com aquisição de insumos e equipamentos, pagamento de salários e outras prestações de serviços, etc. Por sua vez, os fornecedores e os trabalhadores contratados efetuam outros gastos a partir das remunerações recebidas com outros agentes econômicos, e assim por diante.

Outra forma do governo estimular a produção e o emprego na economia ocorre através da diminuição da carga tributária. Ao reduzir os impostos sobre os produtos considerados estratégicos pelo seu efeito desencadeador, o governo pode contribuir para aumentar a demanda dos agentes, assim como pode, através da diminuição dos impostos, estimular o consumo de produtos de forma generalizada. No primeiro caso, o governo, ao reduzir os impostos sobre máquinas e equipamentos, contribui para a diminuição dos custos de aquisição destes produtos, cuja demanda crescente estimula a oferta do segmento industrial correspondente, assim como, através da redução da alíquota de imposto de renda, possibilita a elevação da renda disponível dos agentes, estimulando, por sua vez, o consumo familiar.

A política fiscal constitui, também, um instrumento útil para o combate ao processo inflacionário. Em situação de excesso de demanda frente a determinado quadro de oferta de bens e serviços, a procura excessiva pode ser contraída através de redução dos gastos públicos, bem como por meio da elevação dos tributos. Neste aspecto, a adoção de medidas de contração de gastos públicos afeta diretamente o consumo, enquanto o aumento da carga tributária impacta indiretamente o consumo. Exemplos neste sentido são as recomenda-

Política fiscal – denominação dada à política de tributação (receitas) e gastos (despesas) que um governo adota em determinado momento. Para combater o déficit público, uma política fiscal pode optar pela redução das despesas e/ou aumento de receitas pela majoração de impostos. Fonte: Sandroni (2005).

Carga tributária – soma de todos os impostos e tributos fiscais e sociais que são cobrados dos contribuintes. Corresponde a uma parcela importante da renda nacional. No Brasil, a carga tributária é elevada, apresentando os seguintes percentuais do PIB no triênio 2003-2005: 34,92%, 35,88% e 37,37%, respectivamente. Os principais impostos que contribuem para esta carga são: ICMS, COFINS, INSS PATRONAL, IRPJ, FGTS e IPI. Fonte: Lamzana (2005).

ções de políticas dadas pelos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, aos países em desenvolvimento para controlar a inflação interna.

Outra contribuição da política fiscal ocorre na área externa da economia. A carga tributária pode estimular, bem como desestimular, as importações e as exportações, trazendo conseqüências sobre a estrutura produtiva interna de um país. A carga tributária elevada desestimula a demanda por produtos adquiridos no exterior, assim como o inverso contribui para aquecer a procura pelos produtos estrangeiros. Cita-se, como exemplo, a redução da carga tributária para importação de produtos pelo Brasil a partir de 1994, que, junto com a valorização da moeda nacional, levou a balança comercial (exportação menos importação) a ficar negativa pelos anos seguintes.

Destaca-se, ainda, outro impacto da prática da política fiscal sobre a economia. Esta referência ocorre na área de distribuição de renda. O gasto público voltado para atender segmentos da população de menor poder aquisitivo constitui uma forma indireta de distribuir renda. Citam-se, como exemplo, os programas de governo, como bolsa família e bolsa educação, entre outros, com propósito de melhorar as condições de vida de parte da população, assim como a adoção de um sistema tributário progressivo, como o imposto sobre a renda, possibilitando ao governo arrecadar mais recursos para serem destinados à melhoria do sistema de atendimento social.

Resumindo

Nesta Unidade esperamos que você tenha entendido e compreendido, como as correntes do pensamento econômico interpretam as funções do Estado na sociedade. Como visto, há correntes que pregam o Estado mínimo, mas outras ressaltam a importância do Estado na regulação econômica. A partir desta compreensão, acreditamos que o conteúdo apresentado irá permitir a você entender o papel do setor público e os princípios que regem a tributação praticada na economia. O destaque é dado ao conceito de déficit público para seu aprendizado, pois

muito se discute sobre os resultados decorrentes dos gastos e receitas efetuadas. Por fim, as atenções são focadas na política fiscal, no intuito de mostrar como o governo tem capacidade de intervir na economia através de medidas que afetam, em última instância, você, caro estudante.

Atividades de aprendizagem

Confira se você teve bom entendimento do que foi tratado nesta Unidade, respondendo às seguintes questões. Quanto à extensão da resposta, o ideal é que seja breve, mais ou menos entre cinco e dez linhas de texto, escrita com suas próprias palavras. Se precisar de auxílio não deixe de fazer contato com seu tutor.

1. Quais são as posições defendidas pelas correntes de pensamento econômico sobre a participação do Estado na economia?
2. Qual é a sua posição acerca da participação do Estado na economia?
3. Apresente exemplos que demonstram as participações positiva e negativa do setor público para o desenvolvimento das atividades econômicas.
4. Das funções exercidas pelo setor públicos citadas, comente o significado da função estabilizadora e da função de crescimento econômico. Cite exemplos, além dos evidenciados, do exercício destas funções na economia.
5. Você acha que o sistema tributário deve estabelecer a carga tributária compatível com os retornos sociais desejados? Explique.
6. Dos princípios de tributação explicados, comente o princípio de eqüidade e o princípio de capacidade de contribuição.

7. O que significa déficit público e por que deve ser analisado à luz dos fatores que o geraram?
8. Explique como que o governo financia o déficit público através da emissão de moeda e apresente as vantagens e as desvantagens deste procedimento.
9. Explique como que o governo financia o déficit público através da venda de títulos da dívida pública e apresente as vantagens e as desvantagens deste procedimento.
10. Como que a política fiscal pode ser utilizada para estimular a produção e combater a inflação?
11. Faça o levantamento do gasto público em relação ao PIB do Brasil de 2000 a 2007.
12. Elabore uma tabela com os indicadores do déficit público do Brasil de 2000 a 2007.
13. Apresente, em forma gráfica, a evolução da dívida total do setor público em relação ao PIB de 1990 a 2007.

Saiba mais.....

Sobre política fiscal no Brasil visite o *site* do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: <http://www.planejamento.gov.br>

Sobre informações quantitativas do déficit público e dívida interna pública visite o *site*: <http://www.bcb.gov.br>

8

UNIDADE

Inflação: características principais

Nesta Unidade, você discutirá o processo inflacionário.

Inflação: significado e distorções no sistema econômico

Caro Estudante, nesta Unidade vamos apresentar importantes referenciais teóricos e analíticos sobre o processo inflacionário. Afinal, a inflação afeta a todos na economia. O nível dos preços elevado não traz benefícios nem para os trabalhadores e nem para os empresários. Logo, torna-se oportuno, prezado estudante, discutir as causas do processo inflacionário, bem como os principais índices de medidas, cotidianamente anunciados nos meios de comunicação, assim como, torna-se relevante entender porque o governo, em determinado momento, utiliza instrumentos de política econômica para controlá-la, como elevação da taxa de juros e corte nos gastos públicos, entre outras medidas. Desta forma, vamos aos estudos? Leia atentamente as explicações e, em caso de dúvidas, nos procure. Não hesite!

A inflação é conceituada como um processo de aumento contínuo e generalizado nos níveis de preços. Este indicador constitui uma questão crucial na sociedade, pois a mudança nos preços afeta o valor da moeda, e conseqüentemente o poder de compra nas transações econômicas. Assim sendo, quando o nível de preços aumenta, as pessoas têm que pagar mais pelos bens e serviços que adquirem, pois com uma unidade monetária, real, se compra menos quantidade de bens e serviços.

Neste sentido, trata-se de um fenômeno dos mais perversos, pois subtrai parte da renda dos consumidores e causa efeito negativo significativo nos segmentos mais desfavorecidos da população, sobretudo os pobres, que não obtêm reposição de perdas proporcionais à medida que ocorre elevação do nível de preços.

Inflação – aumento persistente dos preços em geral, do que resulta uma contínua perda do poder aquisitivo da moeda. A inflação pode se tornar galopante quando o surto inflacionário se mantém em alta, no mínimo de 20 a 50% ao mês, e se torna crônica. A hiperinflação é um caso especial de inflação galopante. Fonte: Sandroni (2005).

Considere este exemplo de perdas salariais com a inflação, tomando como parâmetro uma situação em que ocorre a alta na taxa de inflação com longo período sem reajuste salarial. Se a inflação for de 10% ao ano, um salário de R$ 1.000,00 chega ao final do ano valendo R$ 900,00 em termos reais. Com o reajuste no final do ano, o salário volta a ser R$ 1.000,00, mas as perdas foram de 10%. Se, porventura, o reajuste levar dois anos e a inflação se mantiver em 10%, as perdas somam 20%.

Numa economia, os preços dos bens e serviços não variam em proporções iguais. Ao contrário, os preços variam a taxas diferentes, com o preço do produto A podendo subir mais do que o preço do produto B, da mesma forma que o preço do produto C em relação ao D, e assim por diante. Este processo conduz a perdas e ganhos nas relações de troca entre os agentes na economia, sendo que, em situação de taxas de inflação elevadas, mais perversas são as distorções provocadas.

Tome como exemplo a relação entre agricultura e indústria e entre setores industriais. Se os preços dos produtos agrícolas não sobem, enquanto os preços dos produtos industriais (adubos, fertilizantes, pesticidas, etc.) usados na produção agrícola se elevam, está ocorrendo deterioração nas relações de troca para o setor agrícola. Este último está transferindo renda para segmentos industriais dos quais é dependente.

Pode ocorrer também transferência de renda entre segmentos produtivos dentro do setor industrial. Setores industriais atuando em mercados oligopolizados possuem maior poder de barganha e elevam seus preços, como a indústria automobilística, em detrimento de outros segmentos industriais presentes em mercados mais concorrenciais, que lhe fornecem insumos e não possuem poder de barganhar preços maiores.

Inflação de demanda – processo inflacionário gerado pela expansão dos rendimentos, cujos meios de pagamento crescem além da capacidade de expansão da economia. É, também, chamada de inflação de compradores em decorrência do aumento dos preços provocado pela demanda intensa por bens e serviços. Fonte: Sandroni (2005).

Inflação de custos – processo inflacionário gerado (ou acelerado) pela elevação de custos de produção, especialmente das taxas de juros, de câmbio, de salários e dos preços de importação. No combate à inflação, o governo deveria intervir nos reajustes dos itens citados, eliminando o poder de barganha dos agentes econômico-sociais. Fonte: Sandroni (2005).

Tipos de Inflação

A inflação decorre de duas causas clássicas: de demanda e de custos.

Inflação de Demanda

A elevação do nível geral dos preços a partir da demanda é causada pelo excesso de procura por bens e serviços em relação à oferta existente na economia. De modo geral, resulta da escassez de bens e serviços em relação à elevação da quantidade monetária. Significa, grosso modo, que a elevação dos preços ocorre a partir da existência de maior volume de moeda disponível estar à procura de poucos bens e serviços no mercado.

Dentre os fatores que levam à ocorrência da inflação de demanda, destacam-se:

- **Aumento da renda disponível**: decorrente de elevação de salários reais obtidos acima da taxa de inflação e de redução da carga tributária, como diminuição da alíquota do imposto de renda, que levam os agentes a terem mais recursos monetários para gastos que, sem correspondente oferta de bens e serviços, conduzem os preços à alta.
- **Expansão dos gastos públicos**: em demanda por bens e serviços, pressiona a estrutura de oferta existente. Em situação em que a oferta de bens e serviços não responde com aumento de sua capacidade de produção, os preços se elevam na economia.
- **Expansão do crédito e redução das taxas de juros**: provoca aumento de liquidez e tendência à elevação do consumo, bem com dos investimentos, gerando, por conseqüência, pressão sobre a oferta de bens e serviços e provocando impacto na estrutura dos preços. Da mesma forma, a disponibilidade de crédito abundante e facilitado, concomitante com taxas de juros menores, provoca estímulos para aumento dos gastos e pouca atração à poupança, levando os preços a movimentos ascendentes.
- **Expectativas**: em relação ao futuro levam os agentes a tomarem atitudes de antecipação de compras, pressionando o nível de demanda. A corrida dos consumidores ao mercado para adquirir produtos, que em suas concepções não estarão à disposição no futuro, conduz à antecipação de compras, por conseqüência, a pressões altistas na estrutura dos preços.

Inflação de Custos

A inflação de custos provém de pressões de aumento dos custos empresariais que são repassados para os preços. Este tipo de inflação provoca efeitos propagadores em cadeia no conjunto da economia, na medida em que cada agente procura repassar o aumento de preços pago para outro segmento. A empresa que adquire matéria-prima na agricultura repassa o aumento de seus custos para outra empresa que compra seu produto, para ser transformado em outro insumo ou produto industrial. Da mesma forma, esta última procura repassar o valor pago a mais para o consumidor final no mercado.

Dentre os fatores que provocam aumento nos custos com conseqüência no processo inflacionário, destacam-se:

- **Custo da mão-de-obra**: que é composto de salários mais encargos, provoca, em momentos de reajustes do salário nominal, aumento dos custos, que é tradicionalmente jogado para os preços finais pela empresas.
- **Aumento de impostos**: pressiona diretamente os preços, sobretudo os impostos indiretos, como os provenientes de circulação de mercadorias (ICMS) e de transformação de produtos industrializados (IPI). Tais impostos compõem a estrutura de custos empresariais e a elevação destes tributos é repassada para os preços, sob pena de redução dos lucros empresariais obtidos.
- **Elevação da taxa de juros**: para as empresas tomadoras de empréstimos conduz ao aumento dos custos financeiros que fazem parte dos custos de produção, levando-as a aumentarem os preços de seus produtos no mercado.

Indicadores de Inflação

A taxa de inflação é obtida por uma média ponderada de uma cesta de bens e serviços disponíveis na economia. Existem vários indicadores de inflação na economia brasileira que são calculados por diferentes instituições. Alguns dos indicadores existentes medem a

evolução dos preços no mercado consumidor, enquanto outros medem o comportamento no mercado de atacado. Da mesma forma, variam os períodos de coleta dos dados, região de cobertura e abrangência orçamentária familiar.

Os principais indicadores de inflação do país são:

- Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA)
- Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)
- Índice de Preços ao Consumidor (IPC-Fipe)
- Índice de Custo de Vida (ICV-Dieese)
- Índice Geral de Preços (IGP)
- Índice Geral de Preços no Mercado (IGPM)
- Índice de Preços por Atacado (IPA)

A título de exemplo, recorra a um desses índices para conhecer a instituição responsável, universo da pesquisa, período de coleta de informações, área de cobertura e utilização, conforme expresso pelo Quadro 5:

Instituição responsável	Universo da pesquisa	Período de coleta	Área de cobertura	Utilização
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Renda familiar de 1 a 8 salários mínimos	Primeiro ao último dia do mês de referência	Áreas metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba, Distrito Federal e Goiânia	Balizador de reajustes salariais

Quadro 5: Critérios componentes do Índice de Preços ao Consumidor (INPC)
Fonte: elaborado pelo autor a partir de Souza (2007)

Importante ressaltar que a utilização destes índices deve levar em consideração o objetivo que pretende alcançar. Se o objetivo é verificar a capacidade de compra dos salários deve-se usar o índice de preços ao consumidor (INPC). Entretanto, se o intuito é verificar o comportamento dos preços no mercado atacadista, deve-se utilizar o índice correspondente (IPA).

Principais Enfoques Teóricos sobre o Processo Inflacionário

Teoria Monetarista

A visão monetarista acerca do processo inflacionário parte da suposição de que a causa básica da elevação do nível dos preços encontra-se na emissão de moeda em ritmo superior às necessidades da economia.

Considere que o governo gasta mais do que recebe. Tal procedimento leva à ocorrência de déficit nas contas públicas. Logo, para fazer frente aos compromissos assumidos, o governo emite moeda aumentando a liquidez da economia e pressionando os preços dos bens e serviços, conforme esquema apresentado no Quadro 6:

Déficit Público →	Expansão de moeda →	Inflação

Quadro 6: Esquema de propagação do processo inflacionário pela teoria monetarista
Fonte: Adaptado de Lanzana (2005) e Souza (2007)

Teoria keynesiana

O tratamento da teoria keynesiana para a inflação considera que o tamanho do gasto público é o causador do aumento do nível dos preços, não pelo aumento de moeda emitido, mas por pressionar os preços dos fatores de produção, como a mão-de-obra e os equipamentos.

Tomando como base um gasto excessivo do governo, sua demanda irá pressionar os mercados de fatores de produção cujos preços se elevarão e pressionarão os custos e a inflação na economia, assim evidenciado no esquema expresso no Quadro 7:

Excesso de gastos públicos →	Excesso de demanda agregada →	Pressão no mercado de fatores de produção →	Aumento dos preços dos fatores de produção →	Inflação

Quadro 7: Esquema de propagação do processo inflacionário pela teoria keynesiana
Fonte: Adaptado de Lanzana (2005) e Souza (2007)

Teoria Estruturalista

Os teóricos estruturalistas apregoam o processo inflacionário decorrente do crescimento dos setores econômicos em ritmos diferentes, provocando excesso de demanda nos mercados em que a oferta não tem capacidade de atendimento.

Considere que o setor agrícola, por falta de dinamismo, apresente oferta insuficiente de produtos no mercado, o que, frente à demanda crescente, provoca elevação de preços de seus produtos. Este movimento ascendente dos preços de matérias-primas impacta a estrutura de custos dos setores industriais demandantes, que por sua vez os repassam para o consumidor final. O esquema expresso no Quadro 8 auxilia no entendimento deste processo:

Oferta insuficiente de produtos agrícolas →	Elevação dos preços dos produtos agrícolas →	Impacto na estrutura de custos industriais →	Inflação

Quadro 8: Esquema de propagação do processo inflacionário pela teoria estruturalista
Fonte: Adaptado de Lanzana (2005) e Souza (2007)

Controle da Inflação: principais políticas econômicas

A política econômica direcionada ao combate da inflação procura, num primeiro momento, compreender as razões do processo de elevação dos preços para, num segundo, adotar medidas corretivas. Políticas monetárias, fiscais, de concorrência e de rendas, como integrantes da política econômica, apresentam estruturas que possibilitam combater o processo inflacionário.

As políticas monetárias podem ser usadas para combater a inflação de demanda através de medidas restritivas como a redução da oferta de moeda, redução do crédito e aumento da taxa de juros, que reduzem o nível de liquidez que pressiona os preços. Da mesma forma, o uso da política fiscal em termos de corte nos gastos públicos e o aumento nos impostos impactam o nível de liquidez provocador de inflação de demanda.

As políticas de concorrência são mais eficazes no combate à inflação de custos. A abertura comercial com redução dos impostos de importação e de barreiras não-tarifárias impeditivas do ingresso de produtos do exterior, força as empresas a reestruturarem suas plantas produtivas e a buscarem ser mais competitivas, com reflexos positivos em quantidade, qualidade e preços dos produtos.

Por sua vez, a política de renda constitui um mecanismo eficiente no combate à inflação quando se estabelecem critérios de reajustes de preços e salários a partir de um pacto social entre governo, empresários e trabalhadores. Neste particular, há necessidade da disposição de cada parte integrante da cadeia formadora de preços e salários em aceitar decisões coletivamente tomadas.

Resumindo

Prezado estudante, esperamos, nesta Unidade, ter contribuído para o aumento do seu conhecimento sobre o processo inflacionário. Este afeta os participantes na economia, de forma generalizada, deste o trabalhador até o empresário, pois a elevação dos preços provoca impactos sobre os salários e os lucros. Acreditamos que ao tratar dos tipos de inflação e das políticas econômicas para controle deste processo, contribuímos para elucidar dúvidas sobre suas origens, bem como mostrar os esforços que os governos fazem para debelá-la na economia.

Atividades de aprendizagem

Confira se você teve bom entendimento do que tratamos nesta Unidade, respondendo às questões conforme os conceitos estudados e encaminhando-as para seu tutor através do Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem. Para responder às questões, você deve revisar os trechos correspondentes de nosso texto até ter compreendido o que perguntamos. Quanto à extensão da resposta, o ideal é que seja breve, mais ou menos entre cinco e dez linhas de texto, escrita com suas próprias palavras. Se precisar de auxílio não deixe de fazer contato com seu tutor.

1. Qual é o conceito de inflação?
2. Cite exemplos de perdas provocadas pelo processo inflacionário.
3. O que significa inflação de demanda e de custos?
4. Quais são os fatores que levam à ocorrência de inflação de demanda?
5. Quais são os fatores que levam à ocorrência de inflação de custos?
6. Pesquise e aponte três diferentes índices de cálculo de inflação, indicando o universo da pesquisa, período de coleta das informações, área de cobertura e utilização do índice.
7. Qual é a visão monetarista para explicar as razões do processo inflacionário?
8. Qual é a tratamento dado pela teoria keynesiana para ocorrência de inflação?
9. Qual é a principal razão apontada pelos estruturalistas da existência de inflação na economia?
10. Pesquise e aponte exemplos de ocorrência de políticas econômicas de combate à inflação.

Saiba mais....

Sobre informações quantitativas dos índices utilizados no Brasil para medir inflação consulte o *site* do Instituto de Pesquisa Econômica e Social: <http://www.ipeadata.gov.br>

Sobre os principais indicadores, critérios de cálculo e utilização ou objetivo para medir inflação consulte o *site* do Ministério da Fazenda: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/serviços/glossario/glossario_i.asp>

9

UNIDADE

Comércio Internacional: noções principais

Nesta Unidade, você estudará e identificará alguns elementos introdutórios ao comércio internacional. Discutimos a taxa de câmbio, dado que se trata de um parâmetro de conversão monetária da moeda nacional em relação à moeda internacional.

Comércio Internacional: significado

Caro Estudante, nesta Unidade, vamos apresentar noções do comércio internacional. Comércio internacional que está presente em nosso dia-a-dia, seja consumindo produtos importados, lendo notícias sobre transações comerciais entre países, ou mesmo ouvindo informações sobre exportação de produtos brasileiros. Como partes explicativas desta Unidade destacam-se dois pontos considerados relevantes: a taxa de câmbio e o balanço de pagamentos. No primeiro ponto, apresentamos o conceito e a sua relação com a economia. Afinal, em certos momentos, requeremos mais unidades de real para comprar um dólar e em outro instante, requeremos menos; o que significam tais circunstâncias? Vamos explicar. No segundo ponto, vamos, da mesma forma, explicar por que em certo momento a balança comercial apresentou resultado positivo e em outro instante ficou no negativo. O que representam tais resultados? Não perca tempo: adentre à leitura e se tiver dúvidas recorra ao seu tutor.

O comércio internacional, presente nas relações entre países ao longo dos séculos, assumiu dimensão significativa nas últimas três décadas, impulsionado pelo movimento de globalização da economia. Em destaque, neste movimento, a abertura da economia, movida pela redução dos impostos de importação e de eliminação de barreiras protecionistas, e os processos de desregulamentação dos mercados domésticos, com quebras de monopólios e de outras concessões.

Neste contexto, o campo de atuação das empresas torna-se cada vez mais transnacional, seja estabelecendo filiais em outros países, seja comercializando seus produtos em mercados distantes. Muitas empresas inseriram-se nos espaços dos blocos econômicos de países, se beneficiando das condições dos mercados existentes e promoven-

do transações entre matriz e filiais, assim como muitas empresas procuram se estabelecer em países cujas condições de produção possibilitam significativa redução de custos e/ou cuja produção circula em nível internacional, impulsionando as transações mercantis entre países.

Corroboram neste contexto as ações governamentais dos países voltadas a impulsionar a participação de suas empresas no comércio internacional. Governos incentivam as empresas a estabelecerem filiais em outros países, bem como fornecem incentivos fiscal e monetário para direcionarem parte da produção ao mercado externo. Além disso, muitos governos criam agências voltadas a promover as exportações, fornecendo informações relevantes sobre outros mercados, bem como melhorando as condições infra-estruturais de promoção das vendas externas.

Todavia, deve-se considerar que o comércio internacional não está imune a restrições praticadas pelos países que nele atuam. Pelo contrário, existem restrições, cuja magnitude e motivo variam de país para país. Em grande parte, as barreiras levantadas à livre circulação de mercadorias pautam-se por interesses estratégicos. Dentre estes podem ser citados: proteção a setores industriais nascentes, preservação do espaço doméstico por motivo de segurança nacional e ação restritiva momentânea para melhorar o poder de barganha.

Contudo, as características virtuosas existentes no comércio internacional o coloca como um parâmetro para impulsionar o crescimento econômico. Com seu dinamismo, crescem os investimentos, aumenta o volume de empregos e eleva-se o nível de renda do país. Entretanto, o monitoramento do comércio internacional é requerimento fundamental, pois em situação de escassez de divisas para pagamentos internacionais, países são obrigados a queimar reservas ou tomar empréstimos e fazer ajustes no balanço de pagamento. Da mesma forma, a gestão inadequada da taxa de câmbio conduz os países a processos de desindustrialização, com impactos negativos na geração de renda e de emprego internos.

Taxa de Câmbio: conceito, regime e impacto na economia

Na economia internacional, os países realizam transações econômicas sob a conversão dos valores em uma moeda padrão. Esta conversão tem como objetivo facilitar as transações econômicas, dado que cada país possui moeda própria. Assim sendo, define-se taxa de câmbio como a medida de conversão de uma moeda em outra. Em outras palavras, expressa o número de unidades da moeda nacional, R$, por unidade de moeda estrangeira, US$. Nestes termos, a taxa de câmbio, ao expressar uma relação entre moedas, indica quanto uma moeda representa em relação à outra. Logo, se 1 US$ equivale a R$ 1,60, significa que cada dólar vale 1 real e sessenta centavos.

Taxa de câmbio – operação financeira que expressa troca de valores em moeda entre países. Constitui o valor comparativo entre moedas e exprime transações econômicas entre diferentes países. As autoridades monetárias de um país regulam a taxa de câmbio, base para as transações econômicas. Para tanto, podem adotar regimes cambiais distintos - câmbio fixo ou câmbio flutuante. Fonte: Sandroni (2005).

A taxa de câmbio é determinada pela oferta de divisas e pela demanda de divisas, sob regulação da Autoridade Monetária, Banco Central do Brasil. A oferta de divisas depende do volume de exportações, da entrada de capital externo, vinda de turistas estrangeiros, etc., enfim, agentes que querem trocar US$ por R$. Enquanto, a demanda de divisas depende do volume de importações, saída de capital externo, saída de turistas nacionais, etc., enfim, agentes que desejam trocar R$ por US$.

Neste contexto, firma-se uma relação de mercado onde a moeda nacional pode obter uma valorização cambial (apreciação cambial), bem como pode ter uma desvalorização cambial (depreciação cambial). Em caso de valorização cambial, ocorre um aumento do poder de compra da moeda nacional em relação à moeda estrangeira. Em situação inversa, no caso de desvalorização cambial, a moeda nacional perde poder aquisitivo em relação à moeda estrangeira. Considere os exemplos conforme o Quadro 9.

Ex1= R$ 1,00...adquire-se US$ 1,00	Valorização.	R$ 1,00....adquire-se...US$ 1,25
Ex2= R$ 1,20...adquire-se US$ 1,00	Desvalorização	R$ 1,70...adquire-se...US$ 1,00

Quadro 9: Exemplos de valorização e desvalorização cambial
Fonte: elaborado pelo autor a partir de Vasconcellos (2007)

Constata-se, no caso da valorização cambial, que a moeda nacional tornou-se mais valorizada em relação à moeda americana, pois adquire mais unidade monetária externa com o mesmo valor

nacional. De forma contrária, no registro de desvalorização cambial, a moeda nacional tornou-se mais barata, em relação à estrangeira, requerendo portanto, mais moeda nacional para comprar a mesma unidade de moeda externa.

Nestes termos, considerando que a taxa de câmbio é o preço em moeda nacional em relação à moeda estrangeira, numa situação de elevação desta taxa ocorre uma desvalorização da moeda nacional. Em raciocínio inverso, na ocorrência de uma baixa da taxa de câmbio há uma valorização da moeda nacional.

Existem, na verdade, dois grandes regimes de administração da taxa de câmbio: taxas fixas de câmbio e taxas de câmbio flexível, cujas características encontram-se no Quadro 10:

	Câmbio Fixo	Câmbio Flexível
Características Principais	Banco Central fixa a taxa de câmbio. Banco Central é obrigado a disponibilizar as reservas cambiais.	O mercado – oferta e demanda – de divisas determina a taxa de câmbio. Banco Central não é obrigado a disponibilizar as reservas cambiais.

Quadro 10: Características principais dos regimes de câmbio fixo e flexível
Fonte: elaborado pelo autor a partir de Vasconcellos (2007)

Num sistema em que vigora a **taxa de câmbio fixa**, o valor da moeda estrangeira é determinado pelo Banco Central e não se altera. Neste caso, esta Autoridade Monetária administra a oferta e demanda da moeda estrangeira ao valor fixado.

Em situação oposta, encontra-se a **taxa de câmbio flexível**, cujo valor da moeda varia de acordo com a oferta e demanda, sem compromisso da Autoridade Monetária comprar divisas no mercado no intuito de manter a taxa existente. As forças de mercado determinam a taxa de câmbio praticada.

Por sua vez, tanto a taxa de câmbio fixa como a taxa de câmbio flexível trazem vantagens e desvantagens em sua administração. Uma vantagem apontada pela adoção de taxa de câmbio fixa refere-se à condição de previsibilidade dada ao agente que opera no comércio exterior, em face do seu caráter estável. Por outro lado, apresenta desvantagem decorrente da necessidade do Banco Central ser obrigado a manter divisas para garantir a taxa de câmbio fixada.

A taxa de câmbio flexível apresenta como principal vantagem o fato do Banco Central não precisar contar com reserva para intervenção no mercado, dado que este determina a taxa de câmbio. Por outro lado, apresenta a desvantagem decorrente da taxa de câmbio ficar dependente da volatilidade do mercado financeiro internacional.

A taxa de câmbio constitui um preço fundamental na economia. A sua determinação afeta o comércio exterior, o nível de inflação, o estoque da dívida externa e a dinâmica da produção doméstica, entre outras variáveis. No campo do comércio externo, uma desvalorização cambial deve estimular as exportações, pois os exportadores receberão mais reais por dólar exportado. Na área das importações, a desvalorização cambial deve conduzir os importadores a mais despesas, pois pagarão mais reais por dólar pelos produtos adquiridos do exterior.

Outro efeito importante da taxa de câmbio ocorre sobre o processo inflacionário. Na ocorrência de valorização cambial, deve-se estimular a aquisição de produtos importados, dado que a moeda nacional torna-se mais forte em relação ao dólar. A prática desta política cambial, juntamente com a política de abertura comercial, estimula a entrada de produtos importados no mercado doméstico pressionando os preços internos à baixa.

Política Comercial e Órgão Regulador do Comércio Mundial

A política comercial externa constitui-se de instrumentos que atuam sobre o fluxo de bens e serviços, estabelecendo regimes de incentivo e de restrições ao comércio externo. Dentre as principais medidas de política comercial destacam-se o imposto de importação, quotas de importação, subsídios à exportação e regulamentações administrativas, cujos significados encontram-se no Quadro 11:

POLÍTICAS COMERCIAIS	SIGNIFICADO
Imposto de importação	Tarifa incidente sobre o valor das importações
Quotas de importação	Estabelecimento de quantidades fixas de importações
Subsídios à exportação	Concessão de incentivos fiscais e monetários para exportações
Regulamentações administrativas	Imposição de normas, barreiras e padrões restritivos às importações

Quadro 11: Principais políticas comerciais externas
Fonte: elaborado pelo autor a partir de Vasconcellos (2007) e Souza (2007)

Por sua vez, as políticas comerciais estão sujeitas às normas da OMC – Organização Mundial do Comércio, órgão criado no ano de 1995 em substituição ao GATT – Acordo Geral de Comércio e Tarifas, órgão instituído no imediato pós II Guerra Mundial para regular as relações comerciais entre os países. A OMC tem como propósito coibir políticas protecionistas e práticas de *dumping* no comércio mundial; para tanto, possui poder de estabelecer normas e sanções entre os países membros. Dentre outras funções, destacam-se:

- gerenciar os acordos multilaterais de comércio de bens e serviços e direitos de propriedade industrial;
- administrar o entendimento sobre soluções de controvérsias;
- servir de fórum para as negociações;
- supervisionar as políticas nacionais; e
- cooperar com outras organizações internacionais.

Organização Mundial do Comércio – organização internacional que estabelece as regras e julga as pendências mundiais de comércio internacional. Sucedeu com mais poderes o GATT (Acordo Geral de Comércio e Tarifas). Fonte: Lacombe (2004).

Dumping – expressão da língua inglesa que designa a prática comercial de vender produtos a preços inferiores ao seu custo de produção ou ao preço vigente com a finalidade de eliminar concorrentes ou aumentar a participação no mercado. Fonte: Lacombe (2004).

Regionalização do Comércio Internacional

A regionalização do comércio mundial tem-se constituído numa das características marcantes da globalização econômica. Países formam blocos econômicos iniciados a partir de acordos comerciais que evoluem no curso das transações, alcançando a união aduaneira, mercado comum e união econômica, até lograr a integração econômica ampla. No propósito de intensificar o comércio entre si, países desenvolvem diversos propósitos, desde a redução de barreiras tarifárias até a adoção de políticas tarifárias comuns. Em certos espa-

ços regionais, países adotam moeda única e a política macroeconômica segue padrão comum entre os países membros.

Na América Latina, destaca-se o mercado regional, MERCOSUL – Mercado Comum do Sul. Neste mercado, muitos produtos não possuem impostos de importação e são reduzidas as barreiras não-tarifárias. Países parceiros desenvolvem políticas explícitas de intensificação do comércio intra-bloco. Dentre os objetivos a serem alcançados neste mercado estão: findar a restrição à mobilidade de trabalho e capital, harmonizar as políticas econômicas nacionais e criar uma moeda única.

Outro bloco econômico em destaque é o NAFTA – North American Free Trade Agreement. A pretensão deste mercado, segundo o interesse coordenado pelos Estados Unidos, é estender sua área de atuação para toda a América, unindo 32 países através da ALCA – Associação de Livre Comércio das Américas, instituída em 1994. No momento, alguns países relutam em integrar este bloco sob temor de submissão ao poder da economia dos Estados Unidos.

Cita-se, ainda, como bloco econômico relevante a EU – União Européia. Esta organização foi constituída em 1992, em substituição a CEE – Comunidade Econômica Européia. O padrão cooperativo entre países desta região vem desde a década de 1950. Atualmente, 27 países membros atuam em mercado único, adotando política aduaneira comum e moeda única, na maioria de seus representantes. Além disso, procuram desenvolver de forma coordenada atividades judiciais e de defesa dos países participantes.

Balanço de Pagamentos: conceito e contas

O comércio internacional gera fluxos de transações econômicas envolvendo movimentação de bens e serviços entre países, cujos pagamentos e recebimentos são registrados, contabilmente, em moedas estrangeiras no balanço de pagamentos. Neste, ocorrem os registros contábeis de transações econômicas entre os residentes do país e os residentes no exterior. Tais registros tratam de transações verificadas em determinado período do tempo (um mês, um semestre e um ano), pois referem-se ao fluxo do movimento transacionado em determinado período.

MERCOSUL – foi criado no Tratado de Assunção em 1991, com o objetivo de criar um mercado comum entre os países signatários do acordo: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Fonte: Lacombe (2004).

NAFTA – criado em 1989, trata-se de uma ampliação do acordo de livre comércio que existe entre os EUA e o Canadá desde 1989, passando a incluir o México em 1994. A meta é a eliminação das tarifas alfandegárias entre esses três países num prazo de quinze anos. Fonte: Lacombe (2004).

ALCA – abrange todos os países da América, exceto Cuba, proposta em 1994, para ser implantada gradualmente até 2005. Fonte: Lacombe (2004).

União Européia – aliança econômica e política de países da Europa. Fonte: Lacombe (2004).

Balanço de pagamentos– registro de todas as transações de caráter econômico-financeiro realizadas por residentes de um país com residentes dos demais países. Se as receitas totais (entradas) superarem as despesas totais (saídas), o balanço de pagamentos apresentará superávit; se ocorrer o inverso, haverá déficit; e se os valores estiverem equivalentes, estará equilibrado. Fonte: Sandroni (2005).

O balanço de pagamentos compõe-se de registros contábeis de movimentações financeiras decorrentes das transações efetuadas, cujas contas apresentam entrada e saída de recursos. Os componentes e contas do balanço de pagamentos encontram-se no Quadro 12. As suas contas registram o comércio de mercadorias decorrente de exportação e importação, assim como contabilizam os serviços a partir do pagamento de juros, *royalties*, remessa de lucro, turismo, pagamento de fretes, etc. Da mesma forma, registra o movimento de capitais expresso pelos investimentos diretos estratégicos, empréstimos e financiamentos, etc.

Royalty – expressão da língua inglesa que significa o pagamento que se faz àquele que possui uma patente, *copyright*, marca registrada, um recurso natural ou qualquer direito de uso exclusivo que seja resultante de um trabalho intelectual ou criativo com a finalidade de obter uma licença para uso desse direito. Fonte: Lacombe (2004).

COMPONENTES	CONTAS
A. Balança Comercial	Importação Exportação
B. Balanço de Serviços	Viagens Internacionais Transportes – frete Seguros Juros Lucros e Dividendos *Royalties* e Licença Serviços Governamentais
C. Transferências Unilaterais	Doações e remessa de dinheiro feitas ou recebidas
D. Balança de Transações Correntes	Resultado Líquido de A+ B + C
E. Conta Capital e Financeira	Investimento Direto Líquido Reinvestimento de Firmas Estrangeiras Financiamento de Bancos Oficiais Empréstimos Amortizações de Empréstimo e Financiamento Empréstimos de Regularização do FMI Capitais de curto prazo no Mercado Financeiro
F. Erros e Omissões	
G. Saldo do Balanço de Pagamentos	Resultado Líquido de D + E + F
H. Variação de Reservas	

Quadro 12: Discriminação das contas do balanço de pagamentos
Fonte: elaborado pelo autor a partir de Lanzana (2005) e Vasconcellos (2007)

Numa situação em que o balanço de pagamentos apresente resultado negativo, o país deve cobrir o déficit com reservas internacionais. Em contexto de superávit, o resultado possibilita ao país aumentar sua conta de reservas internacionais. Se as reservas não cobrirem o déficit apresentado, o país tem que recorrer a empréstimos

no sistema financeiro internacional para cumprir seus compromissos. Dentre os bancos integrantes deste sistema financeiro, cita-se o Fundo Monetário Internacional – FMI –, instituição criada em 1944 com a finalidade de zelar pela estabilidade financeira e econômica e prestar assistência aos países com dificuldades no balanço de pagamentos.

Resumindo

Nesta Unidade esperamos que você tenha entendido os aspectos importantes do comércio internacional. Afinal, a economia está cada vez mais globalizada, onde as barreiras que separam os países estão cada vez menores em relação ao passado. O fluxo de mercadorias e serviços entre os países é imenso. No intuito de entender este processo, esperamos ter deixado claro o significado e as características da taxa de câmbio. Movimentos de valorização e desvalorização cambial podem tanto intensificar como restringir o movimento das mercadorias e serviços internacionais entre os países e blocos econômicos regionais. Destaque neste processo explicativo é dado para o balanço de pagamentos, pois todo o movimento de uma economia com o exterior é registrado contabilmente. Logo, é grande a expectativa de que você tenha entendido a composição de suas contas, visto que estas expressam os tipos de transações efetuadas.

Atividades de aprendizagem

Confira se você teve bom entendimento do que tratamos nesta Unidade, respondendo às atividades e encaminhando-as para seu tutor através do Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem. Boa sorte! Se precisar de auxílio não deixe de fazer contato com seu tutor!

1. Destaque características presentes no comércio internacional nos dias atuais.
2. O que significa e o que determina a taxa de câmbio?
3. Em que situações ocorrem a valorização e a desvalorização cambial?
4. Explique os significados de taxa de câmbio fixa e taxa de câmbio flexível.
5. Por que a taxa de câmbio constitui uma variável importante na economia? Cite exemplos do cotidiano.
6. O que é e quais as funções desempenhadas pela OMC?
7. Aponte razões da formação de blocos econômicos regionais.
8. Explique a formação, composição e medidas comerciais existentes no Mercosul.
9. Conceitue balanço de pagamentos e destaque algumas de suas contas.
10. Pesquise, faça tabela e analise as contas do balanço de pagamentos do Brasil no período de 2003-2007.
11. Pesquise, faça tabela e analise o intercâmbio comercial, exportação e importação, do Brasil com os principais blocos econômicos - Mercosul, União Européia e Nafta.
12. Discuta a contribuição das políticas cambial e de comércio exterior para o desenvolvimento econômico do país.

Saiba mais.....

Sobre o balanço de pagamentos do Brasil visite o *site* do Banco Central do Brasil: <http://www.bcb.gov.br>

Sobre o intercâmbio comercial do Brasil visite o *site* do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior:
<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/inicial/index.php>

10

UNIDADE

Desenvolvimento Econômico: características determinantes

Objetivo

Nesta Unidade, você irá estudar os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico.

Conceitos de Crescimento e Desenvolvimento Econômico

Nesta Unidade convidamos você para refletir sobre o significado dos termos crescimento e desenvolvimento econômico, palavras muito citadas nos dias atuais. São freqüentes as afirmações de que tal país é desenvolvido enquanto outros são subdesenvolvidos. Mas, afinal, o que são estes conceitos? Quais são os parâmetros que definem se um país é desenvolvido ou não? A apresentação feita permite compreender os conceitos e os parâmetros utilizados por institutos nacionais e organismos internacionais. Neste sentido, convidamos você a adentrar nesta discussão.

Os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico são freqüentemente utilizados para expressar características de um país, uma região ou local, seja de forma isolada ou em termos comparativos. Os conceitos se apresentam inter-relacionados, porém são distintos. É necessário considerar as distinções existentes, sob pena de se fazer uma análise incorreta dos termos. Neste contexto, é possível encontrar um país que apresente crescimento econômico virtuoso, porém sem que ocorra desenvolvimento, ou situações em que o país apresente trajetória de crescimento econômico concomitante com a evolução do desenvolvimento econômico, assim como presenciar um quadro econômico nefasto, onde o país não apresente nem crescimento e nem desenvolvimento econômico, persistindo no domínio de condições subdesenvolvidas.

Por sua vez, o crescimento e o desenvolvimento econômico são resultados de processos históricos constitutivos dos países ao longo do tempo. Isso significa que relações econômicas, políticas e sociais, não somente internas, mas também externas, constitutivas ao longo do tempo, impactam o curso do crescimento e desenvolvimento econômico de cada país. Indicadores apontados por organismos nacio-

nais e internacionais, freqüentemente utilizados para indicar o estágio de crescimento e desenvolvimento deste ou aquele país, em muitos casos desconsideram tal condicionante.

O crescimento econômico, por sua vez, está relacionado a fenômenos que expressam a produção de riqueza, em termos de bens e serviços, de um país. Os setores primário (agrícola), secundário (indústria) e terciário (comércio e serviços) são responsáveis pela produção de bens e serviços em cada país. O conjunto da produção de bens e serviços destes setores forma o Produto Interno Bruto (PIB), cujo valor e taxa de variação anual constituem indicadores de crescimento econômico do país. O valor do PIB indica a produção de bens e serviço em determinado ano, e a taxa de variação aponta acréscimo ou diminuição entre os anos considerados.

Crescimento Econômico – aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. É definido basicamente pelo índice de crescimento anual do PIB – Produto Interno Bruto. Fonte: Sandroni (2005).

Por sua vez, o desenvolvimento econômico expressa um fenômeno que não se limita apenas a aspectos puramente econômicos, mas considera estruturas sociais e políticas de um país. Neste sentido, o termo crescimento econômico simboliza aspectos quantitativos, enquanto o termo desenvolvimento econômico agrega não somente elementos quantitativos, mas também variáveis mais qualitativas. Assim sendo, a abrangência de variáveis que compõem o conceito de desenvolvimento é significativamente superior às de crescimento econômico.

Nesta perspectiva, o conceito de desenvolvimento incorpora elementos presentes no conceito de crescimento econômico, na medida em que a riqueza produzida em bens e serviços de um país insere-se na matriz desenvolvimentista. Nestes termos, consideram-se na avaliação do quadro de desenvolvimento de um país os resultados econômicos apresentados pelos setores produtivos – agricultura, indústria, comércio e serviços. Entretanto, a avaliação não se limita apenas a estes citados. Inserem-se, na compreensão do desenvolvimento, variáveis sociais como educação, saúde, habitação, saneamento básico e nível nutricional, entre outros. Da mesma forma, são consideradas variáveis políticas no processo de desenvolvimento, tais como liberdade de expressão, processos democráticos, direitos políticos garantidos, etc.

O desenvolvimento significa, em essência, a transformação nas estruturas econômicas, políticas e sociais de um país. Expressa, na verdade, um processo em permanente mutação, em constante movimento e sem fim, na medida em que cada país procura proporcionar melhores condições de bem-estar à sua população. Esta particularidade não significa uma relação crescente das condições de desenvol-

vimento. Melhores indicadores de desenvolvimento sinalizam avanços em determinado momento em um país, porém o abandono de esforços de construção permanente pode resultar em retrocesso tanto nas condições econômicas como nas políticas e sociais.

Nestes termos, é vital o país desenhar, em conjunto, políticas de crescimento e desenvolvimento econômico. Esta referência é importante, pois a realidade mostra que países alcançam taxas de crescimento significativas por certos períodos, porém os frutos deste crescimento não são distribuídos para muitos que dele participam. Assim, registros contendo indicadores de crescimento econômico de países, em muitos casos, com taxas recordes, convivem com baixo nível educacional, falta de saneamento básico, elevado índice de mortalidade infantil, forte concentração de renda, restritos direitos à liberdade de expressão, enfim, resultados precários nos campos social e político.

Indicadores de Desenvolvimento Econômico

São muitos os indicadores utilizados por organismos nacionais e internacionais para situar o padrão de desenvolvimento dos países, conforme a Figura 13. O Banco Mundial seleciona um conjunto de indicadores para apontar o grau de desenvolvimento de países segundo o nível de renda – baixa, média e alta. Dentre os indicadores considerados mais importantes se destacam: mortalidade infantil por mil nascidos vivos, expectativa de vida ao nascer em termos de anos, alunos matriculados no ensino fundamental e no ensino médio em relação ao total de jovens correspondentes, população com acesso a instalações sanitárias, desnutrição infantil com menos de 5 anos, exportação de bens de alta tecnologia e valor adicionado pela indústria em relação ao PIB.

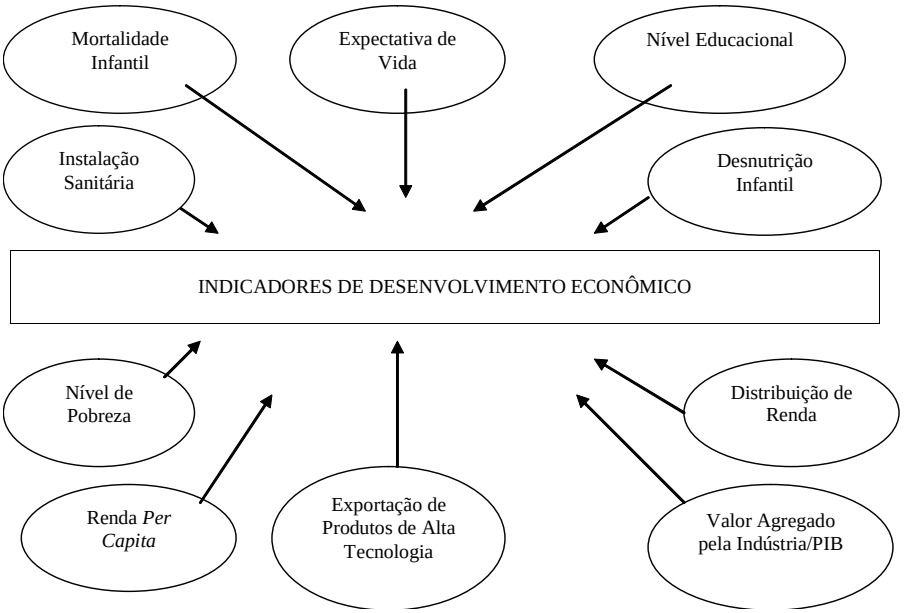

Figura 13: Principais indicadores de desenvolvimento econômico
Fonte: elaborado pelo autor a partir de Banco Mundial (2004) e PNUD (2006)

A Organização das Nações Unidas também elabora um relatório de desenvolvimento humano como indicador de desenvolvimento por país. Três dimensões são consideradas, sendo a primeira, vida longa e saudável, medida pela expectativa de vida ao nascer; a segunda, o conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de matrícula nos três níveis de ensino; e a terceira, o padrão de vida decente, medido pelo PIB *per capita*. Este indicador de desenvolvimento tem sido ampliado com a incorporação de outras variáveis por muitos pesquisadores, dentre as quais índices que retratam a pobreza e a distribuição de renda.

Tomando alguns exemplos de indicadores de desenvolvimento, segundo estudos do Banco Mundial para o ano de 2004, observa-se forte distinção de indicadores entre grupos de países por nível de renda. Enquanto, os países de alta renda (Itália, Canadá, Alemanha, França, Reino Unido, Japão, EUA, Suíça e Noruega) apresentam mortalidade infantil de 6,1 por mil nascidos e expectativa de vida ao nascer de 78,7 anos, os países perfilados de baixa renda (Serra Leoa, Moçambique, Bolívia, Índia, Egito, Paraguai, Peru e China) apresentam índices de 79,5 e 58,8 anos, respectivamente. Da mesma forma,

são distintos outros indicadores para os países de renda alta, como a taxa de alfabetização, 100%, e a taxa de acesso às instalações sanitárias, 100%, em relação aos países de baixa renda, com 61,5% e 60,6%, respectivamente.

O Brasil insere-se, segundo o Banco Mundial, entre os países que apresentam nível médio de desenvolvimento. A taxa de mortalidade infantil situa-se em 31,8 por mil e a expectativa de vida é de 70,8 anos. A taxa de alfabetização apresenta 88,6% dos alunos matriculados no ensino fundamental e médio em relação ao total de jovens na idade correspondente, e a taxa de acesso da população às instalações sanitárias figura em 83,0%.

Subdesenvolvimento Econômico

O subdesenvolvimento constitui um quadro em que os indicadores econômicos, políticos e sociais situam-se, de forma gritante, abaixo de determinados parâmetros indicativos de crescimento e desenvolvimento econômico. Neste sentido, as economias subdesenvolvidas deparam-se com o baixo nível de crescimento do produto, assim como convivem com fortes níveis de concentração de renda, baixo nível educacional, condições sociais precárias e reduzida participação política da população.

Subdesenvolvimento – situação inferior do sistema econômico-social de um país em relação aos padrões econômicos das nações industrializadas. Evidencia-se por indicadores como exportação baseada em produtos primários, forte participação de produtos industrializados nas importações, persistência de elevadas taxas de desemprego, baixa produtividade, baia renda *per capita*, baixo nível de poupança e subconsumo acentuado. Fonte: Sandroni (2005).

As economias subdesenvolvidas se notabilizam por dependências econômica, tecnológica e financeira dos países desenvolvidos. A base produtiva fundamenta-se na fabricação de produtos de baixo valor agregado, tais como os alimentos, têxtil, calçados e móveis, em contraposição aos produtos industriais de maior conteúdo tecnológico dos países desenvolvidos, como eletrônicos, químicos e mecânicos, assim como as máquinas e equipamentos utilizados em sua base produtiva que também, provêm dos países desenvolvidos, dadas as limitações da indústria de bens de capital local. Da mesma forma, tais economias são dependentes do mercado financeiro internacional em face da baixa renda gerada, insuficiente capacidade de geração de poupança interna e débil sistema financeiro doméstico.

Em muitas economias subdesenvolvidas registra-se a ocorrência de dualismo estrutural, expresso pela presença simultânea de setores econômicos e regiões arcaicas e atrasadas com segmentos produ-

tivos e regiões mais avançadas. Constata-se a presença de agricultura de subsistência com agricultura modernizada, por exemplo, pela utilização de equipamentos de uso manual, na primeira; e de máquinas e equipamentos atualizados em termos tecnológicos, na segunda, assim como no interior da indústria constatam-se segmentos industriais que crescem de forma intensa com técnicas de produção e de gestão avançadas e outros que adotam formas de produzir e de administrar arcaicas para os padrões atuais.

A desigualdade regional encontra-se presente em economias subdesenvolvidas. Há regiões concentrando melhores infra-estruturas em relação a outras. Esta característica é reforçada pelas atitudes de empresas que procuram se estabelecer em regiões com melhores condições infra-estruturais (energia, transporte, comunicação), gerando emprego e salários atrativos em relação a outras regiões que apresentam lento crescimento. Este procedimento fomenta movimentos migratórios internos de trabalhadores em direção às regiões que oferecem melhor emprego e salários, sendo que muitos, não conseguindo ser incorporados no mercado de trabalho e sem renda para viver, passam a fazer parte dos bolsões de pobreza urbanos.

O setor público nas economias subdesenvolvidas mostra-se incapaz de atender às necessidades socioeconômicas existentes. O valor da receita proveniente da arrecadação de impostos é insuficiente para atender às necessidades infra-estruturais. Muitos países adentram ao financiamento externo para realizar investimentos em estradas, escolas, habitação, segurança, etc., ficando ao longo do tempo presos aos encargos financeiros assumidos. Outros, diante da restrição orçamentária, recorrem à emissão de moeda para fazer frente às necessidades imediatas, contribuindo para a geração de persistente processo inflacionário.

Alguns países, segundo indicadores selecionados de desenvolvimento do Banco Mundial, inserem-se no grupo dos países subdesenvolvidos. Neste particular, são exemplos Serra Leoa e Moçambique, onde, para cada mil crianças nascidas vivas, 185 e 104 não sobrevivem, respectivamente, enquanto nos Estados Unidos tal indicador é de 6,7, assim como a expectativa de vida ao nascer para os países subdesenvolvidos citados situa-se em 41 anos, diferente do padrão estadunidense, que é de 77,5 anos. Da mesma forma, apresenta-se o nível de desnutrição infantil, que é elevado para crianças com menos de 5 anos para os países citados, 27,2% e 23,7%, respectivamente, percentuais distintos do indicador americano, que é da ordem de 1,6%.

Muito se discute sobre os caminhos para superar o subdesenvolvimento. Dentre as sugestões figuram os esforços de fomentar o crescimento econômico de forma contínua em consonância com a aplicação de políticas públicas sociais. Para fomentar o crescimento econômico contínuo, ações devem ser dirigidas para a industrialização substitutiva de importação e para incentivar a exportação de produtos. No campo da aplicação de políticas sociais, esforços devem ser dirigidos para melhorar o perfil da distribuição de renda e as condições nas áreas da educação, saúde e habitação.

Resumindo

Nesta Unidade demonstramos a diferença conceitual de crescimento e desenvolvimento econômico. Tais conceitos são importantes de serem compreendidos à luz da realidade, pois a todo instante índices sobre produção, nível de renda, expectativa de vida, grau de instrução, padrão nutricional, condições políticas, entre outros, de países são apresentados nos meios de comunicação. A compreensão dessas variáveis possibilita a você, prezado estudante, ter uma visão das diferenças que existem nos campos econômico, social e político entre os países.

Atividades de aprendizagem

Para que você possa certificar-se que entendeu o que foi abordado nesta Unidade, apresentamos alguns questionamentos. É importante que você procure respondê-los e, caso encontre dúvidas em alguma questão, volte, releia o texto e também conte conosco para auxiliá-lo. Importante! Depois de respondidas as atividades, envie-as para seu tutor através do AVEA.

1. Discuta o significado e a importância dos conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico.
2. Quais são os indicadores freqüentemente utilizados para expressar os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico?
3. O que caracterizam as condições de subdesenvolvimento?
4. Pesquise e compare os indicadores de desenvolvimento econômico do Brasil com outros países que compõem os chamados de BRIC: Rússia, Índia e China.
5. Pesquise e compare os indicadores de desenvolvimento econômico do Brasil com os apresentados pelos países que compõem o G-7: Estados Unidos, Inglaterra, França, Canadá, Itália, Japão e Alemanha.
6. Na sua opinião, quais as principais barreiras que impedem um país se desenvolver em termos econômicos, políticos e sociais?
7. Quais são, em sua opinião, as ações que devem ser realizadas no Brasil para se alcançar um maior nível de desenvolvimento econômico?

Saiba mais.....

Sobre indicadores de desenvolvimento econômico visite os *sites* da Organização das Nações Unidas: <http://www.onu-brasil.org.br>
<http://www.pnud.org.br>
<http://www.unesc.org.br>

Sobre artigos e indicadores que tratam aspectos do desenvolvimento econômico latino-americano visite o *site* da Comissão Econômica para América Latina e Caribe: <http://www.eclac.org>

Sobre artigos e indicadores que tratam aspectos do desenvolvimento econômico brasileiro visite o *site* do Instituto de Pesquisa Econômico e Social: <http://www.ipea.gov.br>

Referências

CARNEIRO, Ricardo. (Org.) *Os clássicos da Economia*. São Paulo: Ática, 1997.

CANO, Wilson. *Introdução à economia crítica*. São Paulo: UNESP, 1998.

CARVALHO, Fernando et al. *Economia monetária e financeira*: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DEANE, Phyllis. *A evolução das idéias econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

DORNBUSCH, Rudigir et al. *Introdução à economia*. 2. ed. São Paulo: Campus. 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário eletrônico Aurélio. Versão 5.0. 3. ed., por Regis Ltda., 2004.

GALBRAITH, John Kenneth. *O pensamento econômico em perspectiva*: uma história crítica. São Paulo: Pioneira, 1989.

GIANETTI, Eduardo. *O valor do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa*. Editora Objetiva. Versão 1.0. Dezembro de 2001.

HUGON, Paul. *Evolução do pensamento econômico*: economistas célebres. São Paulo: Atlas, 1967.

HUNT, Emery Kay. *História do pensamento econômico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. *Economia internacional*: teoria e prática. São Paulo: Addison Wesley Bra, 2005.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. *Introdução à economia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. *Economia brasileira*: fundamentos e atualidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LACOMBE, Francisco José Masset. *Dicionário de administração*. São Paulo: Atlas, 2004.

MANKIW, Gregory. *Introdução à economia*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

NAPOLEONI, Cláudio. *O pensamento econômico do Século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. *A nova contabilidade social*. São Paulo: Saraiva, 2000.

PEREIRA, Wladimir et al. *Manual de introdução à economia*. São Paulo: Saraiva, 1981.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. (Orgs.) *Manual de economia*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

PINDYCK, Roberto; RUBINFELD, Daniel. *Microeconomia*. 6 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

ROSSETI, José Paschoal. *Introdução à economia*. São Paulo: Atlas, 1997.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. 40. ed. São Paulo: Best-Seller, 2005.

SINGER, Paul. *Aprender economia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 1993.

_____. *Curso de economia*. São Paulo: Atlas, 2007.

STIGLITZ, Joseph; WALSH, Carl. *Introdução à microeconomia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

THOMPSON JR., Arthur; FORMBY, John. *Microeconomia da firma*: teoria e prática. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1998.

TRÓSTER, Roberto Luiz; MOCHÓN, Francisco. *Introdução à economia*. São Paulo: Makron Books, 2002.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. *Economia – micro e macro*. São Paulo: Atlas, 2007.

Silvio Antônio Ferraz Cário

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1975), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (1991), mestrado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1979) e doutorado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (1997). Atualmente é Professor Adjunto IV da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Organização Industrial, Estudos Industriais e Economia da Inovação, atuando principalmente nos seguintes temas: capacitação tecnológica, aprendizagem tecnológica, indústria cerâmica, privatização e inovação.